

A FAVELA PARQUE SÃO BERNARDO: UMA ANÁLISE DAS CAMADAS DE URBANIZAÇÃO

MATHEUS GRACIOSI PINTO

orientadora ROSANA DENALDI

Trabalho de Conclusão de Curso
Bacharelado em Planejamento Territorial



Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

e-mail do autor: matheusgraciosi@gmail.com

Agradecimentos

Este trabalho é fruto de muito esforço individual e coletivo. Assim, nas próximas linhas registro formalmente os agradecimentos a todos e todas que dispuseram de tempo e esforço para me auxiliar na conclusão desta pesquisa.

Primeiro, gostaria de agradecer à Rosana Denaldi, minha orientadora. Devo muito à sua atenção e dedicação durante todo o processo. Foi um verdadeiro privilégio receber sua orientação, e após essa pesquisa sigo com mais vontade e certeza da carreira acadêmica.

Também registro agradecimentos à Guadalupe Almeida e Juliana Petrarolli, que gentilmente aceitaram compor a banca de avaliação deste TCC.

Em seguida, agradeço a todos os técnicos e participantes da entrevista realizada para a elaboração dessa pesquisa: Edison Kawashima, Paulo Massoca, Pedro Israel, Sara Bernardes, Ariana Rumstain e Juliana Petrarolli.

Agradeço aos colegas do LEPUR, que tanto me apoiaram compartilhando do cotidiano, frustrações e felicidades de ser um pesquisador.

Este momento de finalização do TCC é muito emocionante. Com essa pesquisa termino um ciclo que me introduziu a tantas questões, inquietações e interesses inéditos. Nada disso seria possível sem a ajuda/companhia de Giulia, Gabriel e Tamara, que me estiveram comigo durante toda a graduação. Em especial à Giulia e Tamara, compartilho o agradecimento pelas noites viradas no LEPUR.

Agradeço à minha família pelo apoio em todos os momentos de necessidade, pelo incentivo e por acreditarem no que eu escolhi fazer.

Resumo

Muitas favelas possuem um padrão de ocupação que é resultado de camadas de intervenção realizadas nas últimas décadas - existe sempre a necessidade de complementar a urbanização, solucionar problemas não tratados pela última intervenção ou que apareceram após a conclusão dessa. A presente pesquisa objetivou compreender esse processo de urbanização gradual que atravessa diferentes períodos históricos e para tanto elegeu como estudo de caso a Favela Parque São Bernardo, localizada no Município de São Bernardo do Campo. Buscou-se identificar as camadas de intervenção realizadas desde a década de 1990. Para tanto, foi realizada uma entrevista semiestruturada com técnicos da prefeitura que participaram de diferentes momentos da intervenção; foram realizadas pesquisas documentais; análises de diagnóstico, projetos e diretrizes; além da reconstituição do histórico de urbanização. Constatou-se que foram quase trinta anos de intervenções e que as limitações dialogam com as condições e mudanças institucionais e de investimento. Identificou-se cinco camadas de intervenções sendo que as primeiras viabilizaram atendimentos emergenciais ou intervenções em setores da favela, e a última, viabilizada com recursos do PAC-UAP, promoveu a urbanização integrada do assentamento. Entre os efeitos negativos da consolidação de diferentes camadas de intervenção, destacam-se: a tendência de deterioração das infraestruturas instaladas; a ocupação de espaços reservados ou públicos; e o adensamento que impôs soluções de redução excessiva de tamanho de lote e remoções e remanejamentos.

Palavras-chave: camadas de urbanização, urbanização de favelas, São Bernardo do Campo.

Sumário

1. Apresentação	6
2. Urbanização de favelas no Brasil	8
2.1. Favela: problema e ação governamental	8
2.2. Camadas de Urbanização	12
3. Urbanização de Favelas em São Bernardo do Campo	17
3.1. Assentamentos precários no município	17
3.2. Histórico da Política de Urbanização de Favelas	23
4. A Urbanização da Favela Parque São Bernardo	28
4.1. Primeiro Período: 1990 a 1998	31
4.2. Segundo Período: 1999 a 2018	34
5. Considerações Finais	48
6. Referências Bibliográficas	51
7. Anexo – Entrevista coletiva Parque São Bernardo	54

1. Apresentação

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como objetivo analisar as camadas de urbanização que recebeu a favela Parque São Bernardo, localizada no município de São Bernardo do Campo, Região do Grande ABC.

A escolha pelo estudo de uma favela na Região do Grande ABC tem como justificativa o fato de os municípios da região terem colocado, de forma pioneira, o tema da urbanização de favelas na agenda governamental. O Município de Diadema iniciou a urbanização de favelas em 1983, os municípios de São Bernardo do Campo e Santo André em 1989 e, o Município de Mauá, no início da década de 1990.

Objetivou-se compreender as estratégias e natureza das intervenções realizadas em diferentes períodos históricos e para tanto elegeu-se como estudo de caso a Favela Parque São Bernardo, localizada no Município de São Bernardo do Campo. A escolha se justifica no fato desta favela ter sido priorizada para intervenção no primeiro período de intervenção de favelas (1990) e, no período mais recente ter recebido recursos do PAC, R\$ 101.744.664,17 (aproximadamente cem milhões de reais) de 2009 até 2018.

A seleção do estudo de caso também obedeceu aos seguintes critérios: (i) favela que passou por processo de urbanização, iniciado (ainda) na década de 1990; (ii) favela que abriga mais do que 500 domicílios; e (iii) registro e disponibilidade de documentos e informações que tratam tanto das características do assentamento antes das intervenções, quanto das estratégias e do projeto de urbanização.

No desenvolvimento do estudo de caso, foi realizada uma entrevista semiestruturada em caráter ‘coletivo’, que ocorreu no dia 27 de julho de 2018, e contou com a participação de sete técnicos que acompanharam o processo de urbanização da Favela Parque São Bernardo, no Município de São Bernardo do Campo, em diferentes momentos (Anexo 1).

A presente pesquisa dialoga com diversas pesquisas em andamento no Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do ABC (LEPUR/UFABC). Destacam-se: a pesquisa “Urbanização de assentamentos precários no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento na Região do ABC”, coordenada por Ricardo Moretti em 2014, que também elegeu o Parque São Bernardo como um estudo de caso; o projeto de pesquisa intitulado “Diálogos sobre urbanização de favelas: recuperação da memória”, coordenado por Rosana Denaldi; e a mais recente “Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC”, coordenado por Rosana Denaldi e Adauto

Cardoso, em 2018, resultado de uma parceria com o Observatório das Metr p les, que utilizou a região do Grande ABC como um estudo para análise.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos, além da apresenta o e conclusão.

O primeiro capítulo, intitulado “**Urbaniza o de favelas no Brasil**”, traz uma breve revisão teórica acerca da atua o do Estado brasileiro em favelas e ilumina a questão das camadas de urbaniza o observadas em diversos municípios brasileiros.

O segundo capítulo, denominado “**Urbaniza o de favelas em São Bernardo do Campo**” apresenta uma caracteriza o do Município de São Bernardo do Campo, incorporando os dados mais recentes da dimensão dos assentamentos precários no território, além de apresentar um breve histórico da estrutura o da política de urbaniza o de favelas no município.

O terceiro capítulo, intitulado “**A urbaniza o da favela Parque São Bernardo**” apresenta os resultados do estudo de caso. O capítulo registra o histórico do processo de urbaniza o, desde 1990 até 2018, dividido em dois períodos (o primeiro, de 1990 a 1998, e o segundo, de 1999 a 2018).

Por fim, no último capítulo dedicado às considera oes finais, apresenta-se uma síntese das camadas de urbaniza o identificadas ao longo do processo de urbaniza o do assentamento precário Parque São Bernardo, analisando também os aspectos responsáveis pela sobreposi o de interven oes em diferentes períodos.

2. Urbanização de favelas no Brasil

2.1. Favela: problema e ação governamental

O número de pessoas que habitam favelas continua crescendo. De acordo com Davis (2006), mais de um bilhão de pessoas ao redor do mundo vive em favelas, sendo que tal número aumenta, a cada ano, em 25 milhões de moradores. Esses assentamentos se concentram nas regiões que apresentam taxas de urbanização mais altas.

No Brasil, os dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2010) também apontam para um cenário crítico: em quase 20 anos, entre 1991 e 2010, o número de aglomerados subnormais saltou de 3.187 para 6.329 (PASTERNAK; D’OTTAVIANO, 2016).

O total de brasileiros que moram nesses assentamentos também apresentou um crescimento vertiginoso, passando de 6,5 milhões no ano 2000 para 11,4 milhões em 2010, o que representa 6% da população brasileira. Destaca-se ainda que 88% das favelas brasileiras estão concentradas em 20 grandes cidades e mais de 77% dos aglomerados subnormais encontram-se em regiões metropolitanas (DENALDI; FERRARA, 2017).

Há indícios de que a dimensão do problema no país é ainda maior do que a revelada pelo Censo. Vários autores registram que os números gerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelos limites de sua metodologia, ainda apresentam o fenômeno de modo subestimado. A gravidade do problema é sintetizada por Rolnik (2006): “no vasto e diverso universo de 5.564 municipalidades, são raras as cidades que não têm uma parte significativa de sua população vivendo em assentamentos precários”.

A formação e o crescimento das favelas acompanharam o processo de urbanização brasileiro, e são marcas da desigualdade. Trata-se de um problema estrutural que decorre, principalmente, da restrição ao acesso à terra urbanizada e ao mercado formal de moradia pela população de menor renda combinado o “Deixa-estar’ social”. Ferreira (2009) lembra que:

(...) Ao contrário dos países industrializados, o grave desequilíbrio social que assola as cidades brasileiras — assim como outras metrópoles da periferia do capitalismo mundial — é resultante não da natureza da aglomeração urbana por si só, mas sim da nossa condição de subdesenvolvimento. Em outras palavras, as cidades brasileiras refletem, espacialmente e territorialmente, os graves desajustes históricos e estruturais da nossa sociedade que, como muitos autores já ressaltaram, estão diretamente vinculados às formas peculiares da formação nacional dependente e do subdesenvolvimento. (FERREIRA, 2009)

Para Maricato (2003), o crescimento das favelas é também resultado da ausência e conivência do Estado:

É notável a tolerância que o Estado brasileiro tem manifestado em relação às ocupações ilegais de terra urbana. Esse processo é significativo em suas dimensões, se levarmos em conta, especialmente, a grande massa de migrantes que rumou para as cidades neste século e que se instalou ilegalmente, já que não teve acesso ao mercado imobiliário privado e nem foi atendida pelas políticas públicas de habitação. Aparentemente constata-se que é admitido o direito à ocupação, mas não o direito à cidade. (MARICATO, 2003, p. 157)

O Estado brasileiro assistiu ao crescimento das favelas sem intervir com políticas de urbanização ou programas habitacionais que atendessem a população de menor renda. A primeira ação governamental, em nível federal, teve como objetivo ‘eliminar’ as favelas e, até a década de 1960, a alternativa de intervenção mais defendida era a erradicação desses assentamentos.

Na década de 1970, “quando o Estado intervém, admitindo a urbanização das favelas, ele o faz com ‘programas alternativos’ de pequena abrangência e desligados do eixo estrutural da política habitacional e das estruturas institucionais” (DENALDI, 2003, p. 31). Para a autora, no período de atuação do Banco Nacional da Habitação (BNH), foram desenhados programas de erradicação e a favela foi tratada como déficit de construção de novas moradias, mas o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que não permitia produção habitacional subsidiada, não conseguiu atender a população favelada.

Cardoso (2007) lembra que, a partir da segunda metade da década de 70, tendo já extinto seus programas de erradicação, o BNH instituiu programas voltados para a favela, dentre os quais se destacou o Programa de Erradicação da Sub-habitação – Promorar.

No contexto da ausência institucional e do crescimento urbano, as favelas consolidaram-se como espaço de moradia da população de menor renda e a intervenção mais praticada passou a ser a urbanização, tendo como principal protagonista o município. Na década de 1980, tem início a construção institucional das políticas de urbanização de favelas. Já a partir de 1990, muitos municípios que apresentavam favelas passaram a desenvolver programas de urbanização e regularização como parte integrante da política municipal de habitação (DENALDI, 2003).

Segundo Denaldi (2003), a urbanização de favelas entrou para a agenda do governo federal somente na década de 1990. O Programa Habitar Brasil, que canalizava recursos para projetos de urbanização de favelas, foi elaborado no governo do presidente Itamar Franco (1991-1994), e mantido no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998). Em 1999, já na segunda gestão de FHC (1999-2002), foi

firmado um contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para desenvolvimento do Programa Habitar Brasil/BID (HBB), também voltado para promover a melhoria das condições de habitação em favelas nos moldes do “Habitar Brasil”. No entanto, Denaldi (2003) pontua que “não foram significativos os recursos orçamentários investidos nesse período pós-BNH”.

Em 2007, no início do segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010), o Governo Federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento, com ações e subprogramas voltados à Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), que permitiu aumentar a escala da intervenção em favelas no território nacional, o que também se articulava a uma proposta de política econômica desenvolvimentista.

O PAC teve duas fases: PAC1 (2007-2010) e PAC2 (2011-2014). De acordo com o 11º Balanço do PAC2, o total de investimentos previstos para o PAC-UAP seria da ordem de R\$ 33 bilhões, sendo R\$ 20,8 bilhões no PAC1 e R\$ 12,7 bilhões no PAC2 (CARDOSO; DENALDI, 2018).

Segundo informações repassadas pelo Ministério das Cidades, com base no banco de dados de obras do PAC para urbanização de favelas, do PAC-UAP, o investimento total contratado foi de R\$ 29,6 bilhões, direcionado para 1.072 municípios, abrangendo todos os estados da federação brasileira (CARDOSO; DENALDI, 2018).

Pode-se dizer, com base em estudos que tratam de experiências de urbanização de assentamentos precários, que a intervenção nas favelas deve ser orientada por um diagnóstico integrado, que contemple as dimensões social, urbana e ambiental e, ainda, incorpore uma análise do entorno, o que pode resultar na ampliação do perímetro de intervenção para além da poligonal do assentamento precário.

Cardoso e Denaldi (2018, p. 27) lembram que o PAC-UAP reproduziu e aprimorou “o desenho programático do HBB, que já previa o financiamento de diversos componentes na lógica de promover a “Urbanização Integrada” dos assentamentos precários e tratar a dimensão social, urbana-ambiental e fundiária”. Por meio do PAC, é possível financiar obras de urbanização, equipamentos sociais, produção de novas moradias, requalificação habitacional, trabalho social e regularização fundiária. Segundo o Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários:

As intervenções físicas abrangem a implantação de infraestrutura básica, incluindo rede elétrica, iluminação pública e saneamento ambiental; a eliminação das situações de risco geotécnico e a redução significativa da frequência das inundações, mediante retaludamentos, estruturas de contenção e intervenção na drenagem fluvial; adequação do sistema viário, de forma a possibilitar o acesso a serviços públicos

e de atendimentos emergenciais, melhorando as relações funcionais da área de intervenção com o tecido urbano na qual ela se insere; recuperação ambiental e revegetação de áreas impróprias ao uso habitacional, que venham a ser desocupadas; medidas de desadensamento e reordenamento da ocupação, quando necessárias; apoio à melhoria nas habitações existentes; construção de novas unidades habitacionais e de equipamentos comunitários, entre outras (BRASIL, 2010, p. 37).

As experiências analisadas por Denaldi e Cardoso (2018) indicam que, de fato, o PAC ampliou a escala de intervenção em assentamentos precários. Nos casos estudados, os autores destacam, por exemplo, que Curitiba destinou recursos para intervenções em 42% dos domicílios informais de seu território. Belo Horizonte atenderá cerca de 40% das famílias em assentamentos precários, Porto Alegre 36% das famílias que habitam assentamentos (considerando o número de domicílios em Aglomerados Subnormais do IBGE), enquanto a Região do Grande ABC e Fortaleza, aproximadamente 30% das famílias que habitam favelas.

Os recursos do PAC-UAP viabilizaram tanto projetos de urbanização de assentamentos precários que, até então, não haviam recebido intervenções, até obras de complementação de urbanização, destinadas às favelas que já haviam recebido algum tipo de intervenção no passado, além programas que já estavam em andamento. É o caso de São Paulo, que 43% dos recursos foram canalizados para urbanização de assentamentos do Programa Mananciais; Recife, cujo 45% dos recursos foram direcionados para cerca de 30 mil famílias, sob o programa Pro-metrópole; entre outros.

2.2. Camadas de Urbanização

A ação municipal, na década de 1980, caracterizou-se pela intervenção de caráter “emergencial”. Como afirma Denaldi (2003), o foco era orientado para a melhoria das condições de infraestrutura e os projetos eram, em sua maioria, executados no local. Este período é também marcado pela luta política de reconhecimento legal da posse da terra e a garantia de “direitos sociais mínimos” para a população que habitava assentamentos precários.

Os recursos disponíveis eram de origem municipal, em decorrência da escassez de recursos destinados pelas esferas estadual e federal. Ações como produção de novas moradias e requalificação de moradias não eram desenvolvidas (DENALDI, 2003).

A autora registra que a política de urbanização de favelas foi aprimorada, no entanto, as intervenções nem sempre alcançam patamares de qualidade adequados ou promovem a integração da favela à cidade. Observa-se que, na maioria dos casos, também não conseguem eliminar o déficit e a inadequação habitacional relacionada com a precariedade da unidade habitacional.

As favelas, atualmente, possuem um padrão de ocupação que acumula problemas e que é resultado de camadas de intervenção realizadas nas últimas décadas. O perfil dos investimentos do PAC reflete essa característica da “urbanização que nunca termina”.

Segundo Cardoso (2007), as limitações orçamentárias, na maioria das vezes, condicionam as alternativas de intervenção. É comum o poder público definir um projeto e realizar as obras que cabem dentro do recurso disponível, fazendo uma “conta de chegada”.

A urbanização é realizada por meio de camadas de intervenção realizadas ao longo do tempo - existe sempre a necessidade de complementar a urbanização, solucionar problemas não tratados pela última intervenção ou que apareceram após a conclusão dessa. Nota-se que a resolução parcial dos problemas é priorizada, mas a visão integral e sustentável no tempo, nem sempre é considerada.

A análise de Denaldi e Cardoso (2018) mostra que em diversos municípios brasileiros, a maioria dos recursos do PAC-UAP foram canalizados para intervenções de complementação de urbanização¹. Em Recife a quantidade chega a 80%, em São Paulo 83% e em Belo Horizonte 70%. No ABC e no Rio de Janeiro também são expressivos os valores para esse tipo de intervenção.

¹ O que pode ser expresso a partir de obras de infraestrutura (abertura de viário principal, por exemplo), ou urbanização de algum setor específico.

Ao analisar o caso de Recife, Moraes et al. (2018) afirma que as intervenções governamentais, historicamente, se mostraram insuficientes frente ao universo de assentamentos. Desde a década de 1970, são registrados aprimoramentos na intervenção em assentamentos precários, mas de maneira fragmentada no espaço e no tempo.

A partir de 1990 são desenvolvidos projetos mais complexos, principalmente em decorrência da combinação de financiamentos de agências multilaterais com recursos provenientes das esferas federativas. Anterior aos recursos do PAC-UAP, destaca-se os programas Habitar Brasil – BID (HBB/BID) e do Prometrópole.

No caso do Recife, os recursos do PAC foram destinados tanto para intervenções integrais, quanto para camadas de urbanização parcial (MORAES et al., 2018). As intervenções integrais foram direcionadas para os assentamentos menores e com menor complexidade; ou para provisão habitacional para reassentamento e foram as únicas que tiveram obras concluídas.

As intervenções do tipo urbanização parcial abrangeram uma maior número de assentamentos precários e se caracterizam como mais uma camada de urbanização por diversos motivos: em função das complexidades das áreas, o escopo do projeto exigir mais recurso do que o previsto; insuficiência de recursos disponibilizados pelo PAC para os assentamentos de grande porte, que também exigiam intervenções em caráter integral; e falta de preparo das empresas projetistas e construtoras para lidar com a realidade e complexidade dos assentamentos precários (MORAES et al., 2018).

Como afirmam Denaldi e Cardoso (2018), o caso do Grande ABC é bastante específico. Os municípios iniciaram processos de urbanização de favelas nas décadas de 1980 e 1990 e tratou-se de uma intervenção abrangente (atendeu um grande número de favelas). No entanto, devido à dificuldade de captar recursos para produção de novas moradias, a priorizou-se os assentamentos que não demandavam intervenções complexas ou elevado número de remoções.

Além disso, diversas intervenções realizadas não alcançaram patamares adequados de qualidade, muitas vezes trataram-se de intervenções emergenciais ou de uma somatória de intervenções pontuais. Nessas situações é necessário reconhecer que a qualidade de vida da população melhorou, porém, tal intervenção também contribuiu para a consolidação de situações inadequadas de ocupação e habitação.

Uma análise mais detalhada da Região do ABC, no âmbito do PAC-UAP é apresentada por Denaldi et al. (2016a):

Identificou-se que a maioria dos assentamentos beneficiados pelo programa PAC-UAP já recebeu algum tipo intervenção de urbanização em períodos anteriores. De acordo com informações municipais, dos 49 assentamentos que contam com recursos do PAC-UAP, 39 deles (80%) receberam intervenções realizadas com recursos de outras fontes nas últimas três décadas. A informação sobre a infraestrutura existente antes da intervenção do PAC-UAP confirma essa informação (DENALDI et al., 2016a, p. 108)

Ainda de acordo com os autores, segundo informações municipais, dos 49 assentamentos precários objeto de intervenção no âmbito do PAC-UAP, mais da metade (53%) das intervenções representam complementação de urbanização. Ou seja, em algum momento anterior, recebeu intervenções do tipo urbanização (DENALDI et al., 2016a).

O caso da favela Tamarutaca, analisado por Graciosi Pinto (2019), ilustra diversas problemáticas apontadas anteriormente. A Tamarutaca, localizada em Santo André, teve obras de urbanização iniciadas em 1990, sem conclusão até 2018 (período de encerramento da pesquisa).

Há indícios de que a escolha da Tamarutaca para receber intervenções, já na década de 1990, está relacionada à pressão realizada pelos moradores (na figura da Comissão de Moradores da Tamarutaca) e também do Movimento de Defesa do Direito dos Favelados (MDDF).

A prefeitura, no início da década de 1990, estrutura a política de urbanização de favelas de Santo André. O então prefeito, Celso Daniel, contratou uma equipe nova, criou a Secretaria Municipal de Habitação e instalou dois programas de urbanização de favelas² no município (GRACIOSI PINTO, 2019).

A urbanização da favela Tamarutaca ocorreu em três períodos. No primeiro, os recursos disponíveis (do município e do SEMASA) não foram suficientes para completar a urbanização da área. Soma-se a isso, o fato de que, com a alternância de governo em 1993, todas as obras do assentamento foram paralisadas. Diante disto, consolida-se a primeira camada de urbanização parcial.

No segundo período de urbanização (1998 – 2009), as obras são retomadas. De acordo com técnicos entrevistados, aumentou a densidade e número de moradores e detectou-se que muitas obras realizadas no primeiro período se encontravam deterioradas (GRACIOSI PINTO, 2019). Áreas que eram consideradas urbanizadas ao fim de 1993, exigiram complementações de infraestrutura e adequação de adensamento.

² São eles o programa de Reurbanização (Urb) e o Pré-Urbanização (Pré-Urb). O primeiro, também denominado 'urbanização integral', tinha como objetivo realizar ações em toda extensão dos assentamentos; enquanto o segundo tinha como objetivo executar obras de melhoria ou intervenções pontuais de caráter emergencial nos assentamentos precários do município.

Outra característica deste período refere-se à disponibilização de recursos internacionais e à vigência do programa Santo André Mais Igual (uma estratégia de caráter integral para a urbanização desse e outros assentamentos do município³). Em 2004, aproximadamente 85% da favela havia sido urbanizada, porém com o fim do programa, não haviam recursos disponíveis para finalizar a urbanização.

Após essa segunda camada de urbanização parcial, em 2009 inaugura-se o terceiro período (2009 - 2018). As intervenções na Tamarutaca são desaceleradas, uma vez que, os recursos do PAC-UAP são direcionados a outros assentamentos precários do município⁴. Nenhuma grande obra é realizada no terceiro período e em decorrência da reocupação⁵ de áreas de risco dentro do assentamento, cerca de 150 famílias permanecem sem atendimento.

Como sugerem Ximenes e Jaenisch (2019), as sobreposições de intervenções indicam que os projetos de urbanização não podem ser tomados como definitivos. A questão é que as favelas são territórios dinâmicos, em constante transformação, ou seja, quando retomam-se as obras, o escopo da intervenção exige ampliação, seja pelo aumento da densidade, necessidade de refazer obras deterioradas ou reocupação de áreas de risco/uso público (DENALDI; CARDOSO, 2018).

Uma análise da aplicação dos recursos do PAC-Favelas no Município do Rio de Janeiro explicita a relevância das camadas de urbanização. Diversos programas⁶ de urbanização de favelas foram desenvolvidos no município, desde a década de 1990 e há indícios de que tenha ocorrido assim por vontade política de administrações anteriores, pela pressão popular, ou capacidade institucional da prefeitura (XIMENES; JAENISCH, 2019).

Segundo os autores, a partir da priorização das favelas que receberam intervenções do PAC-UAP, foi possível identificar “favelas que vêm recebendo sucessivas ações e intervenções, sobrepondo obras” (XIMENES; JAENISCH, 2019, p. 16).

³ Sobre o Santo André Mais Igual, ver mais em: Denaldi (2012).

⁴ A Tamarutaca já havia recebido intervenções por quase duas décadas, além de ter sido um dos casos mais complexos do município. Com a chegada dos recursos do PAC-UAP, a Tamarutaca deixa de ser prioridade, enquanto outros municípios são selecionados.

⁵ Durante as etapas de intervenção, as ocupações em áreas de risco dentro do assentamento foram desocupadas e as famílias naquela situação, atendidas. Uma problemática recorrente, bastante evidenciada neste último período, é a reocupação dessas áreas de risco, justamente pois as características geomorfológicas do terreno (mais íngreme) exige um maior volume de recursos que nenhuma etapa anterior solucionou.

⁶ São destacados os programas: Favela-Bairro, Grandes Favelas, Bairrinho e Morar Carioca (XIMENES; JAENISCH, 2019).

Na década de 1990, diversos assentamentos receberam intervenções pontuais, e poucos anos mais tarde, alguns foram inseridos no âmbito do Programa Favela-Bairro, seja em sua fase embrionária, seja em sua segunda etapa. Ximenes e Jaenisch (2019) afirmam que diversas camadas de urbanização parcial se consolidaram nesse período.

As gestões de Eduardo Paes (2009 - 2016) e o Programa Morar Carioca inauguram um novo discurso, de priorização dos investimentos para os assentamentos precários que não haviam recebido intervenções anteriormente. Porém, como Ximenes e Jaenisch (2019) afirmam, o Programa atuou em diversas favelas atendidas pela segunda fase do Programa Favela-Bairro. Ao mesmo tempo, durante a segunda fase do Programa Morar Carioca a prática é orientada para assentamentos sem camadas de urbanização prévia.

A análise dos autores evidencia que existem questões em aberto. É necessário entender em que medida houve de fato uma complementariedade nas intervenções realizadas ou um ciclo vicioso de reinvestimentos; além disso, enquanto os agentes públicos são amplamente estudados, e no caso do Rio de Janeiro, nota-se um acúmulo de conhecimento por parte da Secretaria Municipal de Habitação, os agentes privados, suas racionalidades e estratégias são menos conhecidas.

As camadas de urbanização fazem parte da realidade da intervenção em assentamentos precários brasileiros. Os motivos são diversos: alternância de governo municipal, que drasticamente paralisa obras e estratégias em andamento; falta de recursos para a realização da urbanização integral; qualidade dos projetos; transformação permanente do território; entre outros.

Uma análise sistemática e atenta, orientada para a melhor compreensão das camadas de urbanização dos assentamentos precários brasileiros, é relevante por duas razões principais: a primeira, explicita os desafios que o processo de urbanização de favelas enfrenta⁷; e a segunda, ilustra que é necessário, ainda mais em momentos de diminuição do aporte de recursos, revisar as metodologias e estratégias de urbanização de favelas.

⁷ Destaca-se como desafios a morosidade das obras de urbanização (PETRAROLLI, 2015); precariedade da unidade habitacional em favelas urbanizadas (COELHO, 2017; SANTOS, 2019; GRACIOSI PINTO, 2019); dificuldade de tratar a dimensão ambiental nas intervenções (DENALDI; FERRARA, 2017); entre outros.

3. Urbanização de Favelas em São Bernardo do Campo

3.1. Assentamentos precários no município

O Município de São Bernardo do Campo se localiza na Região do ABC, limitando-se a leste com Santo André, a sul com Cubatão e São Vicente, a norte e oeste com São Paulo e a nordeste com São Caetano do Sul e Diadema. O município possui aproximadamente 830 mil habitantes (IBGE, 2010) e um território de 407,10 km², sendo que cerca de metade deste está inserido em zona de proteção e recuperação de mananciais (APRM-Billings) (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2010).

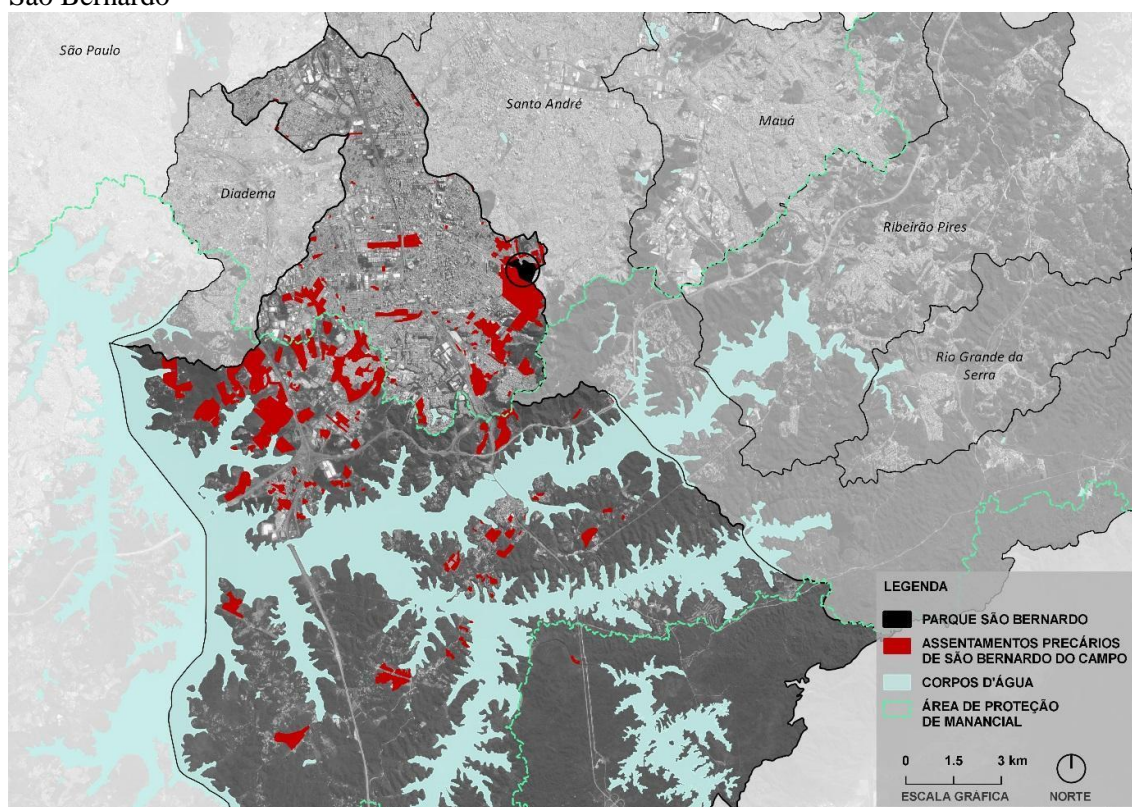
Em seu território há 249 assentamentos precários (figura 1), que abrigam cerca de 93 mil domicílios, sendo que 60% dos assentamentos localizam-se na área de proteção de mananciais e abrigam aproximadamente 50% do total dos domicílios (DENALDI et al., 2016b). São Bernardo do Campo abriga 30% dos assentamentos precários e 50% dos domicílios em assentamentos precários da Região do Grande ABC (tabela 1).

Tabela 1 - Assentamentos Precários em São Bernardo do Campo

Território	Total de Assentamentos Precários	%	Total de Domicílios	%	Fonte
São Bernardo do Campo	249	31,6%	93.123	49,0%	PLHIS; PMSBC
Região do Grande ABC	788	100%	190.194	100%	

Fonte: adaptação de Denaldi et al., 2016b.

Figura 1. Assentamentos precários no Município de São Bernardo do Campo e a favela Parque São Bernardo



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de DENALDI et al. (2016b), 2019.

O mapeamento dos assentamentos precários de um município é importante passo para a atuação do poder público, no que tange sua política habitacional, e mais especificamente, sua política de urbanização de favelas. No caso de São Bernardo do Campo, o primeiro mapeamento foi feito em 2010, no escopo do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

O mapeamento identificou 261⁸ assentamentos precários e/ou irregulares, além de 86.820 edificações (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2012). O diagnóstico elaborado pelo PLHIS, pela primeira vez, obteve informações relacionadas à cobertura de rede de água, cobertura de rede de esgoto e a situação da rede elétrica nos assentamentos precários do município.

⁸ O total de assentamentos precários contabilizado pelo PLHIS difere do total indicado pelo Diagnóstico Habitacional Regional do Grande ABC (DHABC) porém isso se dá por conta de aspectos metodológicos. Para saber mais: Denaldi et al. (2016b).

O PLHIS classificou todos os assentamentos precários em tipologias comuns, objetivando delinear as possibilidades de ação nos assentamentos⁹.

O presente trabalho se utilizará das informações mais recentes, produzidas no âmbito do Diagnóstico Regional de Habitação no Grande ABC (DENALDI et al., 2016b). O estudo categorizou os assentamentos de interesse social¹⁰ de todo o Grande ABC em 05 tipologias:

T1: assentamentos urbanizados, consolidados e irregulares, que demandam ações de regularização fundiária;

T2: assentamentos precários, irregulares e consolidáveis, que demandam obras de infraestrutura, podendo necessitar de alguma remoção;

T3: assentamentos precários, irregulares e consolidáveis, que demandam obras complexas de urbanização e/ou percentual elevado de remoção;

T4: assentamentos precários, irregulares e não consolidáveis, cuja solução é a remoção total dos domicílios;

T5: assentamentos urbanizados e regularizados.

No caso de São Bernardo do Campo, a categorização dos assentamentos precários em tipologias (tabela 2) evidencia que aproximadamente 25% (64) dos assentamentos precisam apenas de regularização fundiária para sua consolidação, pouco mais de 10% (28) dos assentamentos necessitam de remoção total, enquanto a maioria, totalizando 63% (157) exigem alguma intervenção, seja simples ou complexa.

Tabela 2 - Assentamentos Precários em São Bernardo do Campo e na Região do Grande ABC segundo tipologias de intervenção (T1, T2, T3 e T4): número total e domicílios.

Território		Total	T1	T2	T3	T4
São Bernardo do Campo	nº de assentamentos	249 (100%)	64 (25,7%)	81 (32,5%)	76 (30,5%)	28 (11,2%)
	domicílios	93.123 (100%)	19.673 (21,1%)	28.201 (30,3%)	42.498 (45,6%)	2.751 (3,0%)

Fonte: adaptação de Denaldi et al., 2016b.

⁹**Tipologia 1:** definida por assentamentos caracterizados pelo nível satisfatório de consolidação, com infraestrutura básica e habitações adequadas; **Tipologia 2:** é composta por assentamentos parcialmente consolidados, mas que demandam execução ou complementação de alguns serviços de infraestrutura e podem ainda abrigar habitações inadequadas; **Tipologia 3:** é definida por assentamentos não consolidados, caracterizados pela carência de infraestrutura, traçado regular, baixa ou média densidade e/ou não apresentam a necessidade de execução de obras complexas de infraestrutura urbana, consolidação geotécnica ou de drenagem urbana. Abrigam habitações inadequadas, mas passíveis de adequação. Apresentam baixo índice de necessidade de remoções (até 5%); **Tipologia 4:** abrange assentamentos precários, mas passíveis de consolidação, caracterizados pela carência de infraestrutura, traçado irregular, alta densidade e/ou apresentam a necessidade de execução de obras complexas de infraestrutura urbana, consolidação geotécnica ou de drenagem urbana. Essa tipologia envolve também habitações inadequadas e a necessidade de promover remoções; **Tipologia 5:** é caracterizada por assentamentos não consolidáveis, onde incidem restrições de natureza jurídica ou física-ambiental que impedem sua consolidação onde estão implantados e impõem a remoção total do assentamento por meio da realocação das famílias em outro terreno (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2012, p. 52)

¹⁰ O estudo apresenta a distribuição dos assentamentos de interesse social nos subconjuntos “precários e/ou irregulares” (tipologias T1, T2, T3 e T4) e “urbanizados e regularizados” (T5)

No que tange o déficit habitacional, Denaldi et al. (2016b), produziram uma metodologia de estimativa do déficit em assentamentos precários e externo a ele (tabela 3). A metodologia buscou conciliar duas abordagens distintas para mensuração do déficit (territorial e domiciliar)¹¹, para superar limitações que ambas as metodologias, isoladamente, apresentavam.

Essa metodologia foi capaz de produzir uma estimativa do déficit habitacional externo aos assentamentos precários, que pode ser composta por famílias de baixa renda com ônus excessivo de aluguel, famílias residentes em cortiços ou em situação de densidade excessiva. Os dados mostram que quase 80% do déficit em assentamentos precários se trata de déficit qualitativo¹², enquanto o déficit externo aos assentamentos precários é em sua maioria (quase 80%), déficit quantitativo¹³.

Tabela 3 – São Bernardo do Campo e Região do Grande ABC: estimativa do déficit em assentamentos precários e do déficit externo aos assentamentos precários a partir do processo de compatibilização de abordagens

Território	DÉFICIT EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (Região 1 + Região 2)			DÉFICIT EXTERNO AOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (Região 3)		
	Quantitativo	Qualitativo	Total	Quantitativo	Qualitativo	Total
São Bernardo do Campo	16.737 (22,8%)	56.713 (77,2%)	73.450 (100%)	14.708 (78,4%)	4.058 (21,6%)	18.766 (100%)
Região do Grande ABC	36.502 (25,5%)	106.815 (74,5%)	143.317 (100%)	63.860 (73,6%)	22.899 (26,4%)	86.759 (100%)

Fonte: adaptação de Denaldi et al., 2016b.

Um conjunto importante de assentamentos receberam intervenções, representando 25,7% (64) do total de assentamentos precários do município. Além disso, em 2016, dos assentamentos classificados como tipologias de T2 e T3 (Tabela 4), 21% (33) estão com projeto em contratação ou elaboração e 11,5% (18) com obras em andamento. Em relação à tipologia T4 (tabela 5), 7,1% (2) estavam com obras em andamento.

¹¹ A explicação da metodologia está presente no relatório final do Diagnóstico Habitacional Regional do ABC, disponível no link: <http://lepur.com.br/pesquisas/pesquisas-concluidas/>

¹² Déficit qualitativo demanda ações locais voltadas à melhoria das moradias e regularização fundiária.

¹³ Déficit quantitativo diz respeito à necessidade de construção ou aquisição de novas unidades habitacionais.

Tabela 4 - Assentamentos precários e irregulares T2 e T3 em São Bernardo do Campo e na Região do Grande ABC: estágio de intervenção (número total e domicílios).

Municípios	T2 e T3	Total	Estágio de Intervenção				
			sem previsão	projeto em contratação ou elaboração	obra em contratação	obra em andamento	obras pontuais
São Bernardo do Campo	nº de assentamentos	157 (100%)	85 (54,1%)	33 (21,0%)	7 (4,5%)	18 (11,5%)	14 (8,9%)
	domicílios	70.699 (100%)	33.202 (47,0%)	13.899 (19,7%)	5.134 (7,3%)	10.870 (15,4%)	7.594 (10,7%)

Fonte: adaptação de Denaldi et al., 2016b.

Tabela 5 - Assentamentos Precários T4 em São Bernardo do Campo e na Região do Grande ABC: estágio de intervenção (número total e domicílios).

Municípios	T4	Total	Estágio de Intervenção			
			sem previsão	projeto em contratação ou elaboração	obra em contratação	obra em andamento
São Bernardo do Campo	nº de assentamentos	28 (100%)	14 (50,0%)	1 (3,6%)	11 (39,3%)	2 (7,1%)
	domicílios	2.751 (100%)	382 (13,9%)	57 (2,1%)	2.189 (79,6%)	123 (4,5%)

Fonte: adaptação de Denaldi et al., 2016b.

Segundo Denaldi et al. (2016b), no município de São Bernardo do Campo, 1.780 unidades habitacionais foram contratadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1, sendo que desse total, 560 haviam sido concluídas, 420 unidades estavam em execução, e 800 aguardavam a contratação para a fase de obras. No caso da região do grande ABC, o total de unidades habitacionais contratadas foi de 7.152.

De acordo com os dados do balanço do PAC-UAP, produzido por Cardoso e Denaldi (2018), São Bernardo do Campo ocupa a quarta posição em termos de volume de contratação de recursos. O Município recebeu cerca de 700 milhões de reais, e fica atrás apenas dos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (figura 2).

Figura 2. Investimentos do PAC em urbanização de favelas, distribuídos aos 15 governos municipais que mais receberam recursos.

MUNICÍPIO	PREFEITO ELEITO (2004)	Valor Contratado 2007 e 2008 (R\$)	PREFEITO ELEITO (2008)	Valor Contratado 2009 e 2010 (R\$)
Belo Horizonte	Fernando Pimentel (PT)	691.688.656	Márcio Lacerda (PSB)	686.287.201
Rio de Janeiro	César Maia (DEM)	568.658.237	Eduardo Paes (PMDB)	659.527.018
São Paulo	José Serra (PSDB)	881.625.603	Gilberto Kassab (PSD)	266.895.156
São Bernardo do Campo	William Dib (PSB)	205.574.063	Luiz Marinho (PT)	488.972.897
Recife	João Paulo (PT)	347.161.446	João da Costa Bezerra Filho (PT)	228.040.069
Guarulhos	Elói Pietá (PT)	303.038.449	Sebastião Almeida (PT)	84.012.497
Osasco	Emídio Pereira de Souza (PT)	165.526.834	Emídio Pereira de Souza (PT)	213.856.586
Fortaleza	Luizianne Lins (PT)	241.935.997	Luizianne Lins (PT)	69.744.379
Campinas	Izalene Tiene (PT)	119.434.289	Hélio de Oliveira Santos (PDT)	115.898.352
Camaçari	Luiz Carlos Caetano (PT)	0	Luiz Carlos Caetano (PT)	195.227.878
Águas Lindas de Goiás	Jose Pereira Soares (DEM)	30.282.686	Geraldo Messias Queiroz (PP)	73.935.426
Ribeirão das Neves	Walace Ventura Andrade (PSB)	137.739.615	Walace Ventura Andrade (PSB)	141.903.195
Santo André	João Avamileno (PT)	177.199.204	Aidan Antonio Ravin (PTB)	14.955.740
Nova Iguaçu	Luiz Lindbergh (PT)	270.307.549	Luiz Lindbergh (PT)	0
Santos	João Paulo Tavares Papa (PMDB)	252.489.269	João Paulo Tavares Papa (PMDB)	0

Fonte: Extraído de Denaldi e Cardoso (2018).

Denaldi et al. (2016b) também ressalta que 106 assentamentos precários foram ou estão sendo urbanizados com recursos do PAC no Grande ABC, sendo que 44 se localizam em São Bernardo do Campo.

3.2. Histórico da Política de Urbanização de Favelas

As intervenções em favela no município São Bernardo do Campo se iniciaram em 1989 e podem ser divididas em dois momentos marcados por estratégias e ações distintas. No primeiro, de 1989 a 2000, iniciam-se as intervenções do tipo urbanização gradual de favelas com recursos quase exclusivamente municipais. Trata-se de um período com alternâncias de governo e interrupções na política de urbanização de favelas. Na gestão do prefeito Maurício Soares (1989 a 1993), do Partido dos Trabalhadores (PT), a política de urbanização de favelas de São Bernardo do Campo foi estruturada e retomada quando esse prefeito é reeleito em 1997. No período da gestão Walter Demarchi (1993-1997) a ação é interrompida.

Cabe esclarecer, que antes de 1989, a ‘favela’ era de responsabilidade da Promoção Social (uma diretoria específica da Secretaria de Saúde do município). O escopo dessas intervenções tinha o caráter de atendimento emergencial. Neste período foram removidos moradores de áreas de risco/inundação do Bairro dos Alvarengas e foram levados para outro loteamento (Kawashima, 2018).

Em 1989 foi criado um grupo de trabalho vinculado ao Gabinete do Vice-Prefeito que iniciou o trabalho de urbanização das favelas. Em 1991, por meio da Lei 3.738 de junho de 1991, foi criada a Coordenadoria de Habitação, que tinha 04 divisões:

A Coordenadoria de Habitação 01 – Núcleo de Atividades Habitacionais de Interesse Social (CH-1) compreendia três equipes de projetos, que elaboravam os projetos de urbanização, além de suporte técnico e administrativo; a Coordenadoria de Habitação 02 – Núcleo de Habitação Popular (CH-2) compreendia quatro equipes para elaboração de projetos de novos empreendimentos de habitação popular; a Coordenadoria de Habitação 03 – Núcleo de Assessoria às Associações Pró-Moradia (CH-3) que continha duas equipes de projetos; e, por fim, a Coordenadoria de Habitação 04 – Núcleo de Apoio Técnico (CH-4) compreendendo o núcleo de topografia, com três equipes técnicas (Kawashima, 2018).

Parte da estratégia da estruturação da Política de Urbanização de favelas no município de São Bernardo do Campo se deu através do eixo da participação popular. Em 1990 foi criada a ‘plenária de favelas’ que reunia lideranças dos assentamentos precários e técnicos e dirigentes municipais para discutir o desenvolvimento das ações de urbanização e estabelecer as prioridades de intervenção. (Kawashima, 2018).

Em 1991, a intervenção em favelas resumia-se a reparcelamentos do solo, a partir de estudos preliminares, execução de redes de água e esgoto por meio do Departamento de Água e Esgoto (DAE) e com a mão de obra da população por meio de mutirões.

[O DAE] Era uma diretoria ligada à Secretaria de Obras. Eles entravam com fornecimento de material e orientação técnica. E assim eram realizados os mutirões de água e esgoto. Para abertura de ruas, nós tínhamos um contato com a Secretaria de Obras (Santo André Terraplanagem) (Kawashima, 2018)

Há indícios que o Município de São Bernardo do Campo utilizou o aprendizado institucional de Diadema que foi o primeiro município da Região do Grande ABC a implementar, em 1983, programas de urbanização de favelas. Destaca-se que as coordenadorias de habitação (CH) eram compostas por técnicos que trabalharam na década de 1980 em Diadema.

O segundo momento, de 1999 a 2018, é marcado pelo aporte de recursos federais disponibilizados no âmbito dos programas Habitar Brasil/BID (HBB), Minha Casa Minha Vida, e Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP). Além disso, ressalta-se que a partir de 2009 o Município de São Bernardo do Campo passa por uma reforma administrativa e reorganização da política habitacional de grande relevância para os projetos e ações do período mais recente.

Pouco foi registrado em relação ao período de 2001 e 2008. Faltam informações para identificar e avaliar as ações desse período. O Plano Local de Habitação de Interesse Social descreve:

até 2009, o município não dispunha de Plano Habitacional ou de base de dados técnica adequada que abrangesse o conjunto da problemática habitacional e que possibilitasse nortear as ações no setor; não havia uma Secretaria Municipal específica de Habitação, e os recursos financeiros mobilizados para área habitacional eram incompatíveis, até então, com o problema da moradia no município (no Plano Plurianual PPA 2006-2009 apenas 0,03% do orçamento municipal destinava-se à habitação), mais de dez vezes menos do que a média nacional costuma designar ao setor. (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2012).

Este segundo momento de estruturação da política de urbanização de favelas em São Bernardo do Campo corresponde à entrada de Luiz Marinho na prefeitura, em 2009. Segundo Regino (2017), o contexto de gestão governamental foi determinante para o desenho da política. Ressaltam-se como elementos estruturantes o Plano Plurianual Participativo – PPA Participativo, que priorizou investimentos na área habitacional, em especial em urbanização de favelas, e também o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS.

Até 2009 o município não dispunha de capacidade administrativa para implementar uma política habitacional abrangente (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2012). Nesse sentido, diversos esforços são elencados como significativos para reversão do quadro apresentado, sendo eles: a criação da Secretaria de Habitação, constituindo um corpo de funcionários próprios, a partir da contratação de técnicos servidores municipais selecionados por meio de concurso público (Regino, 2017); a elaboração do primeiro mapeamento de assentamentos precários e/ou irregulares; o compromisso de destinar 2,5% do orçamento do município para Habitação todos os anos, até que o déficit acumulado seja sanado; entre outros (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2012).

Em relação a execução das metas do PLHIS, é importante destacar que o município destinou recursos próprios volumosos e obteve êxito na captação de recursos externos. Assim, “no momento da finalização do PLHIS, o volume de recursos para a área de habitação totalizava mais de 7,0% do orçamento municipal” (REGINO, 2017, p. 68).

Em 2010 foi instituído o Conselho da Cidade e do Meio Ambiente (Concidade), e criado o Fundo Municipal da Habitação (FMH). Tais medidas foram fundamentais para ampliar a escala de intervenção que se verificou no município a partir de 2009.

O PLHIS de São Bernardo do Campo tinha como objetivo “fazer da política habitacional um instrumento de inclusão social e de construção de uma cidade sustentável (...)” (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2012) e foi concebido como principal instrumento de planejamento das ações de política habitacional de interesse social do município. O referido plano definiu estratégias de enfrentamento da problemática habitacional e incorporou o mapeamento e caracterização dos assentamentos precários do município.

Após a classificação dos assentamentos precários de acordo com as tipologias indicadas, o PLHIS definiu também as ações e programas, dando uma direção clara do que deveria ser feito e priorizado.

Para Regino (2017), mesmo diante de um enorme passivo habitacional, obter resultados positivos no que tange a política habitacional só foi possível pelo esforço de definição da política habitacional articulada com a política urbana. O PLHIS, assim como as demais modificações institucionais ocorridas após 2009 são exemplos desse esforço.

No período mais recente, o PAC-UAP e o PMCMV, como indicado anteriormente, surgem como fontes de financiamento e recursos primordiais para diversas urbanizações de favela no município. Em relação aos recursos contratados e planejados para urbanização dos assentamentos precários na região do Grande ABC, no âmbito do PAC e do PMCMV, destaca-se que 971 milhões de reais foram contratados para o PAC, 1.065

milhões referem-se ao PAC + PMCMV contratados e 1.414 milhões de reais foram contratado e planejado para o PAC + PMCMV. Denaldi et al. (2018, p. 85) mostra que 54% dos investimentos do PAC e do PMCMV foram destinados aos componentes de habitação, enquanto 35% para infraestrutura.

Na tabela 6, produzida por Regino (2017), é possível observar as intervenções de urbanização de assentamentos precários financiadas pelo PAC, destacando os modelos de intervenção, as soluções de atendimento e reposição de moradias removidas.

Tabela 6 - Contratos do PAC Urbanização e Áreas de Reassentamento. São Bernardo – 2009-2016

Contratos PAC Urbanização Integrada	Modelo de intervenção/ Área de Reassentamento	Nº de AP	Nº de imóveis cadastrados	Remoções nº %	Soluções habitacionais de atendimento e reposição		
					UH consolidada	Novas UH na área	Reassentamento externo
Silvina Naval	Reassentamento total	1	207	207 100 %	-	-	207
PAC Alvarenga	Urbanização com remanejamento e reassentamento	4	2.514	1.904 76 %	610	878	1.026
Jardim Colina	Urbanização Integrada com relocação interna e reassentamento externo	1	211	165 78 %	46	104	61
Silvina Oleoduto 2ª Etapa	Substituição total	1	505	505 100 %	0	532	0
Jardim Esmeralda 2ª Etapa	Substituição total	1	554	554 100 %	0	564	0
Jardim Lavínia	Substituição total	1	180	180 100 %	0	184	0
Parque São Bernardo	Urbanização com remanejamento	3	3.164	714 23 %	2.441	754	0
Silvina Audi	Urbanização com remanejamento e reassentamento	5	3.265	909 28 %	2.356	416	560
Capelinha e Cocaia	Urbanização com remanejamento	2	900	224 25 %	676	248	0
Saracantan-Colina	Urbanização com remanejamento e reassentamento de 4 assentamentos e reassentamento total de 3 assentamentos	7	2.897	290 10 %	2.452	40	420
TOTAL		26	14.397	5.652 39 %	8.581	3.720	2.274

Fonte: Regino (2007)

Nota-se que o Parque São Bernardo aparece como um dos maiores assentamentos precários, entre os que receberam recursos do PAC, e a modalidade de intervenção é de

urbanização com remanejamento – principalmente em decorrência da construção de conjuntos habitacionais no interior da poligonal do assentamento.

4. A Urbanização da Favela Parque São Bernardo

O assentamento precário Parque São Bernardo está localizado na região sudeste do Município de São Bernardo do Campo (Figura 3), a cerca de 4 km do centro, e faz parte da maior conurbação de assentamentos irregulares da cidade, composta por 12 núcleos de favelas. Possui área de 269.446,29 metros quadrados e, em 2009, o assentamento abrigava pouco mais de três mil domicílios, totalizando mais de 10 mil habitantes (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2010).

Figura 3. Parque São Bernardo: localização do assentamento precário



Fonte: elaboração própria com base nos dados de DENALDI et al., 2016

A ocupação do Parque São Bernardo teve início em 1968, pela a área que hoje é denominada de Setor¹⁴ 02, seguida pelo Setor 05 (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2010). Entre 1977 e 1979, foram cadastradas 1.200 famílias pela Prefeitura Municipal e, em 1994, um novo levantamento identificou a existência (ou a presença) de 1.941 famílias no local.

Segundo informações municipais, apuradas a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o assentamento conta com uma média de 3,6

¹⁴ Será apresentada a setorização da favela Parque São Bernardo adiante, nesta mesma seção.

moradores por domicílio, número que corresponde à média nacional (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2013).

O assentamento está inserido na bacia do Córrego Saracantan, afluente do Ribeirão dos Meninos De acordo com Moretti et al. (2014), o Parque São Bernardo abrigava nascentes e cursos d'água que deixaram de existir devido a ações antrópicas no local.

O relevo do assentamento é acidentado, com alguns setores apresentando declividade superior a 30%. Segundo Relatório de Mapeamento Geológico-Geotécnico, há áreas com risco potencialmente grave de desmoronamentos, sendo os Setores 1 e 4 os mais suscetíveis. O assentamento também apresenta situações de risco associadas à inundação, a deslizamento e a solapamento, além de risco tecnológico associado a polidutos da Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), que correspondem a um corredor de dutos por onde circulam todos os produtos (gás, óleo e outros). A extensão do oleoduto é de 530 metros e corta linearmente a maior parte da área do assentamento (ou do Parque São Bernardo).

Em 1990, o assentamento precário Parque São Bernardo foi selecionado como área prioritária para receber intervenções. Acredita-se que a principal motivação (ou justificativa) para sua escolha tenha sido a gravidade da precariedade, somada ao tamanho do assentamento - o Parque São Bernardo era uma das maiores favelas do município -, e também à organização dos moradores. Sobre esse primeiro período de análise, entrevistados afirmaram que praticamente todas as grandes favelas de São Bernardo do Campo receberam alguma intervenção (BERNARDES et al., 2018)¹⁵.

Ainda, depoimento de entrevistado reforça os indícios de que a escolha do Parque São Bernardo esteve relacionada à forte organização dos moradores do assentamento:

Como era um governo muito permeado, desde a discussão do projeto, o que fazer... porque não tinha recurso, então provavelmente, olhando a história do Parque [São Bernardo], a sua escolha era fruto da mobilização. Vamos dizer assim, era um “orçamento participativo” na prática, pois tinham assembleias frequentes, e evidentemente as favelas que tinham mais gente e maior organização levavam mais gente e saíam na frente (Paulo Massoca – entrevista coletiva, 2018).

Nesse período inicial o Parque São Bernardo foi dividido em 10 setores (Figura 4), que foram delimitados a partir dos principais caminhos construídos pela comunidade no

¹⁵ Os depoimentos foram coletados em entrevistas coletivas das quais participaram: Ariana Rumstain, Edison Kawashima, Juliana Petrarolli, Paulo Massoca, Pedro Israel e Sara Bernardes. Como metodologia para apresentação neste relatório, cada depoimento será atribuído a(o) respectiva(o) entrevistada(o), quando se tratar de falas de um único entrevistado, e nos casos de conteúdos extraídos do coletivo, serão referenciados como “Bernardes et al. (2018)”.

interior do assentamento. Segundo Bernardes et al. (2018) por se tratar de uma área muito grande, a setorização facilitava a gestão e a priorização das intervenções. As ações de urbanização foram iniciadas nos setores que apresentavam maior facilidade de circulação e acesso de equipamentos.

Figura 4. Parque São Bernardo: Setorização



Fonte: Elaboração própria com base em dados municipais (ou com base em São Bernardo do Campo, 2009)

Durante todo o processo de urbanização, desde 1990 até 2018, alguns setores receberam mais de uma camada de urbanização, como é o caso dos Setores 05 e 08. Outros receberam intervenções apenas no segundo período, com a construção de edifícios multifamiliares para solucionar a questão do adensamento, que aumentou ao longo dos anos.

Atualmente, as obras de urbanização ainda estão em andamento, com a previsão de atendimento habitacional a famílias tanto com a sua consolidação no território, quanto com o seu deslocamento para unidades evolutivas (embriões) e lotes urbanizados¹⁶ a serem executados na própria área.

¹⁶ Os lotes urbanizados resultam do reparcelamento de uma área e contam com infraestrutura básica. Esses lotes são, entregues aos moradores para a construção de suas moradias.

4.1. Primeiro Período: 1990 a 1998

As obras no Parque São Bernardo começaram em 1991, com intervenções do tipo emergencial. Segundo depoimento de entrevistado:

Devido à inexistência de programas de financiamento às obras de urbanização, restava apenas a opção de reordenar os espaços, criando acesso e lotes mínimos, implantação de redes precárias de esgoto e água com vistas a uma futura consolidação (Edison Kawashima – entrevista coletiva, 2018)

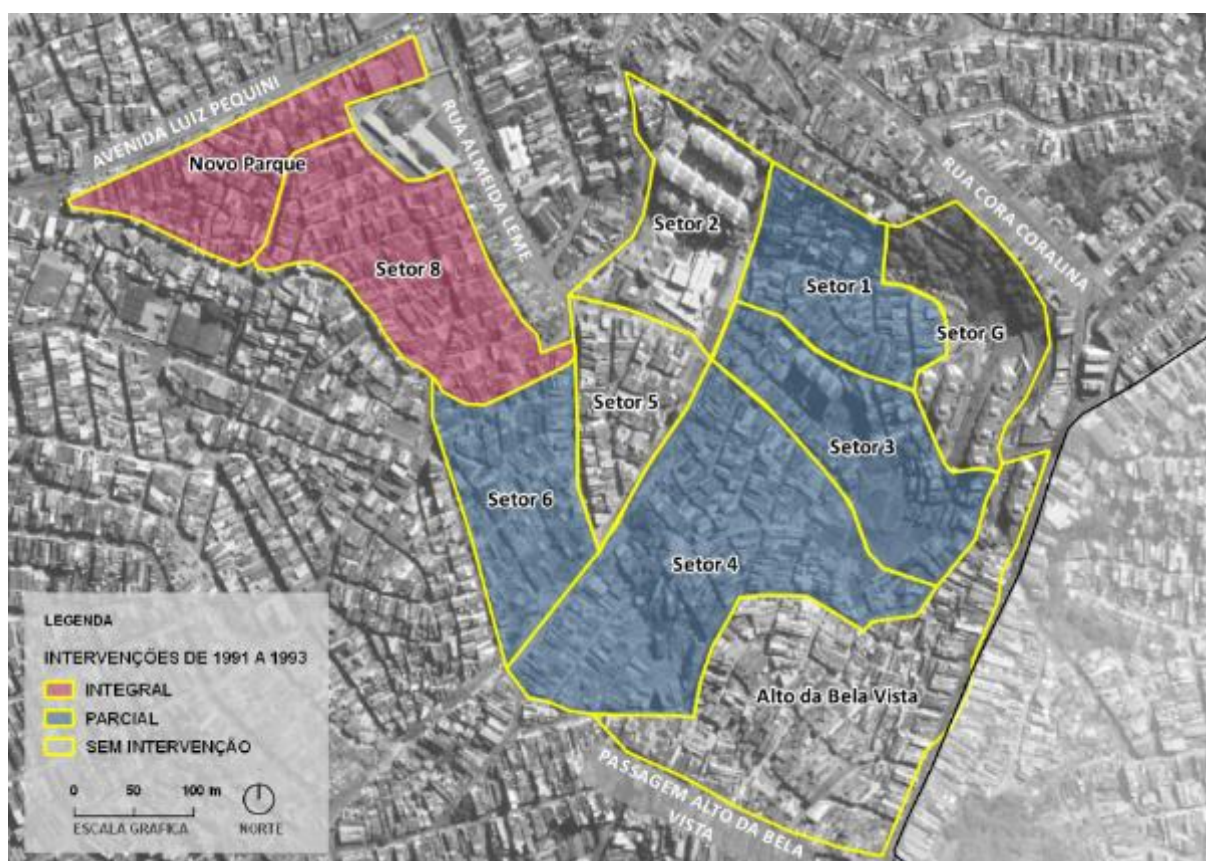
Na fase inicial, os Setores 6 e 8 foram reordenados de acordo com projeto de parcelamento produzido pela própria equipe municipal, possibilitando também a acomodação de moradores removidos dos Setores 1, 3 e 4 (MORETTI et al., 2014).

A abertura das vias foi realizada por empresa de terraplanagem contratada pela Secretaria Municipal de Obras e os lotes foram demarcados pela equipe de topografia da Coordenadoria de Habitação 4 (CH-4). A Diretoria de Água e Esgoto (DAE), vinculada à Secretaria de Obras, disponibilizou material e prestou apoio técnico para a execução de redes de água e esgoto. Os moradores iniciavam a construção de suas moradias em alvenaria, logo após a demarcação dos lotes. Os entrevistados afirmaram que, paulatinamente, a grande maioria dos moradores transformava os barracos de madeira em alvenaria (BERNARDES et al., 2018).

O Setor denominado ‘Novo Parque’ também foi uma das áreas que mais recebeu intervenções nesse período. No geral, pode-se considerar que os Setores 08 e Novo Parque receberam uma camada de urbanização (KAWASHIMA, 2018), e os Setores 01, 03, 04 e 06 tiveram atendimento parcial (Figura 5). A opção por intervir nestes setores, segundo Edson Kawashima, está relacionada à baixa complexidade das obras, situação que não ocorria em outros setores não atendidos:

Os setores 2 e 5 não receberam intervenção nesta primeira etapa devido ao alto custo de implantação das obras de contenção/drenagem e os poucos recursos próprios existentes (Edison Kawashima – entrevista coletiva, 2018)

Figura 5. Parque São Bernardo: classificação dos setores por tipo de intervenção (1991 a 1992)



Fonte: Elaboração própria com base em informações coletadas em entrevistas.

Além das dificuldades relacionadas à falta de recursos, entrevistados que integraram a equipe técnica da prefeitura no período inicial revelaram também que diversos conflitos surgiram no início da intervenção:

Nós descobrimos pessoas que exploravam aquela região com venda de lotes, tinha violência e ameaças por conta disso. Em particular no Boa Vista, a ponto de ir na plenária ameaçar funcionários da coordenadoria da época. Mas aos poucos fomos conseguindo (Edison Kawashima – entrevista coletiva, 2018)

O processo de parcelamento buscou respeitar as condições preexistentes, com a manutenção, sempre que possível, das moradias em alvenaria. Segundo Bernardes et al. (2018), o lote mínimo adotado à época era de 60 metros quadrados (aproximadamente 4 metros x 15 metros) e, eventualmente, admitiam-se lotes de 40 metros quadrados.

Buscou-se abrir vias carroçáveis de 5 metros e, no caso de vias para circulação de transporte público, foi estabelecido que essas vias não poderiam ter largura inferior a 6 metros.

A Coordenadoria de Habitação apoiava a autoconstrução das moradias por meio do fornecimento de projeto e assistência técnica. Segundo Bernardes et al. (2018), adotava-

se um projeto padrão produzido para um lote padrão e adaptava-se esse projeto quando se tratava de um lote irregular, fora do padrão. Pedro Israel complementa:

Tudo era discutido com a comunidade. A gente chegava sugerindo, falando: ‘olha, em um lote de 4 metros por 15 metros dá para fazer um sobradinho assim’, mas aí o pessoal dizia ‘não, lá na nossa área temos mais espaço, 4 por 15 não...’. Aí havia certa diferenciação dos tamanhos dos lotes, não era um padrão tão rígido. Então tinha local que ficou 5 metros por 10 metros, alguns ficaram um pouquinho maiores, 5 metros por 15 metros. (Pedro Israel – entrevista coletiva, 2018)

As obras de urbanização realizadas não demandaram o reassentamento de famílias em áreas externas, isto é, fora da poligonal (ou do perímetro) do assentamento. Por outro lado, a estratégia adotada para a execução e andamento das obras contou com a distribuição de um *kit barraco*¹⁷:

Você não podia deixar a família desalojada, então tinha que ser criado rapidamente em um espaço vazio, alguns lotes, chamar as famílias e dar para elas o *kit barraco*, e então marcava-se um mutirão. Os estagiários e técnicos davam apoio, e os moradores faziam os barracos. Do lugar onde as famílias eram retiradas, eram feitas novas quadras e assim por diante (Pedro Israel – entrevista coletiva, 2018)

Nota-se que a participação e apoio da comunidade foram fundamentais para viabilizar essas intervenções, uma vez que a Prefeitura de São Bernardo do Campo só dispunha de recursos municipais. Entrevistados confirmam:

A participação popular era muito forte, os técnicos na verdade ficavam auxiliando a própria comunidade, que tinha aquele anseio de mudar a realidade, e realmente precisava de vontade política. Casou a vontade política com o desejo da população (...) muro de arrimo por exemplo, era a própria população que fazia... sem projeto técnico nem nada, e contava com a experiência daqueles técnicos que estavam ali, ajudando a comunidade a transformar o sonho deles em realidade (Pedro Israel – entrevista coletiva, 2018)

Em 1993, com a alternância de governo, as intervenções no Parque São Bernardo foram interrompidas e a equipe de urbanização de favelas foi exonerada. Durante a gestão do prefeito Walter Demarchi (1993-1996), foram desenvolvidas apenas ações do tipo fornecimento de material de construção a partir de uma lógica ‘clientelista’ (Paulo Massoca – entrevista coletiva, 2018). Nos quatro anos do mandato de Walter Demarchi, a favela cresceu e se adensou:

Quando retornamos, em 1997, a gente notou algumas coisas... o Parque São Bernardo, da Rua 26 de março até o Alto da Bela Vista, não existia, era mato. Quando a gente retornou, ele estava praticamente todo ocupado... então teve uma grande expansão da ocupação nesse e em outros núcleos do município. (Edison Kawashima – entrevista coletiva, 2018)

¹⁷ Trata-se de um conjunto de materiais entregues à população para a construção de suas moradias. Destinava-se principalmente às famílias com menor renda.

A retomada da urbanização do Parque São Bernardo ocorreu em 1997, com a eleição de Maurício Soares novamente como prefeito para o mandato 1997-2000. Foi necessária uma reorganização institucional, além do reestabelecimento de laços com a comunidade:

Os seis primeiros meses foi isso... resgatando das cinzas tudo que fosse possível. Depois de uma crise política, o Fernando, que era da equipe anterior, assumiu. Traz a Miriam, Edson, Pedro, Takashi, todos da equipe anterior (...) esse desgaste dos seis primeiros meses foi de avisar para as comunidades que não trabalharíamos mais com reivindicações individuais apenas, mas sim trabalhar pensando na comunidade (Paulo Massoca – entrevista coletiva, 2018)

Até 1998, o Parque São Bernardo foi objeto de intervenções pontuais. Foi realizada a pavimentação integral do Setor 08 e parcial do Setor 06 (Edison Kawashima – entrevista coletiva, 2018).

Neste primeiro período de análise (1990-1998), nenhuma obra de grande porte foi realizada no assentamento, devido aos custos e à complexidade do terreno e da ocupação do Parque São Bernardo. Vale ressaltar que a qualidade de muitas obras executadas durante esse período não foi adequada, o que resultou na necessidade de reforma ou refazimento de alguns serviços posteriormente.

4.2. Segundo Período: 1999 a 2018

O segundo período de análise é marcado por uma significativa alteração na lógica de intervenção: busca-se promover a urbanização integral da favela com captação de recursos externos. Enquanto no primeiro período (1990 a 1998) foram realizadas intervenções em caráter emergencial e pontual, urbanização de alguns setores com poucos recursos municipais e autoconstrução, no segundo período há recursos externos oriundos do Programa Habitar Brasil/BID (HBB/BID), entre 2000 e 2006, e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entre 2007 e 2018.

Esse período de análise se divide em três etapas, de acordo com a fonte de recursos disponível: a primeira delas, de 2002 a 2006, corresponde ao período de execução de obras de urbanização com recursos do HBB/BID; a segunda etapa, de 2007 a 2009, por sua vez, utiliza recursos do PAC (OGU); e a terceira etapa, de 2009 em diante, é caracterizada pelo aporte de recursos do PAC (Pró-Moradia)¹⁸.

Cabe registrar que, entre os anos de 1999 e 2000, o Município de São Bernardo do Campo elaborou, por meio do Programa HBB/BID, Subprograma DI – Desenvolvimento Institucional, o Plano Estratégico Municipal dos Assentamentos Subnormais (PEMAS)

¹⁸ PAC-OGU refere-se à etapa que contou com recursos da União, a fundo perdido. PAC Pró-Moradia refere-se a recursos de financiamento (FGTS).

(KAWASHIMA, 2018). No âmbito do PEMAS, foi definida uma matriz de priorização de atendimento a partir da classificação dos assentamentos precários do município segundo indicadores de precariedade. Em tal matriz, o Parque São Bernardo foi classificado como o primeiro assentamento a ser atendido.

Segundo Kawashima (2018), a escolha do Parque São Bernardo para participação no programa HBB/BID reuniu os fatores de localização, número de famílias envolvidas, precariedade das habitações e da infraestrutura básica e ainda a morfologia do terreno, que elevava as condições de risco aos ocupantes (ou moradores do local). Vale ressaltar que nesse segundo período, foi realizado, novamente, um intenso trabalho de reaproximação com a comunidade. Segundo Paulo Massoca:

O desgaste era muito grande, ninguém acreditava em ninguém, (...) tivemos que conversar com os formadores de opinião e tivemos que explicar para eles a possibilidade que tínhamos de retomar o projeto, a concepção do projeto, que ia ser um projeto para resolver integralmente. Os primeiros desenhos saíram em cima, inclusive por isso que mantivemos a setorização, porque eles tinham a memória. O conceito do projeto de urbanização integral tinha diálogo com a história do projeto anterior (Paulo Massoca – entrevista coletiva, 2018)

Diferentemente do primeiro período, para viabilizar a captação de recursos do HBB/BID, foi elaborado um Projeto de Urbanização Integrada, de autoria do escritório de arquitetura Walter Toscano. Para tanto, foi realizado um levantamento cadastral dos moradores que indicou a existência de cerca de 2.000 famílias no Parque São Bernardo.

O projeto tinha em seu escopo provisão de infraestrutura básica, com a ideia inicial de executar redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto em todo o Parque São Bernardo; previsão de consolidação de unidades habitacionais através do parcelamento, quando fosse possível; produção habitacional do tipo embrião (unidades evolutivas); obras de contenção e instalação de equipamentos na poligonal (ou no perímetro) do assentamento (KAWASHIMA, 2018).

Segundo os entrevistados (ou Segundo Bernardes et al., (2018), a população do assentamento participou do processo de elaboração do Projeto de Urbanização Integrada, como revela Paulo Massoca:

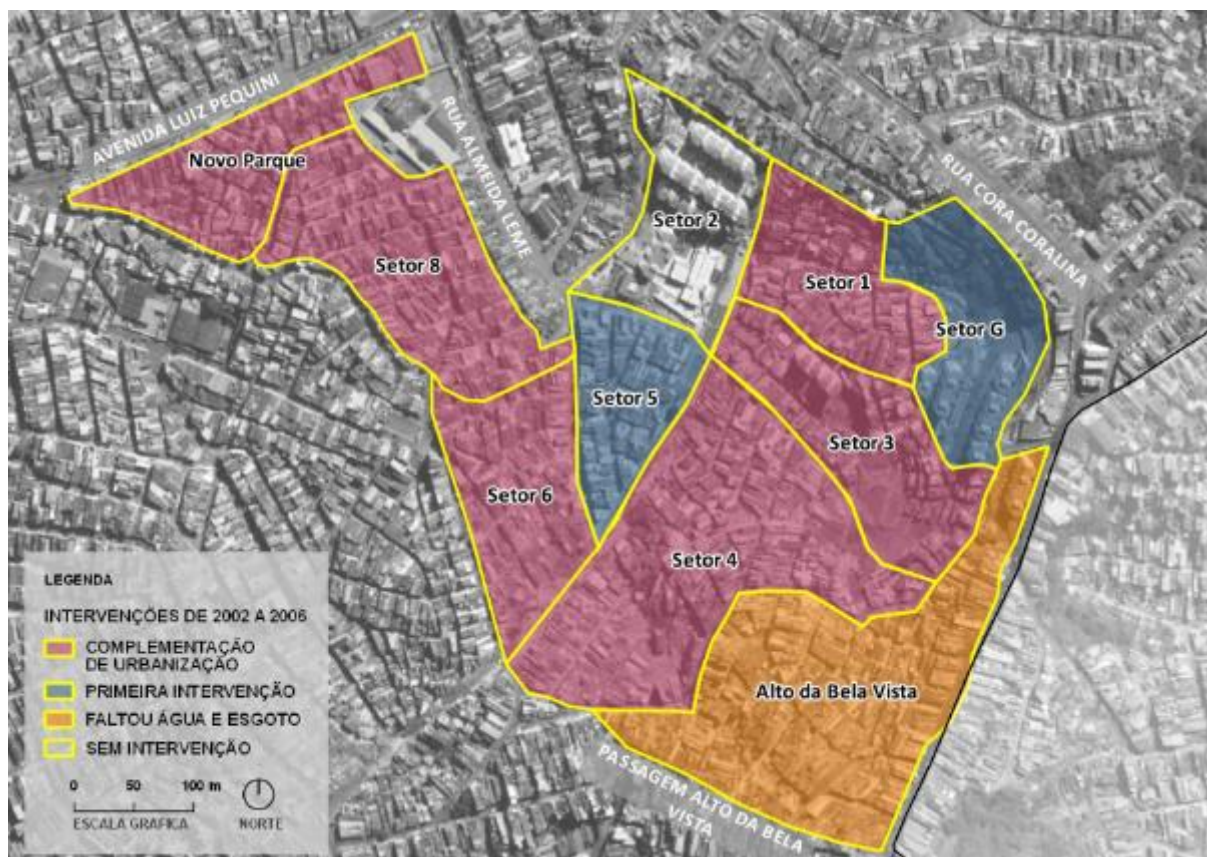
Foi feito o cadastramento, selagem, levantamento do número de famílias, e em seguida as primeiras assembleias por setor, apresentando o diagnóstico, projeto, levando a discussão (...). Depois voltava para prancheta, acertava, procurava fazer os acordos, até ter aprovação dos projetos com a comunidade, o desenho de como ficaria, o que era para ser construído. Houve todo um período de vários meses em que esse projeto foi sancionado pela comunidade, e esse projeto foi para licitação. As grandes diretrizes, tamanho de lote, etc, tudo foi discutido com a população. (Paulo Massoca – entrevista coletiva, 2018).

O projeto foi orçado em R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) e foi dividido em duas fases. A divisão em fases foi adotada para evitar a realização de licitação internacional, que era uma exigência do BID para contratação de obras com valores superiores a U\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) (BERNARDES et al., 2018). No entanto, vale ressaltar que apenas a primeira fase foi executada com recursos do HBB/BID. A segunda fase do projeto migrou para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A elaboração do levantamento cadastral e do projeto de urbanização, concluída em 2001, também foi realizada com recursos do HBB/BID. As obras foram iniciadas apenas em junho de 2002 (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2009). A intervenção proposta buscava complementar a urbanização dos setores anteriormente atendidos, de forma parcial ou inadequada, e urbanizar os demais setores ainda não atendidos (Figura 6).

É interessante registrar que a estratégia de urbanização também se alterou no tocante à metodologia de intervenção. Enquanto no primeiro período a intervenção se constituía, basicamente, na substituição do tecido existente, por meio da remoção dos barracos, reparcelamento da área e fornecimento de material para construção de novos barracos ou casas por mutirão, no segundo período nota-se a inclusão da etapa de planejamento e desenvolvimento de um projeto de urbanização integrada, que previa a implementação de todos os serviços necessários para a urbanização da área.

Figura 6. Parque São Bernardo: classificação dos setores segundo tipo de intervenção (2002-2006)



Fonte: elaboração própria a partir Bernardes et al., (2018)

A espacialização das intervenções é um elemento importante na avaliação das ‘camadas de urbanização’ que o Parque São Bernardo recebeu ao longo de quase três décadas de urbanização. Por conta do tipo e qualidade das intervenções realizadas no primeiro período, todos os setores que haviam recebido algum tipo de atendimento, neste segundo período, precisaram de complementação de urbanização.

Esse é o caso dos Setores 01, 03, 04, 06, 08 e Novo Parque. Todos receberam infraestrutura básica de abastecimento de água, coleta de esgoto, pavimentação das vias, drenagem e escadarias, sendo que nos Setores 01 e 06 também foram realizadas obras de contenção geotécnica e no Setor Novo Parque, canalização parcial de córrego.

No caso específico do Setor 02, não houve nenhum tipo de atendimento. Cabe destacar que na lógica de atendimento universal dos setores com redes de abastecimento de água e redes coletoras de esgoto, apenas o Setor Alto da Bela Vista não recebeu esse tipo de atendimento.

O Projeto de Urbanização Integrada previa a produção de unidades evolutivas (do tipo embrião) em regime de mutirão nos Setores 05 e 06. No entanto, a proposta foi alterada e optou-se pela execução das obras pela construtora contratada. Avaliou-se que o ritmo

de construção em regime de mutirão não garantiria a agilidade necessária e poderia comprometer o cronograma das obras. (BERNARDES et al., 2018).

Mais especificamente a respeito do Setor 05, entre 2004 e 2005, as famílias deixaram temporariamente a área, por conta própria, para que o reparcelamento das quadras e a construção das unidades ocorressem. Nesse caso, não foi viabilizado atendimento provisório como auxílio aluguel ou alojamento. Bernardes et al. (2018) acreditam que a relação de confiança estabelecida entre a Prefeitura e comunidade viabilizou essa ação.

Os parâmetros de fração mínima do lote diminuíram de 60 metros quadrados para 45 metros quadrados, principalmente em decorrência do aumento de densidade na área. No que tange à assistência técnica, é interessante notar que a mesma se fazia presente para as famílias que recebiam unidades evolutivas. Assim, a própria equipe técnica responsável pela execução da infraestrutura realizava essa assistência às famílias, e viabilizava a entrega de projetos para ampliar o “embrião” (BERNARDES et al., 2018).

Em relação às ações de melhoria habitacional, Kawashima (2018) afirma que constava no escopo inicial da intervenção (HBB/BID) o fornecimento três tipos diferentes de kits de melhoria habitacional, mas que esses não foram viabilizados, principalmente pela dificuldade na prestação de contas com a CAIXA, além da dificuldade em atender as especificidades de cada caso.

Em 2003 foi construído o alojamento Cora Coralina, também chamado de ‘moradia provisória’, com o objetivo de abrigar famílias, temporariamente, enquanto as obras de urbanização eram realizadas no assentamento, até que fossem contempladas com uma unidade evolutiva ou com um lote urbanizado oriundo do reparcelamento das quadras. O alojamento Cora Coralina recebeu famílias de todos os setores que sofreram alguma intervenção durante a etapa do HBB/BID, à exceção das famílias do Setor 5.

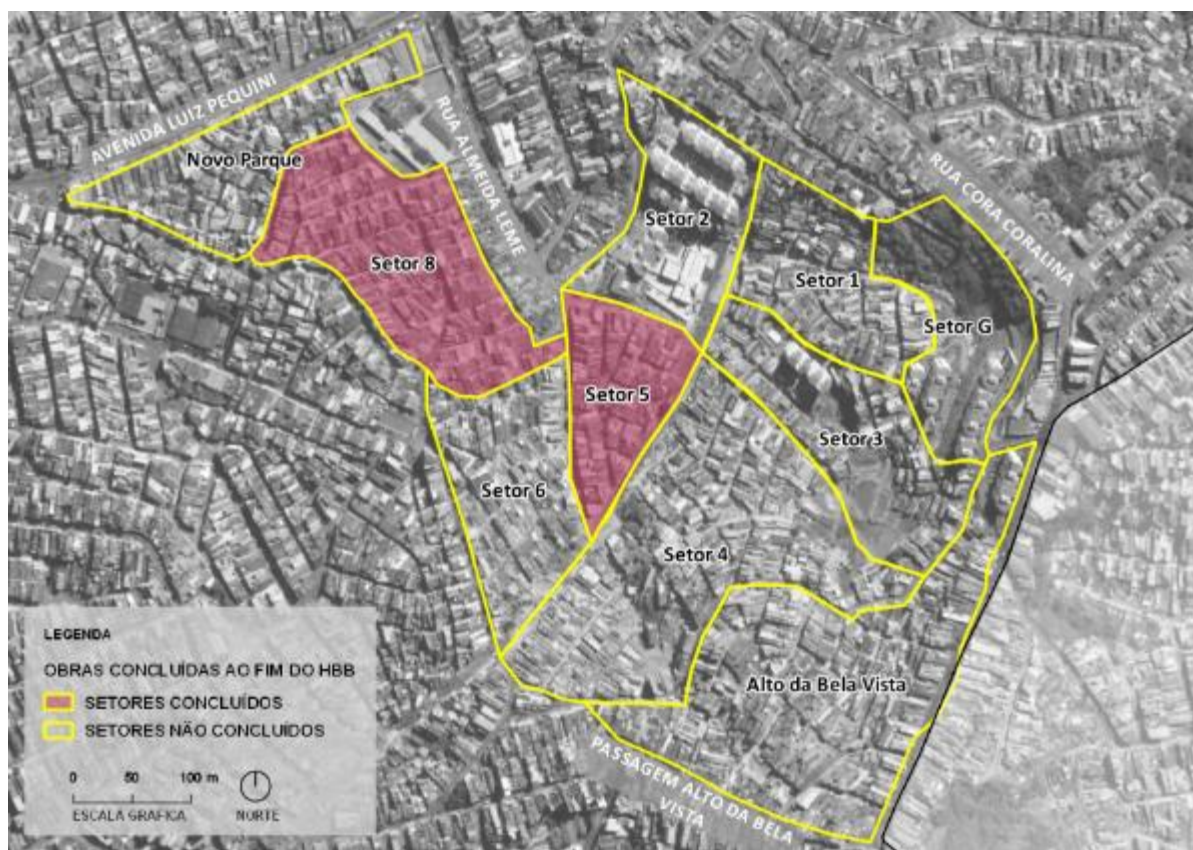
No total, além das obras de infraestrutura, foram consolidadas 334 unidades habitacionais, principalmente no Setor 08, e foram produzidas 248 novas unidades, principalmente nos Setores 05 e 06, totalizando 582 unidades habitacionais atendidas na etapa do HBB/BID (KAWASHIMA, 2018).

No tocante à precariedade da unidade habitacional, esta etapa teve como solução a substituição de tecido, principalmente através da viabilização de unidades evolutivas com projeto fornecido pela prefeitura para futura ampliação. Ou seja, as unidades precárias não foram consolidadas durante o processo de urbanização.

Em 2004, durante a execução das obras, houve um deslizamento de terra com vítimas fatais. O acidente ocorreu no Setor G, área localizada entre o Setor Alto da Bela Vista e

o Setor 03, que ainda não estavam sendo urbanizados. A prefeitura disponibilizou recursos próprios para executar duas obras de contenção geotécnica de grande porte. O acidente impôs mudanças no planejamento de atendimento às famílias. As unidades habitacionais construídas no Setor 05 para atendimento da própria população do setor foram destinadas ao atendimento de famílias da área do deslizamento, e isso gerou um passivo social de atendimento que foi solucionado apenas nas etapas posteriores. A empresa Araguaia, responsável pela execução das obras de urbanização no Parque São Bernardo, não chegou a concluir todo o escopo contratado pela prefeitura, em função de sua falência. Dessa forma, apenas os Setores 05 e 08 tiveram sua urbanização concluída com recursos do Programa HBB/BID (Figura 7) (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2009).

Figura 7. Parque São Bernardo: setores com urbanização concluída em 2006 (HBB/BID)



Fonte: elaboração própria com base em dados municipais ou com base em São Bernardo do Campo (2009)

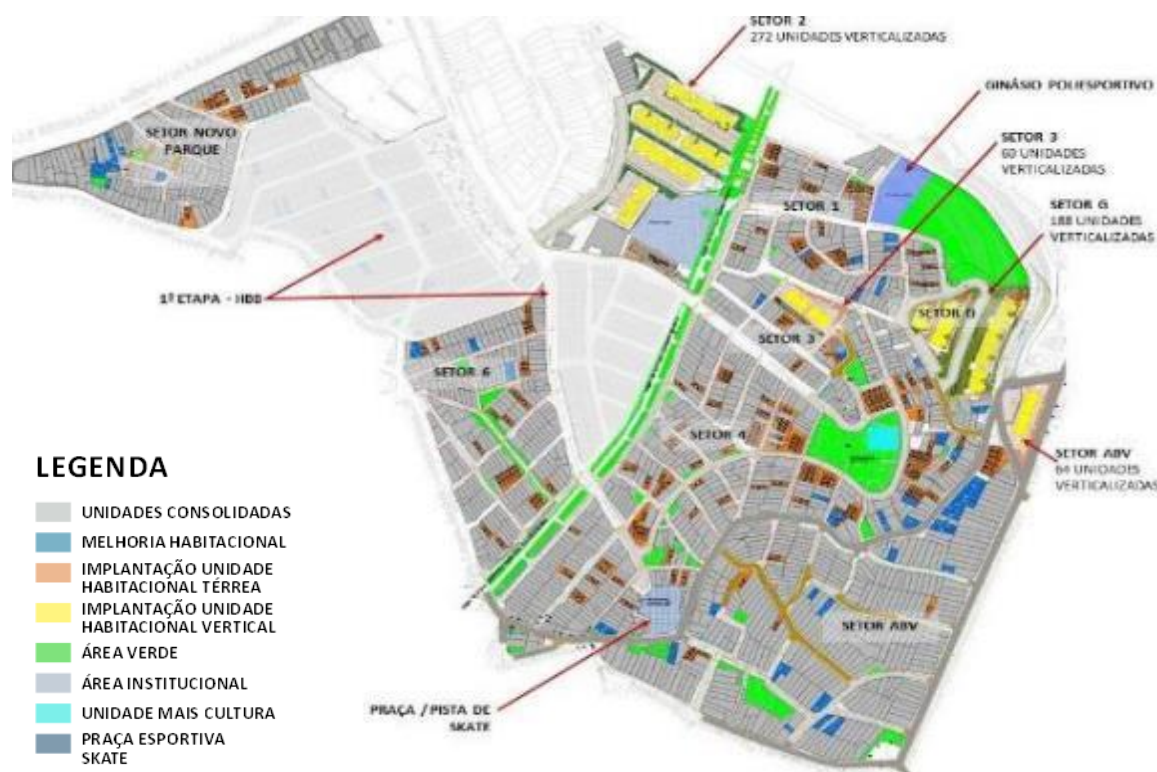
Em 2007, a Prefeitura adotou como estratégia captar recursos do PAC para dar continuidade às obras do Parque São Bernardo. Os entrevistados informaram que naquele momento foi feita uma readequação dos projetos do HBB/BID, tanto por exigências de

contratação do financiamento no âmbito do PAC, quanto pelo aumento do número de moradores na área, que se aproximava de 3.000 famílias.

Segundo Bernardes et al. (2018), o orçamento total das obras do PAC foi de R\$ 87.000.000,00 (87 milhões de reais). O PAC estabelecia limites de repasse de recursos por família, que resultavam num montante menor (ou inferior) do que o necessário para a conclusão da urbanização. Para superar esse problema, a Prefeitura aumentou sua contrapartida para produção habitacional e captou recursos do governo estadual através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) do Estado de São Paulo, para compor o valor total de contrapartida municipal.

Kawashima (2018) afirma que, com o novo financiamento, foi realizado um recadastramento das famílias, além da (previsão da) urbanização de setores ainda não atendidos, com a abertura de vias e acessos diversos, implementação de novos equipamentos públicos (tais como creches, centros comerciais e quadras) e construção de 778 unidades habitacionais (Figura 8).

Figura 8. Parque São Bernardo: Projeto original do PAC



Fonte: São Bernardo do Campo, 2016.

O projeto foi elaborado ao longo de dois anos (2007 a 2009). Foi um período essencial para se constituir as bases necessárias do processo de participação efetivo. Sara Bernardes registra:

Acho que tem uma coisa que foi bacana e que teve muito a ver com a política de trabalho que foi estabelecida na administração (...). A transparência da forma como eram feitas as assembleias, onde explicamos claramente todo o processo, desde quando foi feito o cadastramento... nesse período de dois anos do projeto em contratação, nós do trabalho social estávamos na área (Sara Bernardes – entrevista coletiva, 2018)

O levantamento cadastral realizado em 2007 identificou 3.020 famílias no assentamento e 85 famílias em alojamento provisório, totalizando 3.105 famílias a serem atendidas na área do Parque São Bernardo. Desse total, 2.345 imóveis seriam consolidados no processo de urbanização, restando 778 novas unidades habitacionais a serem produzidas¹⁹. A previsão era de 584 unidades habitacionais verticalizadas e 194 unidades habitacionais térreas do tipo embrião.

Ao longo do processo de urbanização com recursos do PAC, foram realizadas diversas Reprogramações Contratuais²⁰. Na fase de detalhamento do projeto, isto é, da elaboração do projeto executivo, percebeu-se que a implantação do conjunto de embriões previsto exigiria obras de terraplenagem e contenções não previstas e incompatíveis com os recursos destinados para a execução dessas unidades (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2016).

Como consequência desse imprevisto, ao mesmo tempo, entrou no escopo do projeto uma nova modalidade de atendimento: foram previstos 58 lotes urbanizados (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2016).

Outro problema enfrentado foi o aumento da demanda por atendimento a partir de duas situações: (i) famílias cadastradas na época do HBB/BID, que afirmavam que saíram da área por solicitação da Prefeitura, para liberação de frentes de obra; e (ii) famílias que pleiteavam atendimento, argumentando erro de cadastro²¹.

O projeto foi então revisado (Figura 9), visando solucionar os problemas apresentados e assegurar o atendimento a todas as famílias cadastradas: do total de 3.097 imóveis

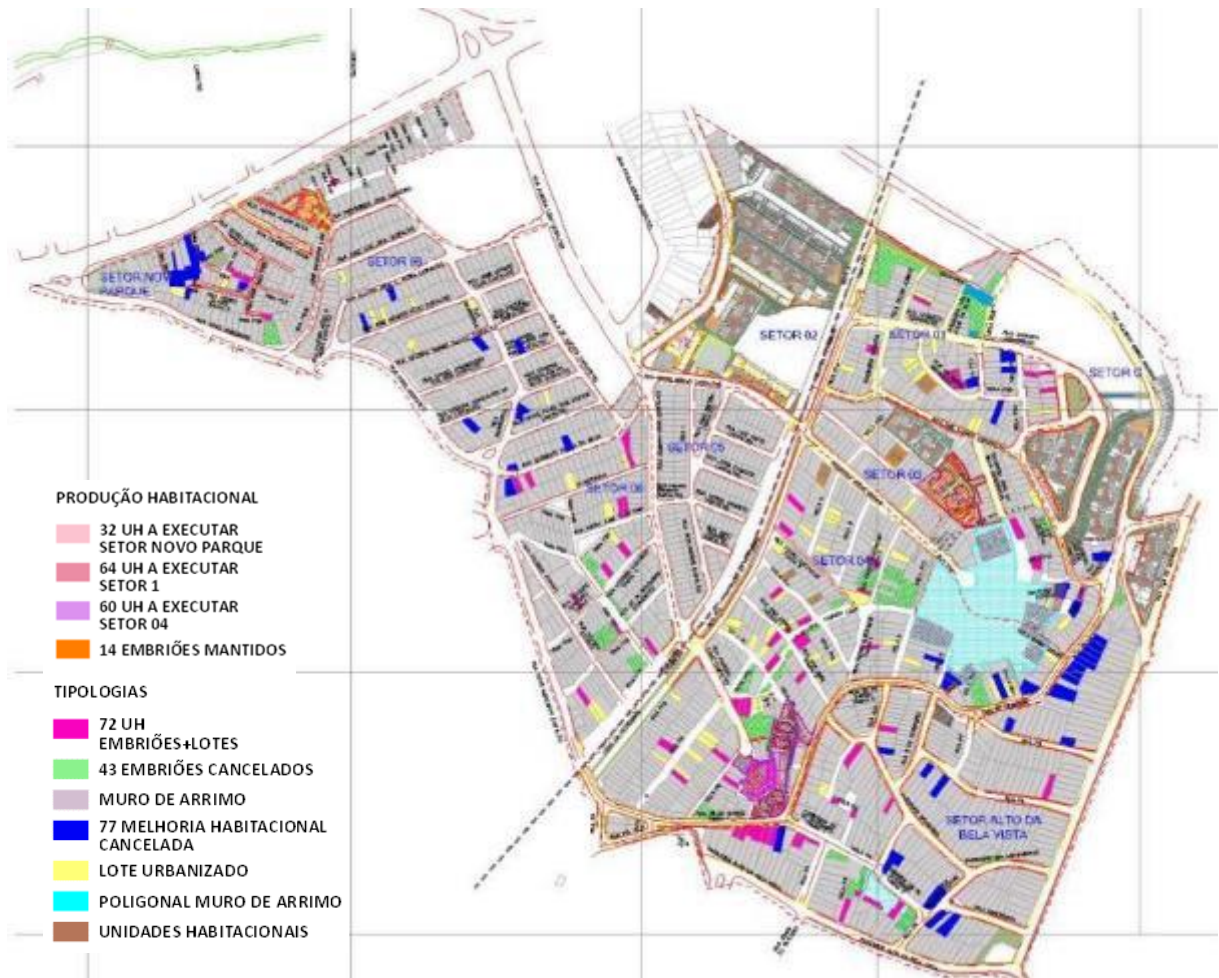
¹⁹ Trata-se de 760 famílias cadastradas e uma reserva técnica de 18 unidades.

²⁰ Trata-se de um procedimento administrativo que deve ser realizado quando é necessário modificar o projeto aprovado ou as quantidades de materiais e serviços previstos para execução de obras com recursos do PAC. A Reprogramação Contratual é a aprovação de alterações nos contratos firmados entre o Agente Promotor e Empresas Privadas, pelo Agente Operador (Petrarolli, 2015). Até 2018, foram realizadas quatro Reprogramações Contratuais. A primeira em janeiro de 2013, a segunda em janeiro de 2014, a terceira em dezembro de 2014 (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2014), e em 2016 a foi realizada a última Reprogramação Contratual.

²¹ Registra-se que a Prefeitura orientou as famílias que se encontravam em uma das duas situações descritas a abrirem processos na Rede Fácil, reunindo documentos comprobatórios de seus direitos. No total, foram abertos 120 processos, que foram estudados caso a caso, sendo que 67 famílias conseguiram a comprovação e garantia de atendimento (São Bernardo do Campo, 2016).

cadastrados, 2.383 seriam consolidados, restando 754 novas unidades habitacionais a serem produzidas²² (Figura 10).

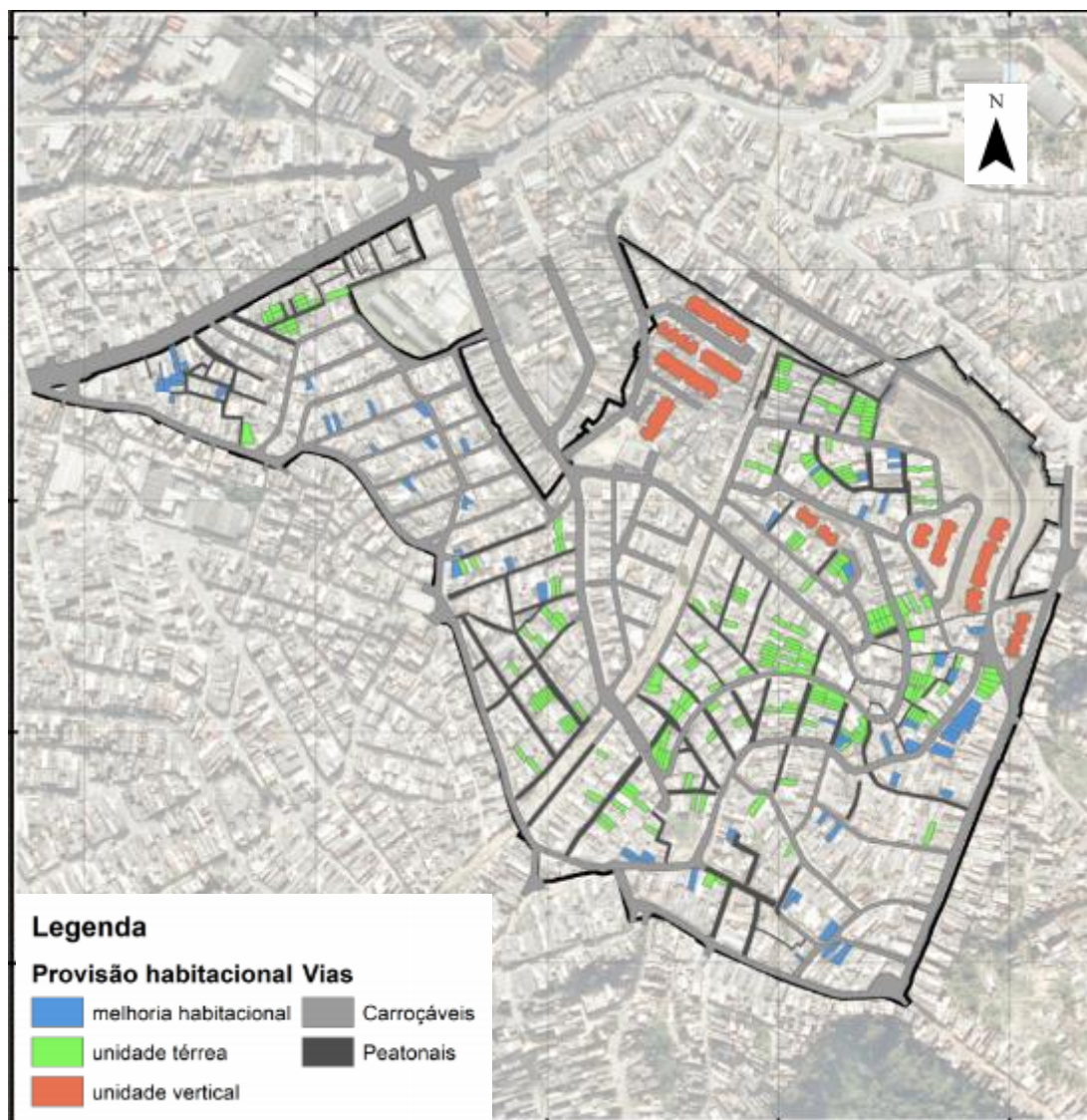
Figura 9. Parque São Bernardo: Projeto Revisado



Fonte: São Bernardo do Campo, 2016.

²² Destaca-se que neste momento de revisão do projeto, a reserva técnica aumenta para 40 unidades

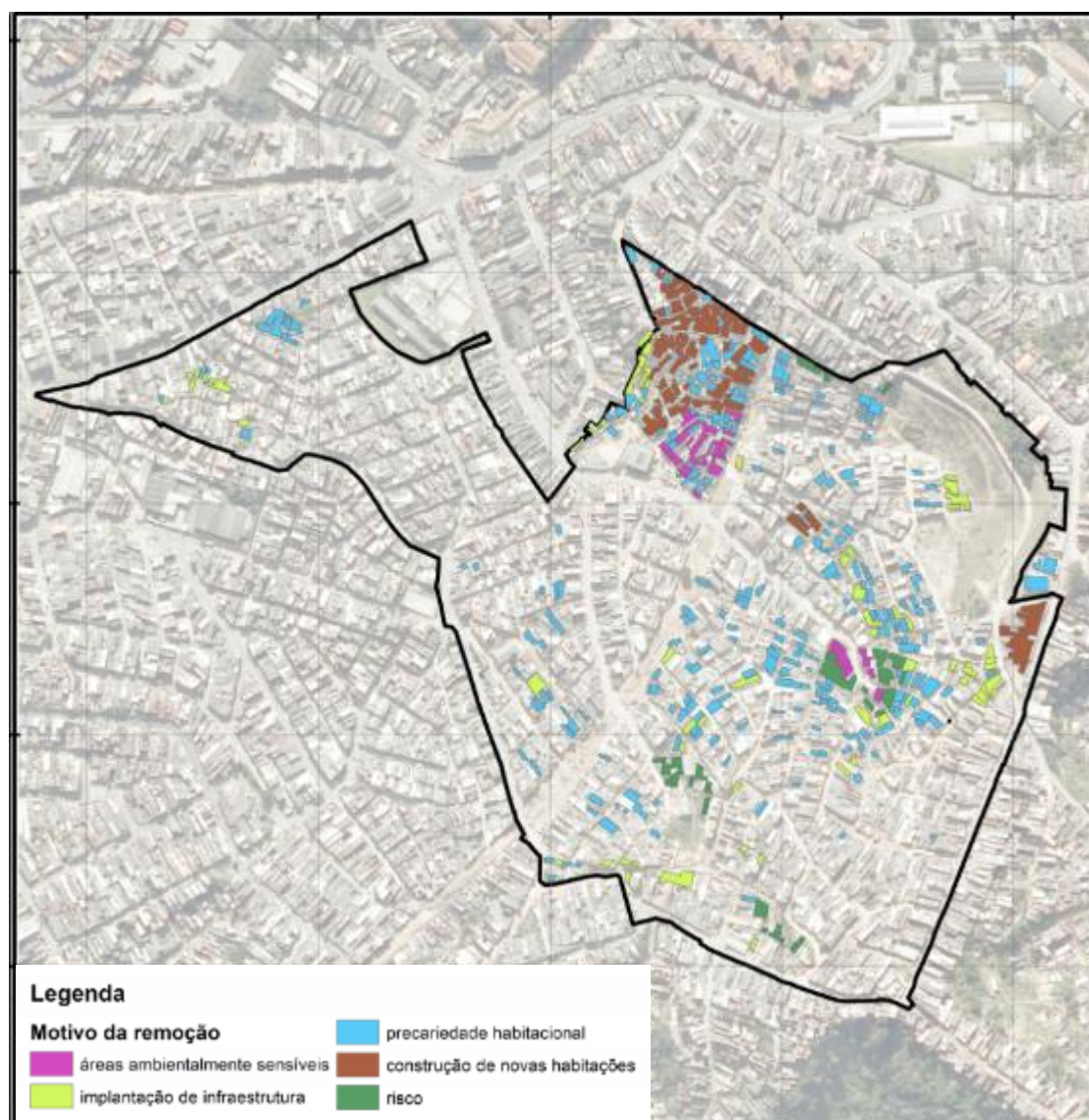
Figura 10. Parque São Bernardo: Produção Habitacional



Fonte: Moretti et al., 2014

Ao longo do processo de execução das obras, famílias foram removidas de suas moradias por diversos motivos: requalificação de áreas ambientalmente sensíveis, implantação de infraestrutura, precariedade habitacional, utilização do terreno para construção de novas habitações e eliminação de situações de risco (Figura 11).

Figura 11. Parque São Bernardo: motivações de remoções realizadas a partir de 2009



Fonte: Moretti et al., 2014.

A estratégia da verticalização foi adotada nesta etapa de intervenção principalmente porque o projeto não propunha reassentamentos externos, isto é, o deslocamento de famílias para fora da poligonal (ou do perímetro) do assentamento.

Nesse sentido, a adoção da verticalização foi fundamental para a viabilização de diversos atendimentos no Parque São Bernardo. O Setor 02, que antes do PAC não havia recebido nenhuma intervenção, devido aos custos elevados para sua urbanização decorrentes da gravidade da precariedade existente no local, teve o seu tecido original substituído pela implantação de edifícios multifamiliares (Figura 12); já no Setor G, que inicialmente abrigava poucas famílias, a área livre existente foi utilizada para a construção de unidades verticalizadas para atender aos demais setores do Parque São Bernardo (Figura 13); partes do Setor 03 (Figura 14) e do Setor Alto da Boa Vista também receberam unidades

verticalizadas para atendimento de algumas famílias do próprio setor, como de outros setores também.

Figura 12. Parque São Bernardo: área destinada à construção de unidades verticalizadas no Setor 2 – antes e depois da intervenção



Fonte: São Bernardo do Campo, 2016.

Figura 13. Parque São Bernardo: área destinada à construção de unidades verticalizadas no Setor G – antes e depois da intervenção



Fonte: São Bernardo do Campo, 2016.

Figura 14. Parque São Bernardo: área destinada à construção de unidades verticalizadas no Setor 3 – antes e depois da intervenção



Fonte: São Bernardo do Campo, 2016

Para os entrevistados, não houve tanta resistência à urbanização, que contou com remoção e remanejamento de diversas famílias, porque todo o processo foi discutido amplamente com os moradores envolvidos:

Tudo que acontecia no projeto a gente discutia nas assembleias, e toda a equipe técnica da secretaria de habitação participativa de três, quatro assembleias, porque o Parque São Bernardo é muito grande. Isso até a assinatura da OIS [Ordem de Início de Serviço] e o início das obras. Então quando fomos iniciar as remoções para que as obras começassem, foi muito tranquilo porque eles já estavam esperando, participando de todo o processo desde o começo (Sara Bernardes – entrevista coletiva, 2018)

O próprio diagnóstico feito a partir de uma leitura compartilhada com eles. Se todo mundo ficar, o lote vai ser de 15 metros quadrados para cada um... esse diagnóstico fez chegar a uma aceitação de que tínhamos que partir para a verticalização dos assentamentos (Paulo Massoca – entrevista coletiva, 2018)

A pesquisa de Avaliação na fase Pós-Ocupação de empreendimentos (ou Pós-Obras em Projetos de Habitação), realizada em 2017, avaliou a percepção da população deslocada (ou remanejada / removida) para as unidades verticais (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2017). A partir deste documento, percebe-se que os resultados são muito positivos, com índices de aprovação em torno de 80%. O depoimento de Ariana Rumstain reforça a importância do trabalho social no processo de urbanização:

A gente vê comparativamente com as outras pesquisas que nos conjuntos que você teve um trabalho social mais bem feito, que significa maior interação da equipe com a comunidade. A própria percepção da unidade habitacional passa pela relação de confiança que foi construída durante todo o processo (Ariana Rumstain – entrevista coletiva, 2018)

A melhoria habitacional não foi um componente financiado pelo HBB/BID e foi prevista para ser realizada com recursos do PAC, porém sua execução também não será realizada em sua totalidade (BERNARDES et al., 2018).

Ressalta-se, ainda, que, na 3ª Reprogramação Contratual, houve a supressão de melhorias habitacionais nas unidades cujas adequações necessárias já teriam sido executadas pelos moradores, sendo mantidas apenas as melhorias referentes às adequações necessárias às ligações das unidades às redes públicas de esgoto, água e eletricidade (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2014).

Sobre as obras de melhoria habitacional²³, os entrevistados complementam:

Isso sempre foi um problema por conta da prestação de contas e responsabilidade técnica. A empresa fala: eu vou mexer nessa casa precária, mas e se der algum problema e a casa cair? Há uma resistência muito grande das empreiteiras. Vai fazer um banheiro por exemplo, mas aí tem que fazer

²³ Os entrevistados apontaram a necessidade de se estruturar um serviço e órgão específico voltado para assistência técnica à construção, reforma e ampliação das moradias nos assentamentos em urbanização e/ou urbanizados (Bernardes et al., 2018).

uma fundação por causa do banheiro... (Paulo Massoca – entrevista coletiva, 2018)

No programa todo foi previsto a melhoria habitacional, tanto que montamos quatro tipos de *kits*, tinha o kit banheiro, kit cozinha, kit esgoto e kit ventilação, mas por conta da dificuldade na prestação de contas com a CAIXA, não procedeu (Pedro Israel – entrevista coletiva, 2018)

O problema da precariedade da unidade habitacional também foi tratado por meio da substituição das moradias precárias ou da substituição do tecido da quadra (Figura 14):

São Bernardo do Campo entendia que se existia algum problema que precisava de reforma, removia a casa. Poucas casas ficavam na demanda de melhoria habitacional, porque no entendimento da Tássia [Secretária de Habitação], melhoria habitacional é coisa pontual, trocar uma janela, uma cobertura. Mas se tinha um problema estrutural, ou um problema de adensamento excessivo, virava demanda de uma unidade nova. Então, nesse sentido, por mais que não tenha sido feito melhoria habitacional no Parque São Bernardo, não é um problema grave como não fazer melhoria habitacional em outros municípios do próprio ABC (Juliana Petrarolli – entrevista coletiva, 2018).

Os entrevistados também registraram um aspecto importante em relação ao tamanho do lote mínimo no processo de urbanização como um todo: toda vez que houve interrupção de uma etapa de obra ou interrupção de projeto, foi identificado adensamento significativo que resultou na diminuição do tamanho do lote padrão.

Nas áreas em que o adensamento era muito grande e não havia tido urbanização da quadra com reparcelamento, a solução foi a “substituição total do tecido”, com a verticalização do atendimento. No caso das quadras já urbanizadas que tiveram grande adensamento, o lote mínimo adotado foi de 20 metros quadrados (BERNARDES et al., 2018). Segundo depoimento de entrevistado:

O critério era 20 metros quadrados por família. Nós analisamos a maioria das tipologias e verificamos que nesse tamanho a família, maioria com dois pavimentos, conseguia ter iluminação e ventilação em soluções compartilhadas com os vizinhos (...). Nas situações menores que 20 metros quadrados a solução era remoção (Pedro Israel – entrevista coletiva, 2018)

A urbanização do Parque São Bernardo está sendo concluída, há pendências de atendimentos de poucas famílias e o processo de regularização está em andamento. Há indícios de reocupações nas quadras já urbanizadas e adensamento do núcleo.

5. Considerações Finais

A urbanização da favela do Parque São Bernardo se inicia no mesmo momento que o primeiro programa de intervenções em favelas no município é estruturado e tem continuidade nos períodos seguintes. Foram quase trinta anos de intervenções. As intervenções se diferenciam de um período para outro e dialogam com as condições e mudanças institucionais e de investimento. Seja pela falta de recursos, pela estratégia adotada no momento, ou por situações adversas, o Parque São Bernardo só recebeu uma urbanização integral (abrangendo todos os setores, com um diagnóstico integrado e uma visão territorial do assentamento) em sua última etapa de urbanização, com recursos do PAC-UAP²⁴.

Isso não significa que as intervenções realizadas de forma parcial ou fragmentada não tenham, em alguma medida, elevado a qualidade de vida da população residente, pelo contrário. As intervenções realizadas, com recursos escassos, viabilizaram atendimento emergencial, eliminaram situações de risco e melhoraram as condições de mobilidade e saneamento de setores do assentamento.

Nesse contexto, como enunciado anteriormente, é possível perceber que o assentamento precário Parque São Bernardo é resultado de diversas intervenções sobrepostas no tempo e no espaço, ou seja, é o resultado de diversas camadas de urbanização.

A primeira foi iniciada em 1990 e devido à inexistência de programas de financiamento às obras de urbanização, se restringiu ao ordenamento de espaços, implantação de redes precárias de esgoto e água, além da criação de alguns acessos. A intervenção neste período ocorreu, principalmente, pela mobilização da população residente do Parque São Bernardo e pela vontade política da gestão municipal.

O ano de 1993 é bastante marcante para o desenvolvimento das obras de urbanização do Parque São Bernardo. Por conta da alternância de governo, as obras foram interrompidas e a equipe de urbanização de favelas foi exonerada.

Em 1997 a segunda camada é iniciada. Os novos desafios residem justamente no fato de que a relação de confiança entre equipe técnica da prefeitura e população estava abalada; e as obras de caráter provisório da primeira camada de intervenção já estavam deterioradas. Nesta retomada, destacam-se apenas algumas obras pontuais de pavimentação e/ou atendimento emergencial.

²⁴ Mesmo assim, cabe ressaltar que as obras previstas no projeto ainda não foram totalmente implementadas.

A terceira camada de urbanização que o Parque São Bernardo foi viabilizada pelo financiamento do Programa Habitar Brasil/BID (HBB/BID). Esta camada é marcada pela presença de um Projeto de Urbanização Integrada, de autoria de Walter Toscano.

No âmbito do HBB/BID, tanto as áreas que nunca tinham recebido intervenção, quanto as que receberam algum tipo de obra em etapas anteriores seriam beneficiadas.

Em 2005, uma situação adversa (deslizamento de terra com vítimas fatais) reorientou os planos da administração municipal. Em decorrência da falta de recursos e problemas com a construtora, o atendimento, que se pretendia integral, atendeu apenas dois setores do assentamento precário.

A próxima camada de urbanização foi realizada com recursos do PAC-UAP. Um novo projeto foi produzido (de 2007 a 2009) e novamente a abrangência era da totalidade do Parque São Bernardo. Devido a um maior volume de recursos, as estratégias adotadas nesta última etapa foram a de produção habitacional via verticalização (conjuntos habitacionais) para acomodar o maior número de famílias no interior do assentamento.

Vale destacar que essa última camada, seja pela extensão temporal (desde 2009 – atualmente), seja pelos desafios inerentes aos projetos no âmbito do PAC-UAP, contou com diversos momentos de paralisação de obras e retomada após alguns meses (principalmente por conta das quatro reprogramações contratuais que ocorreram até 2016).

Mesmo com a trajetória de quase trinta anos e cinco camadas de urbanização, ainda permanecem alguns problemas relacionados com o adensamento da área e qualidade da execução das obras. A regularização do assentamento ainda não foi concluída.

No Brasil, é provável que a maioria dos assentamentos precários não recebam intervenções do tipo urbanização integrada – principalmente em decorrência do grande número de assentamentos, porte dos assentamentos, custo das intervenções e limitada disponibilidade de recursos.

Entre os efeitos negativos da consolidação de diferentes camadas de intervenção, destacam-se: a tendência de deterioração das infraestruturas instaladas; a ocupação de espaços reservados ou públicos; e o adensamento excessivos das unidades habitacionais (contribuindo para a não diminuição do déficit habitacional), que afetam a população residente dos assentamentos precários.

É muito importante a presença do Estado (na figura da prefeitura) no território dos assentamentos urbanizados, no pós-obra. Este acompanhamento deve objetivar o atendimento social, manutenção e controle urbano e apropriação dos equipamentos e

espaços públicos pela população. Essa presença pode evitar a degradação das obras e espaços públicos e a necessidade de outra camada de urbanização.

6. Referências Bibliográficas

BERNARDES, S. et al. **Entrevista coletiva**. Entrevistadores: Rosana Denaldi e Matheus Pinto. São Paulo: LEPUR-UFABC, 2018. Entrevista concedida ao Projeto Diálogos sobre urbanização de favelas. Intervenções em favela em São Bernardo do Campo: recuperando a memória. [arquivo digital]. jul. 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. **Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários**. Brasília: MCidades, 2010.

CARDOSO, A. **Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas**. Cadernos Metrôpoles, PUC-SP, v. 17, p. 219-240. 2007.

CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. In: Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC. Org. Adauto L. Cardoso e Rosana Denaldi. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

COELHO, C. B. **Melhorias habitacionais em favelas urbanizadas: impasses e perspectivas**. Dissertação de Mestrado — Universidade de São Paulo, 2017.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006

DENALDI, R. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.

DENALDI, R. **Urbanização de favelas no âmbito do Programa Santo André Mais Igual**. In: DENALDI, R. (org.) O Desafio de Planejar a Cidade. Política Habitacional e Urbana de Santo André/SP (1997-2008). São Paulo: Annablume, 2012.

DENALDI, R. MORETTI, R.S. PAIVA, C. NOGUEIRA, F. PETRAROLLI, J. **Urbanização de favelas na Região do ABC no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - Urbanização de Assentamentos Precários**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, p.101-118, 2016a.

DENALDI, R. et al. (org.). Consórcio Intermunicipal Grande ABC – CIGABC; **Diagnóstico Habitacional Regional do ABC**. Relatório. São Bernardo do Campo: UFABC, 2016b. Disponível em: <http://lepur.com.br/pesquisas/pesquisas-concluidas>. Acesso em: 04 jun. 2018.

DENALDI, R; FERRARA, L. **Urbanização de favelas na região do ABC paulista, Brasil: um balanço das intervenções recentes e seus desafios**. 4º CIHEL (Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono – 5 a 10 de março de 2017). Covilhã, Portugal, 2017.

FERREIRA, J.S.W. **O processo de urbanização brasileiro e a função social da propriedade urbana**. In: BRASIL. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. DENALDI R, SANTA ROSA J. (Orgs.). Curso a Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Brasília: MCidades, 2009

GRACIOSI PINTO, Matheus. **Urbanização de Favelas e o Tratamento da Precariedade Habitacional**. Iniciação Científica. Universidade Federal do ABC (UFABC). São Bernardo do Campo/SP, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2010). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, IBGE.

KAWASHIMA, E. **Entrevista individual**. Entrevistadores: Matheus Pinto e Rosana Denaldi. [arquivo digital]. Realizada em 27 de julho de 2018.

MORAES, D; MIRANDA, L; SOUZA, M. **Entre camadas de urbanização e intervenções integrais**. A urbanização recente de assentamentos precários no Recife a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). In: Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC. Org. Adauto L. Cardoso e Rosana Denaldi. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

MORETTI, R. S. et al. **Identificação e caracterização dos empreendimentos do PAC-UAP na Região do ABC**. Relatório de pesquisa. Santo André, Universidade Federal do ABC, 2014. Disponível em: <http://lepur.com.br/pesquisas/pesquisas-concluidas/>. Acesso em: 04 nov. 2018.

PASTERNAK, Suzana; D’OTTAVIANO, Camila. **Favelas no Brasil e em São Paulo: Avanços nas análises a partir do Censo de 2010**. In: Cad. Metrop., v.10, nº35, São Paulo. 2016.

PETRAROLLI, J. G. **O tempo nas urbanizações de favelas: contratação e execução de obras do PAC no Grande ABC**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Planejamento e Gestão dos Territórios) – UFABC. 164f. São Bernardo do Campo, 2015.

REGINO, T. **Direito à moradia, intervenção em favelas e deslocamento involuntário de famílias: conflitos e desafios para as políticas públicas**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território). Universidade Federal do ABC: Santo André, 2017.

ROLNIK, R. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios**. IPEA. Políticas Sociais – Acompanhamento e análise, V. 12. 2006.

SANTOS, F. P. **A dimensão física e a precariedade habitacional em urbanização de favelas**. Dissertação. Mestrado em Planejamento e Gestão do Território. São Bernardo do Campo, 2019.

SÃO BERNARDO DO CAMPO (Prefeitura Municipal). **Plano de Trabalho Técnico Social** – PTTTS do Projeto de Urbanização e Saneamento Integrado do Parque São Bernardo 3ª Etapa/PRÓ-MORADIA. São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo – Secretaria de Habitação, dezembro de 2009.

_____. **Plano de Trabalho Técnico Social** – PTTTS do Projeto de Urbanização e Saneamento Integrado do Parque São Bernardo 2ª Etapa/PAC. São Bernardo do Campo:

Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo – Secretaria de Habitação, fevereiro de 2010.

_____. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de São Bernardo do Campo.** 2012. 156p.

_____. **Projeto de urbanização e saneamento integrado do Parque São Bernardo – 3ª etapa/ pró-moradia (Setor 2, Setor 4, Setor 6, Novo Parque e Alto da Bela Vista).** v. 1 – Projeto Integrado. São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal, novembro de 2013

_____. **Resumo descritivo das Reprogramações Contratuais:** Assentamento Precário Parque São Bernardo. São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, 2014.

_____. **Apresentação de Revisão do Projeto em Assembleia com Moradores.** São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo – Secretaria de Habitação, maio de 2016.

_____. **Relatório de Avaliação da Pós-Ocupação – Parque São Bernardo: 3ª etapa.** São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, 2017.

XIMENES, L; JAENISCH, S. **As favelas do Rio de Janeiro e suas camadas de urbanização.** Vinte anos de políticas de intervenção sobre espaços populares da cidade. XVIII Enanpur. Natal, 2019.

7. Anexo – Entrevista coletiva Parque São Bernardo

Transcrição - Entrevista Coletiva - 27/07/2018 – Parque São Bernardo

Participantes: **Rosana** Denaldi, **Matheus** Graciosi Pinto, **Edison** Kawashima, **Paulo** Massoca, **Pedro** Israel, **Sara** Bernardes, **Juliana** Petrarolli, **Ariana** Rumstain.



Foto tirada por Gabriel Marques

Rosana: Primeiro eu queria agradecer a presença de todos aqui hoje. Nós começamos um projeto que chama “Recuperando a Memória: urbanização de favelas no ABC”. O objetivo é reunir técnicos municipais que trabalharam no setor de urbanização de favelas, em diferentes períodos, para levantar informações sobre as estratégias de intervenção em favelas, contextos, dificuldades e resultados. A primeira oficina que realizamos tratou de Santo André. Nessa segunda oficina do “Recuperando a memória”, a ideia é falar de São Bernardo do Campo e, em especial a favela Parque São Bernardo. Iremos recuperar o histórico de intervenção desde a década de 90 até hoje. Como ninguém sabe tudo, cada um sabe um pedaço da história e juntamos vocês. A metodologia é entrevista coletiva e não individual.

Rosana: Então para começar, perguntamos: é correto afirmar que o primeiro programa de urbanização de favelas foi estruturado em 1989 na gestão do Prefeito Maurício Soares? Como se davam as intervenções em favelas nessa década de 90? Como era a composição da equipe? Coordenador? Que tipo de intervenção era praticada? Como se urbanizava a favela? Antes de entrarmos no Parque São Bernardo... como era esse contexto?

Rosana: Você pegou esse período também, Pedro?

Pedro: Eu peguei esse período... 91 e 92. Na verdade... eu entrei antes, em 87 como estagiário. Porque em 91 eu me formei.

Edison: Até falando um pouco sobre a primeira pergunta... se era da gestão do Maurício. Antes do Maurício, aí é história que o pessoal contava porque não acompanhei os projetos... já haviam alguns projetos de urbanização, mas era assim: uma gleba, como o Sítio Bom Jesus, o Parque Avaí, uma gleba da prefeitura onde foram lá e fizeram o parcelamento, retiraram as famílias, principalmente do Carminha, do Detroit, Parque Avaí lá da área de mananciais. Quem fazia isso era a promoção social.

Rosana: Mas tinha construção de casa?

Edison: Não, não tinha.

Paulo: O desenho institucional na época era um departamento de ação social da secretaria de saúde.

Rosana: Mas tirava as famílias e levava para onde? Sem construção?

Edison: Entregava o lote urbanizado e a pessoa autoconstruía.

Paulo: Por conta das remoções da época as pessoas já nos perguntavam: vão nos levar para onde?

Edison: Ficou um trauma para as pessoas. Naquela época existia o “Pró-SBC”, uma autarquia que existia antes do Maurício, que tinha vários terrenos e se promovia a urbanização.

Paulo: Geralmente o pessoal recebia o lote urbanizado, um pedaço de terra com alguma infraestrutura e um “kit-barraco”, de madeira, para a pessoa entrar no lote.

Edison: Existia nessa época o kit-barraco, que era um madeirite, um pouco de telha...

Rosana: Entendi. Mas não eram ações de urbanização então.

Paulo: Não.

Edison: Não. Isso começou em 89, não é Pedro?

Pedro: Era o departamento de promoção social.

Rosana: E então a urbanização em favela começa com Maurício, então.

Edison: Sim. No início havia um grupo ligado ao gabinete do vice-prefeito, Djalma. Em 91 criaram a lei da coordenadoria aí ela já tinha o que chamávamos de “CH”. Tinha a CH-1, 2, 3 e 4. Eu trabalhava na CH-4 e com projetos complementares. Então, os projetos, em sua grande maioria, eram feitos na própria coordenadoria (havia engenheiros e arquitetos) e no que chamavam de CH-1, que cuidava das urbanizações de favela. O Pedro era um dos estagiários na época, e em seguida foi contratado como arquiteto.

Pedro: Exatamente.

Matheus: E essa decisão foi do Maurício (de urbanizar favelas)?

Edison: Quando eu entrei já tinha sido criada a coordenadoria, mas seguramente foi sim, porque nessa época inclusive, criaram o que a gente chamava de plenária de favelas. Toda terça-feira tinha uma reunião a noite em uma escola, onde se reuniam as lideranças de áreas, os técnicos da coordenadoria. Era lá que discutíamos os projetos e estabelecíamos prioridades.

Pedro: Exatamente.

Edison: Eu não sei se podemos dizer isso... mas foi meio que o embrião do orçamento participativo. Lá discutíamos com a comunidade, votávamos, discutíamos projetos...

Rosana: E votava o que?

Edison: Votava os projetos em si, que apresentávamos à comunidade.

Rosana: De urbanização?

Edison: Exato. Aí foram os grandes projetos, em sua grande maioria, que nesse período de 89 a 91 tiveram seus projetos de urbanização feitos. Era basicamente o parcelamento, não tinha grandes detalhes de projeto...

Pedro: Não tinha recurso, na verdade...

Rosana: E o que se chamava de projeto? Um parcelamento?

Pedro: Era um parcelamento.

Paulo: Exato, um reordenamento do território. Eu me lembro que na época, quem tinha recursos materiais e técnicos era o DAE, que já existia.

Edison: Sim. O DAE entrava na organização dos mutirões de rede de água e esgoto.

Rosana: Era uma autarquia?

Edison: Era uma diretoria ligada à Secretaria de Obras. Eles entravam com fornecimento de material e orientação técnica. E assim eram realizados os mutirões de água e esgoto. Para abertura de ruas, nós tínhamos um contato com a Secretaria de Obras (Santo André Terraplanagem). Tinha também uma equipe de topografia que chamávamos de CH-4, que era quem demarcava os lotes.

Edison: As pessoas iam se organizando... desmanchava o barraco e depois com o tempo construía de alvenaria.

Rosana: Então o que era feito era um reparcelamento?

Edison: Era.

Matheus: E tinha lote mínimo?

Edison: Na época acho que era 60 metros. Não era Pedro?

Pedro: Exatamente. 60 metros. Era aproximadamente 15x4 metros, a dimensão do lote.

Edison: E quando se elaborava o projeto, já existiam algumas unidades em alvenaria, então tentávamos manter e fazer o parcelamento.

Pedro: Exatamente. Essas reuniões que realizávamos com a comunidade eram bem participativas. Nós consultamos o tempo todo a própria comunidade porque a gente também não tinha recurso, então tínhamos que contar muito com a comunidade, com os mutirões... então praticamente a gente ficava como orientador e a própria população desmanchava os barracos, reconstruía os barracos, ajudava a abrir as valas para fazer esgoto e água. O lote mínimo era 4 por 15 metros, mas teve uma situação, que era um campo de futebol ali no Baeta Neves, onde não deu para fazer 4 por 15 então a gente fez três e meio por 12 e assim ficou um local muito bacana porque a gente fornecia um projeto e as pessoas foram construindo sobradinhos.

Edison: Esse foi o Primavera?

Pedro: Isso.

Edison: Aliás nessa época nós urbanizamos uma favela em Santo André também, né Pedro?

Pedro: Isso. Inclusive no Município de Santo André. Era uma área que pertencia ao Município de São Bernardo, da PRO-SBC mas estava no município de Santo André e urbanizamos.

Rosana: Vocês forneciam projetos para as casas? Vocês removiam, reparcelavam, e a família construía no lote. Vocês tinham condição de fornecer o projeto e assistência técnica?

Pedro: No Jardim Primavera especificamente a gente fez esse projeto. Nas outras áreas, para quem solicitasse, a gente fornecia. Inclusive eram os estagiários que faziam isso... faziam o projeto, mas tinha uma supervisão.

Rosana: Um a um ou tinha um projeto padrão?

Pedro: Era mais ou menos padrão. Tinham alguns projetos mais ou menos padrão... muitas vezes o lote era muito diferente, aí costumava-se fazer especificamente.

Rosana: Edison, como foi a escolha do Parque São Bernardo?

Edison: O Parque, nessa primeira etapa eu não sei dizer exatamente o porquê. Porque na verdade fizemos várias favelas, inclusive o Parque. Por que o Parque foi escolhido na época do HBB? Aí já houve um trabalho... foi elaborado o PEMAS que era o Plano Estratégico Municipal de Assentamento Subnormais.

Paulo: Sim, mas aí já era um outro momento.

Edison: Sim. Mas lá atrás, trabalhamos praticamente em quase todas as grandes favelas que existiam, em SBC.

Paulo: Pelo menos a leitura que eu fiz quando cheguei lá em 97... também conversando com o Fernando, Maurício... existia uma organização forte das associações. E como era um governo muito permeado, desde a discussão do projeto, o que fazer... porque não tinha recurso, então provavelmente, olhando a história do Parque, a sua escolha era fruto da mobilização. Vamos dizer assim, seria um "Orçamento Participativo" na prática, pois tinham assembleias frequentes, e evidentemente as favelas que tinham mais gente e maior organização levavam mais gente e saía na frente.

Pedro: Eu me lembro assim... o Parque São Bernardo tem bastante história nos primórdios... era uma área muito acidentada, continua sendo, de difícil acesso... e tinha vários obstáculos porque tinha minas de água que encharcavam alguns locais, então começou os trabalhos no Parque São Bernardo para melhorar o acesso das próprias famílias. Executam-se alguns trabalhos de drenagem, mas tudo muito pontual... tinham algumas lideranças um pouco mais complicadas, até para entrarmos no Parque São Bernardo teve uma certa resistência, porque o Parque São Bernardo sempre teve uma característica um pouco mais violenta. Então, depois de muita insistência, aí o pessoal falou "tá bom, nós vamos receber vocês, porque vocês tem uma certa boa intenção e nós vamos receber vocês". Mas só aí que começamos a atender as coisas de emergência... um talude que precisava ser contida, obras pontuais...

Pedro: Só depois, quando entrou o HBB, que aí começou o Parque São Bernardo a ser visto de outra forma.

Edison: Com o HBB, o Setor 8 foi bem adiantado. Onde nós atuávamos? Onde gastava-se menos dinheiro e atendia uma maior quantidade de pessoas. Em particular foi o Setor 8. Por que os setores 2 e 5 ficaram para o final? Porque era uma grande obra de canalização, de drenagem, troca de solo, então envolvia muitos recursos que não tínhamos na época... então por isso avançou bastante no Setor 8, parte dos setores 3, 4 e 6.

Paulo: Essa setorização que ele fala foi lá no começo... eu estou aqui me perguntando como foi seu desenho.

Edison: O Pedro pode falar melhor sobre os motivos mas basicamente a área era muito grande.

Pedro: Sim... o Parque São Bernardo tem 120 mil metros aproximadamente, ou seja, uma área muito grande para você poder tocar isso... o setor facilita e foi feito pelos acessos, caminhos... foi-se aproveitando o desenho feito pela própria comunidade e a gente podia ir tratando parte a parte. E tem isso que o Edison falou, aqueles setores que tinha maior facilidade de entrada de equipamento e essas coisas, era por onde começávamos. Outro motivo para a setorização era que tinham várias lideranças também.

Paulo: Tinha a tipologia também... mais ou menos complexo.

Pedro: Isso. E também assim, o Parque São Bernardo sempre foi dividido entre Novo Parque, Parque São Bernardo propriamente dito e Alto da Bela Vista. Então tinham essas três lideranças.

Edison: Alto da Bela Vista que não existia... passou a existir depois de 1992, quando retornamos em 97, da "26 de março" até o Alto da Bela Vista, tudo aquilo era novo.

Rosana: Agora, nesse primeiro governo do Maurício foi o [Luis] Fingerman o coordenador?

Pedro: Sim.

Rosana: Eu tenho uma certa curiosidade para entender... o que vem da experiência de Diadema? Porque Fingerman tinha trabalhado em Diadema, aí chega em São Bernardo do Campo, monta uma equipe.

Edison: O Fernando vem de Diadema também. Ele que coordenava toda a equipe do CH1, já tinha trabalhado com o Fingerman e a Ione, em Diadema. Diadema era inspiração.

Pedro: É... eu por exemplo fiquei 11 meses de estagiário em Diadema, antes de vir para São Bernardo... aí eu já conhecia o processo de Diadema. Quando veio para SBC, a Ione, Fingerman e Fernando, eles pegaram já essa experiência e aplicaram... acho que o Paulo Amorim também...

Rosana: Se olharmos as outras cidades brasileiras, é pouco comum acontecer o que observamos a em Diadema e em Santo André ... que é reparcelar e trabalhar com lote mínimo. S você for ver Belo Horizonte, mesmo Recife não tem essa característica. Mesmo reconhecendo que era uma favela mais de madeira que alvenaria, isso não é uma prática comum. Diadema começa a urbanizar utilizando um estudo preliminar, que não era projeto básico, era um estudo preliminar de parcelamento e com isso íamos para campo.

Pedro e Edison: É exatamente isso.

Rosana: Eu não sabia dizer se era isso que acontecia em São Bernardo também ... eu não sei de onde veio isso, como se desenvolveu em Diadema, mas a impressão que eu tenho é que tem uma influência do que aconteceu lá.

Edison: Quando eu entrei essa equipe já estava formada, os grandes projetos já estavam em desenvolvimento, já estavam acontecendo as obras.

Pedro: Você entrou no Arco-Íris, né?

Paulo: Tinha a Mariângela, já?

Pedro: Mariângela estava na secretaria de obras.

Rosana: Existia alguma reflexão crítica em cima do trabalho que tinha sido feito em Diadema?

Pedro: Não porque aquilo era o embrião, o início de tudo... e realmente o que acontece? A participação popular era muito forte, os técnicos na verdade ficavam auxiliando a

própria comunidade, que tinha aquele anseio de mudar isso, e realmente precisava de vontade política. Então, casou com vontade política com o desejo da população.

Pedro: Muro de arrimo por exemplo, era a própria população que fazia... sem projeto técnico nem nada, e contava com a experiência daqueles técnicos que estavam ali, ajudando a comunidade a transformar o sonho deles em realidade. Hoje a forma de trabalhar é maravilhosa, porque você tem dinheiro, você tem recurso, tem equipamento, contrata projetos de todos os tipos, então em termos de segurança hoje é uma maravilha, mas naquela época, eu acho que a necessidade estava superando a questão da segurança. Então o cara queria o sonho da casa própria com água, luz, esgoto.

Edison: Naquela época não tinha Aluguel Social, nada disso... se tinha que sair a família saía por conta própria.

Pedro: Eu diria que tinha uma inversão que era assim, a própria comunidade que estava dizendo os caminhos que precisavam ser tomados e o grupo técnico deu apoio. Hoje inverteu, hoje nós que dizemos os caminhos que serão tomados, as decisões.

Rosana: Agora... o padrão de urbanização, o tamanho de lote, quem seria removido para abertura de vias, isso é um parâmetro que tinha em Diadema, lá em 83. O Maurício assume em 89. Da onde saiu isso?

Pedro: Tudo era discutido com a comunidade. A gente chegava sugerindo, falando olha, em um lote de 4 por 15 dá para fazer um sobradinho assim, mas aí o pessoal dizia "não, lá na nossa área temos mais espaço, 4 por 15 não...". Aí havia certa diferenciação dos tamanhos dos lotes, não era um padrão 4 por 15. Então tinha local que ficou 5 por 10, de acordo com o espaço que você tinha... teve local que ficou um pouquinho maior, 5 por 15...

Edison: Não se falava em reassentamento também, né? Tinha que acomodar dentro da área.

Pedro: Não... na medida do possível tinha que resolver na área.

Rosana: Mas não era uma urbanização... era um reparcelamento.

Pedro: E o Kit barraco era por conta dessa necessidade. Você não podia deixar a família desalojada, então tinha que ser criado rapidamente em um espaço vazio, alguns lotes, chamar as famílias e dar para elas o kit barraco, marcava-se um mutirão. Os estagiários e técnicos davam apoio, e os moradores faziam os barracos. Do lugar onde as famílias eram retiradas, eram feitas novas quadras, e era desse jeito.

Matheus: O financiamento era todo municipal?

Pedro: Todo. Não tinha nenhum outro recurso.

Edison: Na verdade a gente não tinha nem contrato... era o DAE com água e esgoto, secretaria de obras... tínhamos pessoas qualificadas. E outros conflitos surgiam, durante esse processo. Nós descobrimos pessoas que exploravam aquela região com venda de lotes, tinha violência e ameaças por conta disso. Em particular no Boa Vista, a ponto de

irem na plenária ameaçar funcionários da coordenadoria da época. Mas aos poucos fomos conseguindo, tanto que a maior liderança do Parque São Bernardo que comandava toda aquela região ele mesmo protegia a gente. Lembro que chegou na prefeitura um recado uma vez dizendo "com os meninos da habitação ninguém mexe". E isso foi um recado para todos que andavam ameaçando nosso trabalho porque na verdade nós tiramos o mercado deles, que vendiam lotes. Essa resistência aconteceu no período, mas depois acalmou.

Rosana: Esse primeiro momento, que é praticamente a década de 90, primeira gestão do Maurício, entendemos que houve urbanização integral do setor 6 e 8 e 1, 3 e 4 parcialmente. Foi tudo isso?

Pedro: O Setor 8 foi praticamente quase que todo ele, ficou uns 5%.

Rosana: Mas isso na primeira gestão do Maurício?

Pedro: Isso. O Setor 6 quase que todo ele. O que que ficou para trás? Onde seguramente existiam contenções a fazer... esses trechos que envolviam muito recurso não avançamos.

Paulo: Quando aconteceu a segunda etapa do Parque São Bernardo e entrou o HBB, na verdade se fez um novo levantamento. O projeto de trabalho social do HBB tentou resgatar a história dessa etapa inicial. O que aconteceu, também pelo momento e pelas exigências técnicas de padrão do projeto, foi a produção de um balanço das ações já feitas no passado. Então, por exemplo, agora estamos com recurso, precisamos fazer novas redes de água, etc.

Paulo: Quando foi feita essa urbanização, era com os recursos disponíveis, o DAE, o padrão técnico funcionava para afastamento de esgoto, mas não tinha condições de ser operada pelo padrão do DAE depois, então foi refeita, tanto a rede de água como de esgoto. Setorização de pressão, porque não chegava água em todos os setores... ou seja, foi a urbanização em função dos recursos que existiam. Era o orçamento do DAE, mais alguma coisa da Secretaria de Obras, e naqueles lugares que não demandavam grandes obras de contenção e macrodrenagem. Na verdade, as condições de vida da população, para eles melhorou muito, não interessa se a rede estava assim ou de outro jeito... se agora faltava água de vez em quando, antes não tinha água nenhuma. Mas enfim, nesse outro momento do HBB foi identificada a necessidade de revisão das intervenções anteriores.

Rosana: Isso aconteceu em Santo André e Rio de Janeiro também...

Paulo: A situação era assim: ou você faz o que dá, ou você não vai fazer nada. Você não faz nada e deixa o cara na pior situação possível ou você pega o recurso que tem e cria uma condição melhor.

Matheus: Tem algum registro dessa época? Planta, relatório, alguma coisa?

Pedro: Dessa época não...

Edison: Eu tenho uma ou outra.

Sara: Tem um monte de foto lá... lembra naquela organização que a gente fez? Está tudo lá embaixo...

Edison: A gente tinha uma pasta de cada núcleo, onde tinha todos os projetos de parcelamento que foram feitos.

Ariana: Estava na garagem/porão, mas passaram para um saguão e está tudo ali. Ainda estão os documentos todos lá.

Pedro: Estamos falando coisa de 30 anos atrás né... era mais difícil o registro.

Rosana: No caso de Santo André, a gente recebeu o material, o Matheus arquivou, *scaneou*, fez um trabalho de registro. Era tudo papel e foto...

Edison: Em 1992 quando a gente saiu, nós pegamos todos os projetos que tínhamos em vegetal e encaminhamos tudo para o setor de reprografia. Então teoricamente teria que estar arquivado no setor de reprografia da prefeitura. Embora a gente nunca tenha ido atrás disso.

Paulo: Se foi produzida a planta e numerada deve estar lá.

Edison: Sim, deve estar... nessa época o único projeto diferente que a gente fez foi o projeto arco-íris, que foi o Botujuru. Era uma gleba de 95 mil metros quadrados, que tinha sido passada para a CDHU desenvolver um projeto. Não rolou, eles devolveram a área para a prefeitura e nós implantamos ali um loteamento de 580 lotes. Para quem foi distribuído? Aí não era exclusivamente para favelas, não era urbanização, eram 14 associações de moradores (tinha associação do DAE, Rudge Ramos). Cada um recebeu 30 a 40 lotes e distribuíram para seus associados com lei autorizativa. Esse foi o único projeto diferente do período, que quem tocava acho que era o CH-2. Esse projeto foi o único contratado fora... o resto foi feito dentro.

Rosana: E o que acontece quando termina a gestão do Maurício?

Edison: Quando termina a gestão do Maurício todos nós fomos demitidos.

Pedro: Sim. Todos fomos.

Rosana: Depois foi que prefeito?

Edison: [Walter] Demarchi. Quando retornamos em 97 a gente notou algumas coisas... o Parque São Bernardo da 26 de março até o Alto da Bela Vista não existia, era mato. Quando a gente retornou ele estava praticamente todo ocupado... então teve uma grande expansão da ocupação nesse e em outros núcleos. A Vila São Pedro também, em 1992 quando a gente saiu era uma ocupação bastante embrionário e quando voltamos tinha quase 8 mil famílias.

Rosana: Provavelmente pela interrupção das ações. Em 1997 vocês estão de volta. Também gestão do Maurício, o que acontece?

Juliana: Essas primeiras coisas que vocês contaram foi da primeira intervenção. Quando vocês voltaram, além de maior ocupação, teve alguma intervenção?

Paulo: Antes de voltar na gestão do Maurício, uma coisa importante também foi a Lei de Habitação de Interesse Social, 3622, que permitia que as associações podiam adquirir terras e empreender parcelamento do solo.

Rosana: Eu lembro que eu era assessora das compras comunitárias.

Paulo: O que aconteceu... teve de tudo... coisas muito boas e outras também. Aí talvez por ingenuidade política e outras coisas, de qualquer forma, proliferou para todos, inclusive empresários. Aí que começaram os loteamentos, conseguia uma primeira entrada, protocolava a autorização para começar a abrir, mas aí não tinha apoio técnico, assessoria, recurso... começou a ficar com aquelas áreas deterioradas. Perde a eleição Maurício, entra a outra administração acabou. Esse é um registro de uma legislação que tinha uma intenção muito forte de empoderar as comunidades, mas você percebe que faltava orientação, de como fazer o projeto... os operários tinham baixa capacidade de poupança, se não fosse isso, não teria outra alternativa, ele não ia fundar uma favela. Não, a ideia era vamos abrir uma política que permita que essas pessoas possam se organizar, adquirir uma gleba, aprovar um projeto com menos exigências urbanísticas, a prefeitura dando apoio e vamos produzir casas.

Edison: Foi o grande crescimento dos loteamentos irregulares.

Paulo: Pela data da lei, o amadurecimento foi durante a gestão então a hora que entrou a outra administração, essa lei foi totalmente deturpada. Com o título de interesse social, outros agentes estavam usando disso para lucrar.

Rosana: Ótimo, mas voltando. Quando em 1997 o Maurício é eleito de novo o que acontece? É reorganizado o setor?

Edison: Na eleição do Maurício, no período eleitoral de campanha, um dia eu entrei na campanha, chamamos aquela equipe toda que trabalhou com Maurício. Ligamos para todo mundo, chamamos para a campanha, organizamos uma reunião com lideranças de favelas, onde o Maurício foi e falou da campanha. Ou seja, no fim, ele foi eleito e quando retorna muito das lideranças que tinham ficado sem apoio na gestão anterior retornaram com aquele olhar de “Puxa, agora vamos ser atendidos de novo”.

Paulo: Agora uma observação de quem chegou... a coordenadoria parou de fazer aquela metodologia de assembleias, reuniões, etc e passou a fazer um atendimento muito de varejo. 50 metros de rede esgoto, entregar não sei quantos tijolos.

Edison: Você está falando isso no período do Demarchi?

Paulo: Isso! Manteve a coordenadoria, mas o que foi praticado nos quatro anos ali foi um desmonte de toda a metodologia e o jeito de trabalhar antes. Tudo bem, não era um projeto, mas tinha um pensamento, tinha uma base técnica com os recursos possíveis. Tanto que quando a gente retoma a urbanização do Parque São Bernardo em todas as áreas a gente fala, bom, vamos pegar o projeto lá de trás. As vezes até com as mesmas denominações, porque isso já tinha uma aderência na memória da população, que eram

só 4 anos passados. E aí sim, com mais recursos, com a base técnica vamos fazer um bom projeto. Mas aquele período do meio parou de fazer isso, foi uma coisa marcada infelizmente pelo clientelismo, coisa de fornecimento de material, kit barraco. Tanto que quando retornamos, os vereadores estavam muito viciados nesse ritmo, as comunidades também.

Rosana: E como vocês reorganizam? Quem coordenou nessa época?

Paulo: Nessa época era o Zé Roberto. Eu era diretor de urbanização e a Sonia Lima de meio ambiente. Aí os primeiros seis meses foi isso... resgatando das cinzas tudo que fosse possível. Depois de uma crise política o Fernando assume, que era da equipe anterior. Traz a Miriam também, Edison, Pedro, Takashi.

Matheus: Então vocês se reorganizam enquanto equipe.

Paulo: Isso. Em julho de 1997 a gente já estava com o time bem reorganizado. Esse “desgaste” dos primeiros seis meses foi de avisar para as comunidades: olha, não vamos mais trabalhar com essas reivindicações individuais apenas, vamos pensar na comunidade.

Edison: Já foi nessa época que a gente suprimiu o kit barraco?

Paulo: Acabou. Não tem mais distribuição de material, tubo de esgoto, etc. Única coisa interessante que essa gestão fez em 4 anos foi aquele Censo, que contrataram uma empresa para fazer esse levantamento. E foi útil para nós. De julho para frente já começamos a retomar o contato com as comunidades... retomar projetos parados.

Edison: Uma coisa também dessa gestão do Demarchi é que eles montaram a equipe de produção de blocos e começaram 3 empreendimentos, o núcleo 44, o Esmeralda e o Ipê. No Ipê fizeram 60 unidades, no Esmeralda não foi para a frente e depois nós demolimos tudo e no 44 teve continuidade, já foi através do Programa PAR de 2000 a 2001.

Paulo: Eles faziam a infraestrutura e a população produzia os blocos e construiria por mutirão. Realmente, para não ser injusto eles tinham algumas iniciativas assim...

Rosana: Mas não era urbanização de favelas... mas voltando aqui no Maurício, na gestão 97-2000. Vocês retomam o trabalho no Parque São Bernardo?

Edison: Sim. Em 98 foi feita a pavimentação do Setor 8 e parte do Setor 6.

Rosana: É feito novo projeto? O HBB entra depois, certo?

Pedro: O HBB é de 99 para 2000.

Rosana: Essa gestão acaba em 2000 então o HBB entra quando está terminando a segunda gestão do Maurício.

Paulo: Nessa questão por exemplo o Parque seria bastante complexo e muito caro. Se a ideia era desenvolver projetos que pudesse resolver o todo...

Rosana: Certo. Então pavimenta o Setor 8, mas não realiza mais nada de grande porte. Então dá para dizer que esse nosso primeiro momento vai até o fim da década de 90 com a alternância de governo, Maurício, Demarchi, Maurício e que nesse período se urbaniza os setores 6 e o 8, integralmente e o 1,3 e 4 parcialmente, com intervenções pontuais. Isso aqui não muda na gestão do Maurício de 97 a 2000, certo? Nós estamos querendo confirmar essas informações pois também não sabemos de onde veio para o Plano de Trabalho Técnico Social... estamos chamando esse primeiro período de 89 a 2000.

Pedro: Está certo. O que aconteceu a mais em 97 para 98 foi o programa PROSANEAR.

Paulo: A administração anterior deixou um projeto aprovado com o governo federal que era o PROSANEAR, e que era destinado a várias áreas. Naquele primeiro semestre que assumimos, vimos que os recursos eram pequenos, só para saneamento. As vezes era impossível de executar porque como iria colocar saneamento se não tinha rua aberta, enfim. Lembro que houve uma discussão para conversarmos sobre algumas áreas, por exemplo o Jardim Esmeralda, que precisava de urbanização, então saiu do escopo do PROSANEAR.

Paulo: Nós discutimos então que o PROSANEAR seria utilizado onde já existia uma urbanização iniciada, Vila Esperança, por exemplo, ou que falta muito pouco para reparcelar.

Juliana: Mas o Parque São Bernardo estava nessa lista de atendimento?

Paulo: Não. Porque era muito complexo.

Rosana: Aconteceu em Santo André também... o que era complicado ficou para depois.

Paulo: Então, nós herdamos um PROSANEAR assinado pelo governo federal, mas...

Rosana: Então o Parque São Bernardo não entrou nisso?

Paulo: Não... nós remanejamos para colocar onde era viável esse recurso. E mesmo assim o município ainda bancou contenção e pavimentação. Porque se você faz rede de água e esgoto e não pavimenta, não faz drenagem, perde tudo.

Juliana: Mas era recurso de obras sem projeto? Eu digo assim, se eu entendi, esse dinheiro que vinha do PROSANEAR era para fazer saneamento e não dava para fazer as áreas onde estava assinado. Mas se tinha projeto já dava para saber que não dava para fazer nessas áreas, não?

Edison: A coisa era muito embrionária.

Paulo: Os projetos partiam do pressuposto que as ruas ficariam abertas, é aquela história de você construir no ar as coisas, não a partir de um alicerce. Demandaria, para fazer o PROSANEAR, uma pré-urbanização. Talvez por decisões políticas também, mas tecnicamente não dava para fazer. Deu um desgaste porque existia a expectativa das obras do programa. Aí falamos: PROSANEAR não será, mas faremos a urbanização dessa área. E fizemos mesmo, contratamos uma empresa, um projeto de reassentamento total.

Paulo: O Parque São Bernardo não tinha condição... então ficou à mingua.

Rosana: Entendi. Então bate com o que escrevemos aqui. Aí 2001 a 2004 é gestão do Maurício que se reelege.

Edison: Sim. Ele fica até metade do tempo, mas se afastou por problemas de saúde.

Rosana: Certo. E é nesse período que entra o HBB e volta a ter prioridade o Parque São Bernardo. Como foi isso?

Edison: Nós elaboramos o PEMAS, que foi o plano estratégico, com recurso do DI, e o PEMAS tinha uma matriz de hierarquização, onde se estabelecia pontos para cada característica: regularização fundiária, rede de água, rede de esgoto, precisa de contenção, população. Os núcleos foram pontuados e quem ficou em primeiro lugar? O Parque São Bernardo.

Rosana: E esse PEMAS foi de que ano?

Paulo: 99... você só poderia executar a obra se fizesse primeiro o DI, que foi uma coisa muito boa. Nunca mesmo em SBC tinha tido recurso e a assessoria da época tinha sido a CEPAM, com os técnicos da prefeitura. Houve um tempo para parar, observar, reunir as informações existentes, fazer um mapeamento e montar a matriz de hierarquização.

Rosana: E aí vocês captaram recursos para a execução das obras do Parque São Bernardo. Fizeram projeto?

Pedro: Sim, o projeto foi do Valter Toscano.

Rosana: Então vocês contrataram um projeto.

Pedro: Sim, contratamos. 13 milhões. O primeiro projeto com obra, com tudo.

Edison: Esse projeto foi dividido em etapas porque na época existia a obrigatoriedade de fazer licitações internacionais se custasse mais de 5 milhões de dólares. Por conta disso dividimos a obra.

Matheus: E o projeto era para toda a área?

Edison: Sim, toda a área.

Rosana: Então por que ficou HBB primeira e segunda etapa?

Edison: Na verdade, 5 milhões era a primeira etapa. Que foi essa licitação que a gente fez.

Rosana: Aí depois vocês fizeram outra?

Paulo: Nós queríamos tomar o empréstimo inteiro, mas era internacional, tinha a Caixa, o Ministério falando que a licitação era muito complicada, vamos quebrar isso aí em duas etapas.

Rosana: E acabou rolando só a primeira?

Edison: Só a primeira.

Paulo: A segunda é com o PAC. Mas aí o que fizemos em relação à etapa? A etapa não foi por setor. Foi por tipo de intervenção.

Rosana: E que tipo de intervenção foi selecionada para o HBB?

Edison: Água para todos, esgoto, acertar viário.

Rosana: Então não teve essa coisa de Setor 5 e 8...

Pedro: Setor 2 não teve intervenção nenhuma, Setor 5 teve drenagem, troca de solo, no projeto original tinha os embriões em mutirão. A gente começou a fazer em mutirão, não deu certo, tivemos uma série de dificuldades e a gente acabou optando por construir, na época uma construtora que construiu os embriões do setor 5 e parte do setor 6 tinha umas unidades mistas.

Paulo: Nós aplicamos a verticalização no Setor 8, naquela área desapropriada do pessoal da industrial.

Juliana: Isso tudo na primeira etapa?

Pedro: Sim.

Paulo: Estava no projeto isso né.

Rosana: E o que que era mesmo a primeira etapa?

Juliana: De projeto ou executado, Rosana?

Rosana: Executado.

Pedro: Setor 5 e 8.

Rosana: Mas o Edison falou que água e esgoto foi para todo o assentamento.

Edison: Não chegamos a fazer toda a área, porque por exemplo o Alto da Bela Vista ficou faltando rede de água e esgoto.

Pedro: Isso. Assim, que pode dizer que executou na integridade, setor 5 e 8. O restante recebeu água e esgoto, com exceção do setor 2.

Juliana: E o 8 já foi complementação, né? Porque tinha sido urbanizado lá atrás.

Pedro: Isso.

Paulo: Foi feito a drenagem.

Edison: Isso, aquela grande drenagem começando no setor 5, passando ali pela Almeida Galene até chegar no Novo Parque lá embaixo, a gente fez uns 100 metros de canalização do córrego que era previsto no projeto. Tinha lá canalização de 500 metros, mas só fizemos 90 metros. Mas rede de esgoto foi executada, toda a setorização da rede de água foi feita.

Rosana: Eu imagino que tenha acontecido um adensamento nessa área... o que foi feito em termos de reparcelamento? O tamanho mínimo do lote se manteve? Como eram esses parâmetros?

Edison: No projeto original era 60 metros quadrados. Quando a gente entrou em 97 já era 45m². Embora o setor 5 e setor 2, o projeto era de embriões, mas o lote em si era de 45 m². 4,5 por 10 se eu não em engano.

Rosana: E esse embrião eram vocês que construíam?

Edison: Então, no Setor 5 inicialmente era para ter sido mutirão, mas não deu certo e nós construímos.

Paulo: Porque o atraso era muito grande, muito moroso.

Rosana: Mas não é mais aquela coisa de desmontar, montar e abrir rua?

Pedro: Não. O Setor 5 saiu todo mundo, a gente não tinha o aluguel social/renda abrigo, então todo mundo saiu por conta mesmo e tanto que houve nessa questão de todo mundo sair do Setor 5, parte do Setor 2 para a gente fazer o CMIC (Centro Municipal Integrado de Cidadania) teve um respaldo de x pessoas onde não tinha registro de que eles tinham saído e moravam lá, aí retornaram agora no projeto reivindicando atendimento.

Rosana: Deixa só eu entender... o pessoal saía e se virava por conta própria? Aí você fazia o reparcelamento da área e eles voltavam... e havia essa confiança da população?

Paulo: Sim... primeiro tivemos que retomar uma aproximação com a comunidade, inclusive com o apoio da igreja porque o desgaste era muito grande, ninguém acreditava em ninguém. Então houve uma reaproximação, tivemos que conversar com os formadores de opinião e tivemos que explicar para eles a possibilidade que tínhamos de retomar o projeto, a concepção do projeto, que ia ser um projeto para resolver integralmente, tudo que precisasse para transformar ali em um bairro, embora fosse feito em 1 ou 2 etapas, mas era essa a proposta. Os primeiros desenhos saíram em cima, inclusive por isso que mantivemos a setorização, porque eles tinham a memória. O conceito do projeto de urbanização integral tinha diálogo, conectividade com a história do projeto anterior. Principalmente porque o gestor era o mesmo...então o trabalho era de resgatar a confiança. A partir desse primeiro estágio de aproximação foi feito o cadastramento tudo de novo.

Edison: Você falando assim me faz lembrar de uma assembleia em que fomos apresentar o projeto, estava um monte de gente lá na escola, o secretário na época falando, explicando o projeto, o tal lote de 45 m². Alguém grita “eu não quero essa porcaria aí não”. O Paulo cutuca o secretário e diz: “Aceita que ele não quer”. Aí ele continuou: o senhor não quer? Ótimo! Quem mais desiste? Assim podemos aumentar o tamanho do lote.

Sara: Foi na época do HBB que surgiram os primeiros alojamentos também, né?

Paulo: Não, o primeiro alojamento foi do Lavínia.

Sara: Tanto do Vianas quanto da Cora Coralina.

Paulo: O alojamento entrou em São Bernardo do Campo para a urbanização da favela do Lavínia.

Sara: Mas assim, naquela região surgiu o alojamento por conta da obra do Parque São Bernardo. Por isso que também tinha algumas famílias que saíam para o alojamento. Quem não tinha casa de parentes, etc.

Rosana: Alojamento que a prefeitura construiu?

Pedro: Sim. Esses dois alojamentos tinham mais ou menos 80 unidades.

Paulo: Deixa só eu retomar do projeto. Foi feito o cadastramento, selagem, levantamento do número de famílias eram, e em seguida as primeiras assembleias por setor, apresentando diagnóstico, projeto, levando a discussão.

Pedro: Isso de 99 para 2000, certo?

Paulo: Sim. Aí depois é que voltava para prancheta, acertava, procurava fazer os acordos, até ter aprovação dos projetos com a comunidade. O desenho de como ficaria, o que era para ser construído. Houve todo um período de vários meses em que esse projeto foi sancionado pela comunidade, e esse projeto sancionado é o que foi para licitação. Inclusive naquela época ficavam pedindo projeto executivo e eu falava “que loucura, vamos gastar dinheiro com projeto caro desses que na hora de executar vai mudar”. Mas as grandes diretrizes, tamanho de lote, etc, tudo foi discutido com a população.

Paulo: Uma coisa boa que a gente aprendeu é que a gente trabalhou bem com os formadores de opinião/lideranças para que durante a semana eles fossem convencendo o pessoal.

Rosana: O Setor 5 é o que vocês tiraram todo mundo e reparcelaram, certo?

Paulo: Sim. Tinha muitas minas, era uma coisa terrível.

Matheus: Aí as pessoas voltavam com o embrião?

Pedro: Entregamos o embrião.

Rosana: E vocês entregavam projeto para ampliar o embrião?

Pedro: Tinha.

Rosana: Tinha assistência técnica ou as pessoas se viravam? Que que tinha?

Paulo: Era o projeto completo.

Edison: Era o térreo e o projeto de ampliação que eles tinham.

Rosana: E como eles tinham acesso a esse projeto?

Edison: Cada família recebia.

Rosana: O próprio setor de urbanização? Porque por exemplo em Santo André tinha um setor específico da Moradia Econômica, que atendia a cidade toda.

Paulo: Era a mesma equipe.

Rosana: A mesma equipe que fazia infraestrutura fazia essa assistência?

Pedro: Isso. O Wagninho, a Claudia.

Rosana: E a população seguia o projeto?

Paulo: Vendo depois, você vai lá hoje... virou outra coisa. Construíram mais pavimentos.

Matheus: E vocês não tem esses projetos para registro?

Paulo: Tem que achar, mas acho que no próprio CD da licitação tem.

Edison: Temos que pegar via processo. Nesse processo integrado fazia parte também resolver a regularização fundiária. Aí não tinha saído o Estatuto da Cidade.

Paulo: Sim, e nós contratamos uma consultora, Lúcia Sena, que interpretou que dava para utilizar usucapião coletivo, juntou jurisprudência, um monte de coisa. Porque a Caixa, o BID, exigia o seguinte, só iria aprovar o recurso para executar um projeto, as obras e tudo, se pudesse ser regularizado. Tinha que resolver a questão do domínio da área. Não previamente, mas tinha que estar alicerçado em argumentos jurídicos, etc. Quando saiu o Estatuto da Cidade a coisa melhorou, a coisa ficou bem mais fácil. No Parque, durante a execução do HBB, tivemos um acidente de deslizamento muito forte, em 2004, na área que ainda não estava em intervenção, morreram pessoas, aí a prefeitura teve que fazer duas obras de contenção muito grandes, com recurso próprio.

Pedro: No Setor G, e entre o Bela Vista e o Setor 3 (na 26 de março).

Paulo: Era uma encosta que tinha recebido resíduos e aquilo desceu tudo. E isso impactou bastante porque impactou o orçamento da prefeitura, e isso redefiniu a situação de projetos. Aumentou o número de remoções.

Rosana: Qual foi o período de execução do HBB?

Edison: Começou em 2003 e foi até fevereiro de 2006.

Rosana: De execução, 2003 a 2006. Então pegou a gestão que terminou do Maurício e terminou na do Dib.

Paulo: E outra coisa também... por conta das chuvas, as unidades que estavam previstas para reassentamento, o pessoal colocou gente que não era cadastrada lá. No setor 5, não?

Pedro: Sim.

Paulo: Alí tinham pessoas que tinham comércio. Aí pegamos uma parte da Almeida Leme e o pessoal poderia mercadinho embaixo e morava em cima. Aquela situação de alojamento, que era usada de forma comedida, passou a ser utilizada como regra. E criou um passivo social muito grande, que só se resolveu com o Marinho. Uma coisa é você tirar 30, urbanizar, essa população retorna e desmancha o alojamento. Outra coisa é colocar pessoas sem ter nem projeto, nem previsão de quando sairão daquela situação.

Rosana: Vocês chegaram a assinar algum documento para começar o HBB etapa 2 ou já começou com o PAC?

Paulo: Não teve. Não tinha tempo hábil mais.

Rosana: Então, nada foi assinado em relação a segunda etapa do HBB? Na verdade, se planejou duas etapas, mas a segunda já virou PAC. Isso é importante porque os documentos não são claros em relação a isso.

Paulo: O que foi feito com o PAC, também pelo intervalo que teve entre a primeira etapa e a paralização, também teve um descrédito no projeto. Houve um adensamento maior, tanto que quando o Marinho ganhou, nós voltamos, criou-se a SEHAB, a primeira coisa foi retomar o diálogo.

Rosana: Então, mas a mudança do HBB para o PAC acontece no Dib ou no Marinho?

Paulo: No Marinho.

Edison: Para o Setor 2 que era previsto embrião, virou verticalizado.

Paulo: Porque a gente repactuou as metas físicas em função dos deslizamentos que tiveram. Depois a empresa quebrou também, a Araguaia não chegou a terminar todas as ações contratadas. Então algumas coisas foram terminadas com outros contratos da prefeitura... não houve um HBB 2, teve um fechamento difícil do HBB 1. Fechamos o as built, o que estava executado e o que faltava virou a segunda etapa. 2ª etapa não tinha jeito mais de contratar pelo governo federal no HBB, nem tempo, o contrato tinha acabado. Mas aí ficou parado. Quando o Marinho assume, e tem aquela história de retomar tudo que estava parado e concluir. Isso claramente estava na campanha e era o compromisso dele. Parque São Bernardo, tinha o PAC, a partir do 'as built' fizemos um novo cadastramento, que mostrou que aumentou a demanda.

Edison: Aumentou o número.

Ariana: Chegou a 3020.

Paulo: Tivemos que verticalizar aquele Setor 2, que inicialmente era só reparcelamento.

Pedro: Setor 3, Setor G.

Paulo: Muitos reparcelamentos se tornaram áreas de produção habitacional. Aí já tínhamos a ‘renda abrigo’. Tinha um apoio para as famílias saírem até ficar pronta a unidade.

Juliana: Isso já PAC né?

Paulo: Isso é PAC. Fizemos uma retomada do ‘as built’ de onde tinha parado a primeira etapa, a demanda tinha aumentado, houve readequação dos projetos inclusive por conta das exigências do PAC, tudo...

Juliana: Só uma coisa que fiquei com dúvida... construiu o alojamento com recurso do HBB ou do município?

Pedro: Do município.

Juliana: Eu lembro dessa história... quando chegou no Marinho muitas famílias ainda estavam morando lá no Cora Coralina né, porque se saiu um monte do Setor 5 que voltaram depois, não voltou todo mundo né? Teve gente que ficou. Como foi isso?

Paulo: Foi o que eu falei, naquela época de chuvas houve uma demanda que era organizada para as famílias que estavam cadastradas para serem atendidas naquelas unidades. E elas continuaram no alojamento enquanto aquelas unidades foram destinadas para outras famílias. Não foi uma decisão nossa, da habitação, nem da equipe social, foi por conta dessa situação das chuvas e deslizamentos.

Juliana: O pessoal que saiu na época do HBB foi para o alojamento ou foi para casa de parentes, etc, conseguiu todo mundo voltar ou ainda teve gente que não voltou?

Sara: Não sei de quais setores exatamente essas famílias eram, mas só no Cora Coralina, quando foi feito aquele levantamento que nós fizemos em 2007 por conta do Ministério Público, e depois quando o Marinho entrou e foi feito o recadastramento do Parque São Bernardo, foi feito o recadastramento também do alojamento, que era das famílias que estavam no alojamento Cora Coralina e do pessoal que tinha saído do alojamento do Vianas que era recorrente do HBB e que estava no aluguel social. Esses foram cadastrados no PAC, estavam dentro desse novo projeto. Fora esses, tínhamos cerca de 60 famílias que entraram com processo administrativo informando que haviam saído da área por solicitação da prefeitura para liberação de frente de obra para o HBB e estavam em casa de parente ou pagando aluguel por conta própria.

Rosana: Quantas?

Sara: 60. Desses, as pessoas tinham que provar que tinham sido removidas por solicitação da prefeitura porque a gente não tinha, informação de que eles haviam saído por orientação da prefeitura. Então foi um trabalho bem longo e cansativo que eles tinham que comprovar que saíram por solicitação da prefeitura.

Paulo: Vocês chamavam de estudos de caso, né?

Sara: Dos 60, conseguiram provar que haviam saído por solicitação da prefeitura apenas 30. Os outros 30 foram indeferidos, porque não houve comprovação disso, nem por documentação da prefeitura, nem pelos documentos que trouxeram.

Juliana: Então assim, 60 que estavam pleiteando, 30 que conseguiu comprovar e no alojamento tinham alguns também, né?

Sara: Sim, esses do alojamento foram atendidos pelo PAC.

Juliana: Minha dúvida é a seguinte: no alojamento tinham essas famílias que o Paulo falou do deslizamento. Vamos esquecer ela por hora... mas tinham outras famílias que tinham saído para abertura de frente de obra, certo?

Sara: Sim.

Paulo: É que os que estavam no alojamento foram cadastrados para serem atendidos. O que se descobriu? Que pessoas que tinham saído lá na primeira etapa do HBB, que na época não tinha o 'renda abrigo' e tinham ido para casa de parentes, etc. Aí quando saiu a segunda etapa, que foi feito o recadastramento, elas não foram cadastradas. Aí a Tássia decidiu estudar caso a caso, orientando que fossem apresentados comprovantes de matrícula de escola, etc.

Juliana: Nesse final do HBB ficou um passivo social grande para resolução nessa transição para a segunda etapa para término da execução.

Rosana: Aí na gestão do Marinho se transforma o resto do HBB em PAC. Uma grande parte que começa a administração do Marinho vocês levam as pendências do HBB primeira fase para o PAC, certo? Com alterações, porque pelo que eu entendi adensou, verticalizou, e pelo que eu entendi, foi realizado um novo cadastramento das famílias. E aí é feito um novo projeto também?

Pedro: Sim.

Edison: Rosana, só um segundo, desculpe, eu preciso sair.

Rosana: Tudo bem, Edison, muito obrigada. Só uma última pergunta... você que passou por todos esses períodos, do primeiro, segundo, ao terceiro. Como você vê esse processo longo? O que foi marcante? Que desafios atravessaram períodos? O que mudou? Porque é difícil um técnico passar por todas essas etapas históricas...

Edison: Eu acho que assim... no começo havia um certo romantismo nas coisas que a gente fazia, existia uma grande cumplicidade entre a equipe da prefeitura e os moradores, tanto que a coisa acontecia mais fácil... saiu todo mundo, cada um se virou, não existia alojamento nem nada. No Itatiba, por exemplo, 160 famílias saíram, só com a fala do Secretário. Depois retornaram... então existia um certo grau de confiança. O que que acontece hoje? Eu saio, mas cadê meu 'renda abrigo'? Cadê minha unidade? Não é mais autoconstrução. Mesmo que consiga fazer, a gente acaba construindo as unidades... acho que isso encareceu o processo de urbanização e de certa forma gerou uma certa dependência... é lógico que de quem está lá, a grande maioria precisa. Mas por que que

em 90, 91, 92, que também precisavam, davam um jeito, batia uma laje, chamava os amigos?

Rosana: Mas a densidade não era menor?

Edison: Era menor... agora a gente fala em verticalizar. O Setor 5 que eram embriões... a gente não conseguiu fazer mesmo dando material.

Paulo: O único lugar, que naquele período que o Maurício voltou, funcionou o embrião, foi no Carminha, que funcionou com mutirão. Era uma relação de confiança... tanto que o pessoal que acreditou no embrião do Parque por mutirão, estava confiante porque viram que tinha dado certo no Carminha, em 98, 99.

Rosana: Acho que agora podemos retomar a partir do momento do PAC. É feito um recadastramento, um novo projeto. E esse projeto era para dar conta de tudo que estava faltando? O valor financiado era para fazer tudo que estava faltando?

Pedro: Se eu não me engano, o projeto/orçamento todo das obras acho que foi inicialmente 87 milhões.

Paulo: Isso eu tenho bem detalhado nas planilhas.

Juliana: Agora, pergunta, o Ministério falou tem X dinheiro, faz a obra. Ou foi o contrário? Fez o projeto e falou para o Ministério: precisamos de X dinheiro?

Paulo: O atendimento, pelas regras do programa, tinha um per capita, aí a diferença o município se responsabilizou. Aí depois, na sequência, nós fomos buscar recursos também no estado, para produção habitacional, mas era contrapartida.

Rosana: O valor per capita não fechava?

Paulo: Com recurso do PAC sozinho não fechava. Eu lembro que tinha o per capita, etc. E nós fizemos o melhor enquadramento de recursos possível e a diferença era nossa.

Pedro: Exatamente.

Paulo: O projeto, tentava solucionar tudo. Inclusive, a implantação de equipamentos públicos porque os projetos anteriormente não tinham essa preocupação dos equipamentos. Já, depois do Ministério das Cidades, essa preocupação começou... de vagas de creche, equipamentos de esporte e lazer. Se fez todo projeto com a solução dos domicílios que tinha comércio também. Esse orçamento ficou inicialmente nesses valores de 87 milhões acho que com trabalho social chegaria a 91 milhões, alguma coisa assim. Então, a licitação foi realizada e iniciaram as obras. O projeto em si, levou 02 anos.

Juliana: Quais anos?

Pedro: Assim, cadastramento 2009, após o cadastramento começou a contratar. Houve uma primeira contratação de um arquiteto, foi até um determinado momento. A gente viu que não ia conseguir avançar e aí houve uma troca de equipe de arquitetos. Aí sim levou

mais um ano e pouco para poder elaborar esse projeto, fazer todas as planilhas e protocolar na CAIXA, ter a aprovação e aí sim fazer a licitação.

Paulo: Em concomitante dialogamos com a comunidade.

Pedro: Isso, o tempo todo dialogando com a comunidade. Conseguiu aprovar, fez a licitação, começaram as obras com o recurso base e a gente começou qual era o critério...

Rosana: Só uma dúvida. Contratou todas as obras juntas? Em um contrato só?

Pedro: Sim.

Rosana: Então por que aparece primeira etapa, segunda etapa do PAC? Primeira etapa PAC-PPI, segunda etapa PAC-Moradia?

Pedro: Tinha uma verba que era do OGU (PAC-OGU) e tinha um saldozinho do HBB. Aí o que foi feito? Quais setores dariam para enquadrar no limite de financiamento? Aí os setores 1, 3 e G e ficaram como PAC-OGU. Porque o PAC-OGU é a fundo perdido, então não dava para fazer o Parque inteiro assim.

Rosana: Pró-Moradia é financiamento?

Paulo: Isso. Para produção habitacional, fomos para o FGTS.

Pedro: Isso, que tinha um aporte maior. Por isso ficou segunda etapa OGU, terceira etapa FGTS.

Juliana: Então na prática não dividiram? Foi para conseguir ter mais dinheiro.

Rosana: Então setores 2, 4, 6 e Alto da Bela Vista é tudo produção habitacional?

Pedro: O Setor G também é produção habitacional, e o Setor 3 também teve, tanto que isso foi até um problema lá na frente porque a gente tinha algumas coisas que teriam que estar no contrato e estavam em outro. Mas foi um acordo que foi feito para poder ter condições de executar essas obras.

Juliana: Mas era uma empresa só que fazia. Não é? Independentemente de ser dois contratos, somava dinheiro e a obra era uma obra só. Mas para captar tinha que falar no contrato “vai fazer isso, isso e isso”.

Paulo: A gente tinha uma empresa contratada e dois contratos com a CAIXA. Aí tinha recurso de contrapartida que era nosso, mas conseguimos captar um pouco também para produção com a CDHU. Então as medições e as prestações de conta disso eram bastante complicadas.

Pedro: Mesmo no Setor 8, que a gente dizia que estava concluído, com o passar dos anos, houve ocupações irregulares. Tiveram 14 casos, se não me engano, no setor 8. Então a gente também precisava dar uma solução para essas famílias. Não houve tempo até o término, a gente não conseguiu solucionar. Algumas famílias, a gente dialogando e conversando, a gente perguntava se a família tinha condições com recursos próprios para

sair. Mas ainda ficou um pouco. Ou seja, você acha que está 100% solucionado, mas a cidade é dinâmica. E aí teve uma brechinha, muitas vezes alguém chama um parente, porque a questão habitacional ainda é um problema grave, a gente ainda não consegue solucionar e equacionar o problema habitacional. Por mais que o poder público intervenha - uma pena que isso não está prosseguindo, isso agrava ainda mais o problema -, mas mesmo que o poder público assumisse isso, enquanto não resolvermos as questões sociais do país como um todo, vamos ter esse tipo de problema, principalmente nos centros urbanos.

Rosana: Certo. Vamos falar mais sobre a precariedade... vocês fizeram um diagnóstico? Tinham pessoas no alojamento que tinham que ser atendidas? Viabilizou-se atendimento do ponto de vista da unidade habitacional? E requalificação habitacional, que seria a melhoria da unidade habitacional é um outro tipo de atendimento. Isso também aconteceu?

Pedro: Parque São Bernardo ficou devendo essa questão.

Juliana: Tinham os lotes urbanizados também, né?

Pedro: Sim, nós criamos os lotes urbanizados, mas aquelas construções em alguns setores que a gente a princípio consolidou, algumas mereciam ter um olhar mais próximo.

Rosana: Mas isso não estava no orçamento?

Pedro: Não, não estava.

Paulo: Na verdade, na primeira etapa tinha previsto e foi uma das coisas que andou muito mal...

Rosana: Primeira etapa do que, Paulo?

Paulo: Do HBB. E sempre foi um problema essa questão por conta da prestação de contas, e também da responsabilidade técnica.

Matheus: Por que prestação de contas?

Paulo: Porque a empresa fala, eu vou mexer nessa casa precária, mas e se der algum problema e a casa cair? Há uma resistência muito grande das empreiteiras. Primeiro era Araguaia, mas trabalhei em outras obras que não colocava a mão. Vai fazer um banheiro por exemplo, mas aí tem que fazer uma fundação por causa do banheiro. Então pensamos em dar o material para o pessoal fazer em autoconstrução.

Pedro: Aí você não consegue receber.

Paulo: Perante a CAIXA é muito complexo, por conta da medição de contas. Então, é uma coisa que eu, refletindo, talvez tivesse que ter dentro dos programas alguma coisa que fosse de material que o morador mesmo pudesse adquirir. Como se fosse um 'CredMat', um material a fundo perdido, e ele executa.

Rosana: Mas com assistência técnica?

Paulo: Sim, da prefeitura. O problema todo é que na primeira etapa não rolou bem essa parte e foi uma das coisas que na primeira etapa não se concretizou. Era um dinheiro que não foi alocado. Teve tentativas pontualmente mas começou a dar problema na prestação de contas.

Juliana: Tem projeto no PAC de melhoria habitacional, né?

Pedro: Sim, no programa todo foi previsto a melhoria habitacional, tanto que se montou quatro tipos de kits. Então por exemplo, kit banheiro, kit cozinha, kit esgoto, kit ventilação se não me engano... tinham os kits que era para você dar uma melhorada na construção, mas houve essa resistência da construtora. Então isso não procedeu... por isso falo que deveria ter um olhar mais apurado. Por exemplo, eu lendo, vi que na favela Heliópolis está tendo uma iniciativa privada, parece que a Leroy Merlin assumiu isso, onde eles contratam arquitetos e engenheiros, e fica à disposição dos moradores que queiram fazer sua melhoria habitacional. Então há um responsável técnico. Não estou dizendo que concordo com isso, mas assim, parece que seria um caminho, talvez a gente discuta e veja que não é tão bom... talvez tenham outras alternativas. Mas o poder público assumir isso é complicado. O poder público teria que ter um departamento dentro da Secretaria de Habitação com técnicos que pudessem assumir essa responsabilidade técnica e ir fazendo as melhorias habitacionais, talvez até com recurso próprio ou que o Ministério da Cidade criasse um setor, um programa, propriamente para isso.

Rosana: Sim, no caso de Santo André tinha o Moradia Econômica, era um setor específico. Agora, isso era uma preocupação da comunidade ou não?

Juliana: Melhoria da casa.

Sara: Em alguns casos, sim. Eles questionavam porque foi apresentado na apresentação do plano de trabalho do projeto, foi falado para eles que em algumas casas seria feita a melhoria habitacional, então era uma questão que eles levavam ao plantão, questionando quando iriam começar as vistorias. Porque a fala nas assembleias era essa, que seriam realizadas vistorias nas casas para diagnosticar a necessidade de melhoria habitacional. Não era uma reforma, era uma melhoria, era bastante pontuado isso. Então a gente tinha que ficar falando para os moradores que provavelmente não aconteceria, porque existia um problema no projeto, mas era uma questão.

Juliana: Na reprogramação chegou a sair do projeto isso? Ou conta até hoje como se fosse fazer?

Paulo: Por conta de ser muito complicada, a parte de prestar contas, para comprovar a contrapartida, isso ficou para o lado da contrapartida. Mas isso, de fato não andou bem. É um desafio.

Rosana: E nessa etapa do PAC teve substituição de tecido, remoção para construção de edifícios. Isso é uma coisa que a população aceitou bem?

Pedro: Olha... é aquilo que a gente fala, foi criado um vínculo lá atrás. Então esses moradores de São Bernardo, quer queira, quer não, eles têm esse desejo, essa vontade. Então algo que foi feito lá atrás repercute no presente.

Sara: Mas eu acho que teve uma coisa que aconteceu que não foi o lá atrás só. Acho que tem uma coisa que foi bacana que teve muito a ver com a política de trabalho que foi estabelecida na administração. Trabalhei na administração com o Dib e a transparência da forma como eram feitas as assembleias, onde explicamos claramente todo o processo, desde quando foi feito o cadastramento... nesse período de dois anos do projeto em contratação, etc, nós estávamos na área, o trabalho social chegava na área. Tanto com as lideranças do Parque, que na época era o Tchenco, o outro esqueci o nome, quanto no próprio plantão, que a gente estabeleceu uma ligação com os moradores. E tudo que acontecia no projeto, a gente discutia nas assembleias, e toda a equipe técnica da secretaria de habitação participava de três, quatro assembleias, porque o Parque é muito grande, para que eles soubessem como o projeto estava encaminhando. Até a assinatura da OIS e o início das obras. Então quando fomos iniciar as remoções para que as obras começassem, foi muito tranquilo porque eles já estavam esperando, participando de todo o processo desde o começo, então não teve nenhum tipo de resistência. A resistência foi uma ou outra por conta da casa do cara que era muito boa. Aí ele teria que sair da casa para ir para um apartamento menor.

Rosana: Eles entendiam o motivo? Concordavam que tinham que sair e refazer?

Sara: Em alguns casos a gente teve que rever o projeto, principalmente lá em cima.

Paulo: Além disso que você falou, tem uma coisa importante que é, o próprio diagnóstico feito a partir de uma leitura compartilhada com eles. Se todo mundo ficar, o lote vai ser de 15 metros quadrados cada um...

Matheus: Essa discussão foi feita?

Sara: Se tivesse que ser casinha, ia ter que ser reassentamento externo.

Paulo: Então 30% vai ter que sair... e eles falavam ' não, nós queremos ficar aqui'. Esse diagnóstico preliminarmente, fez chegar a uma aceitação de que teríamos que partir para a verticalização dos assentamentos. Esgotou-se a possibilidade de reparcelamento. Não dava para reparcelar e ficar todo mundo. Uma coisa assim, que foi muito boa, é que ajuda muito você pactuar o projeto com a comunidade se eles entendem porque aquela diretriz foi aprovada. Uma leitura coletiva, que fomos evoluindo de projeto em projeto, mas principalmente no Parque isso foi muito fundamental. A leitura do território de quantos somos, quem somos, o que fazer com os espaços. Isso vai construindo um entendimento que minimiza os conflitos depois...

Sara: Tanto que teve casos que seriam remoções, se não me engano no Setor 3, que foi discutido até que se chegou à conclusão para fazer um estudo, junto das famílias que faziam parte daquele território, e foi dito para eles que não dava daquele jeito, pelo menos 5 casas teria que sair. E eles aceitaram. Não foi nada forçado, foi um processo construtivo participativo.

Ariana: Só complementando, eu entrei em uma fase muito final, que foi do pós-ocupação e a avaliação com as ocupações e dados refletem exatamente isso. Todos os índices que diz respeito a infraestrutura, condição de moradia, gosta do apartamento, pertencimento, são índices bem elevados.

Rosana: Essa pesquisa quem fez?

Ariana: Eu fiz o instrumento, o questionário.

Rosana: Como prefeitura?

Ariana: Quem aplicou foi a empresa Cobrape. Mas a gente que desenhou o instrumental do questionário junto com a Tássia. E aplicamos em quase todos os conjuntos que entregamos.

Rosana: E aí os resultados são positivos?

Ariana: São muito positivos. Quando a gente fala de resultados mais complicados tem muito a ver com a convivência e com a relação. Se você vai nos conjuntos, os espaços coletivos e os centros de convivência que tão depredados, mas isso tem muito mais a ver com a relação entre as pessoas no conjunto do que com a avaliação da unidade habitacional. Então, a gente pergunta como é que era sua situação antes da moradia e agora... você pega toda a infraestrutura, água, energia, esgoto, gosta do espaço acha bacana... tem índices bem elevados, de aprovação em torno de 80% mais ou menos, e que eu tenho as pesquisas também, dos dados, tabelas.

Pedro: O que a Sara colocou e que realmente chama a atenção, é que eu acabei fazendo aquele link lá atrás e vem essa coisa... realmente quando tem esse processo facilita muito o caminho... então assim, por exemplo, tinha um local lá que realmente as condições do terreno fez com que lá na frente a gente tivesse que tomar uma decisão de remover sobrados e casas... tem até umas fotos da demolição, parecia que uma bomba tinha caído naquele lugar, e não teve resistência. Mas por que? Porque a gente levou técnicos da prefeitura, até o professor daqui, Fernando Nogueira e eles que fizeram o estudo geotécnico e aí com esses documentos, nós apresentamos e o pessoal entendeu perfeitamente. A gente mostrou os riscos, que eram muito grandes, e aí o pessoal aceitou. Então eu acho que essa confiança e esse vínculo com o pessoal que está tocando o projeto é fundamental e resolveria muitos problemas no país inteiro se tivesse esse tipo de relação.

Rosana: Agora, por que você falou que tiveram dois anos?

Pedro: Foi um período para elaborar o projeto e conseguir o financiamento.

Rosana: A população participou da elaboração do projeto? 02 anos foi a elaboração do projeto, aprovação e início das obras?

Juliana: No PAC, porque antes a população também participava.

Pedro: Isso.

Rosana: Certo, então esse trabalho foi sendo desenvolvido durante os dois anos.

Pedro: Isso.

Juliana: Com que dinheiro?

Pedro: O pessoal da prefeitura.

Rosana: Isso é interessante porque é necessário um tempo para a participação... tem o tempo da obra e o tempo da participação.

Sara: Quando a gente recadastrou todo mundo do Parque São Bernardo foi quando começou a reaparecer as famílias do HBB que haviam saído para ir para casa de parentes... e a gente não tinha mais os dados dessas famílias, porque fazia muito tempo que não procuravam a secretaria. Então existia um registro de algumas famílias que tinham saído por solicitação da prefeitura, mas a gente já não tinha mais contato e não sabia onde elas estavam morando. Foi quando elas começaram a procurar novamente a secretaria de habitação e a orientação, na época, dada pela Tássia, foi para que pedisse a eles que abrisse o processo administrativo para colocar o que eles tinham de informação para que nós fizéssemos estudos de caso deles porque não iam ser cadastrados naquele projeto. Aí começou... o estudo de caso tem processo que foi aberto em 2009, dessas famílias do HBB, só que a resposta foi dada em dezembro de 2015.

Rosana: Por que?

Sara: Nós primeiro tínhamos que ter certeza que nós iramos atender as famílias que estavam cadastradas no PAC, saber qual era nossa reserva técnica, que era muito pequena no parque São Bernardo, para definir o encaminhamento para as famílias que tivessem nos estudos de caso aprovados e além disso elaborar o critério para que pudéssemos deferir ou indeferir esses processos administrativos, e publicar isso também. Então, o processo foi muito criterioso, com publicação nas notícias do município, para que todos soubessem quais seriam os critérios do atendimento ou não, para que não houvessem dúvidas lá na frente em relação a um possível indeferimento. Então eles tiveram que aguardar sem direito ao aluguel social, porque o aluguel social é posterior à desocupação do HBB. O aluguel social de São Bernardo foi criado em novembro de 2006, e eles haviam saído da área entre 2004 e 2005. Então eles não tinham direito ao benefício. Isso foi um problema porque tínhamos que gerir isso dentro da área... alguns estavam morando na casa de parentes ainda no Parque São Bernardo.

Paulo: Agora uma coisa muito importante do novo projeto do PAC, FGTS, foi o fato da gente ter esse relacionamento. Por exemplo, a resistência histórica à verticalização era muito grande porque eles sempre tinham a memória do lote. Acho que esse esforço que a equipe de projetos fez, do social junto, da pessoa entender porque estávamos fazendo aquilo. E a gente foi ficando bom nisso... lá no outro projeto, no Areião, a gente aperfeiçoou, trabalhou com essas ferramentas também. É um certo tempo que é perfeitamente possível das pessoas entenderem o que está acontecendo.

Ariana: A gente vê comparativamente com as outras pesquisas que nos conjuntos que você teve um trabalho social mais bem feito, que significa uma maior interação da equipe com a comunidade, tipo o Esmeralda, é o que teve as melhores avaliações, chegando a 90% de aprovação. A própria percepção da unidade habitacional passa pela relação de confiança que foi construída durante todo o processo. Porque são projetos muito parecidos.

Rosana: E se dão por meio dos técnicos.

Juliana: Tem até um apego, né? Eles estavam acostumados com os assistentes sociais da prefeitura, aí chega uma equipe técnica subcontratada depois... porque tinha um trabalho muito forte dos técnicos da prefeitura.

Ariana: Sim! O que a gente observa é que mesmo depois da entrega você tem aquele um ano de acompanhamento, mas há necessidade de muito mais tempo de assessoria. Que era um pouco o que a Ju fazia lá, acabou aquele um ano, você tem necessidade de um acompanhamento técnico para problemas construtivos que vão surgindo. E para não construtivo em si não é um problema se você tiver um acompanhamento da prefeitura, um técnico que volta lá e faz um diagnóstico. A gente teve, se você pegar o trabalho social do oleoduto ele não terminou até hoje e já entregou a pesquisa de pós-ocupação.

Paulo: De outras leituras, projetos que a gente participou, o trabalho social é muito intermediário, amortecedor de conflitos, etc, que é bom. Mas quando você chega a quebrar resistências entre a equipe técnica, de projeto e isso trabalha em conjunto, fica muito bom. No Parque São Bernardo isso é uma coisa que ficou muito bom.

Sara: Era muito bacana o trabalho porque a gente conhecia o projeto. O social normalmente fica descolado do que está acontecendo no projeto. A gente é comunicado do projeto quando ele já está sendo executado. E ninguém pergunta para o social o que pensam sobre isso... e no caso dos projetos elaborados depois de 2009, a gente também participava do processo, tanto participar, quanto ter conhecimento de como as coisas estão funcionando, fica mais fácil na hora de fazermos nosso atendimento com o morador porque você sabe o que está acontecendo, porque está acontecendo e na hora de explicar para o morador fica muito mais fácil. Começa a existir entre a prefeitura e o morador que está sendo assistido uma transparência do que está acontecendo. Você vai ter que sair, mas aqui estão os motivos. A assistente social sabe porque isso está acontecendo, não depende de um discurso técnico que nem o morador nem a assistente social entende. Isso facilitou muito porque tinha coisa que eu mesma nem sabia... nas primeiras reuniões eu anotava um monte de coisa e depois consultava na internet porque eu não sabia do que as pessoas estavam falando. A relação do social com os arquitetos também... às vezes tinha uma vistoria social que pedíamos para um técnico arquiteto vir junto porque por mais que fosse uma vistoria social, nós sabíamos que havia algum problema na casa. Quando marcávamos com eles [os arquitetos], e eles eram muito acessíveis, era ótimo. Teve caso que a gente removeu não porque a casa tinha que sair por conta da obra, mas sim porque tinha uma rachadura enorme e a casa ia cair. E não estava em área de risco. Essa relação do social com o restante da equipe é muito importante e facilita o problema que eu considero o maior na urbanização de favelas, que é a remoção.

Juliana: Essa fala da Sara me fez lembrar uma coisa que não é exatamente isso que ela está falando, mas que tem relação com a melhoria. Eu tive umas discussões com a Tássia já, que lá em São Bernardo do Campo ela entendia que se existia algum problema que precisava de reforma, removia a casa. Poucas casas ficavam na demanda de melhoria habitacional, porque no entendimento da Tássia, melhoria habitacional é coisa pontual, trocar uma janela, uma cobertura. Mas se tinha um problema estrutural, ou um problema de adensamento excessivo, etc, virava demanda de unidade nova. Então, nesse sentido, por mais que não tenha feito melhoria habitacional no Parque São Bernardo, não é um problema grave como não fazer melhoria habitacional em outros municípios como Mauá,

por exemplo, porque já se tomou esse cuidado durante a obra. É diferente em São Bernardo essa questão.

Rosana: E existiram pelo que eu sei, imprevistos na obra, com mudanças de projetos. O que foi isso? Teve um aluno de PDPD que começou trabalhando com o Parque São Bernardo, e alguma coisa eu ouvia da Ju e da Tássia... o que que acarretou as mudanças de projeto e a pergunta é se elas não eram previsíveis?

Pedro: Quando você vai montar o projeto, você faz o projeto básico, então o que acontece... sondagem, você olha lá as áreas 'no tato', as mais críticas aí você pede 10 furos de sondagem. Depois em uma outra, mais 10 furos... não mostra exatamente a realidade, principalmente pelo tamanho da área, de 120 mil metros quadrados. Como você iria fazer essa sondagem para saber que tipo de terreno era? Mas eram feitos alguns...

Paulo: Essas áreas ocupadas tem o seguinte... quando você tem um terreno, vamos dizer, 'virgem', você segue a norma e realiza um número de furos e vai ter uma amostragem do terreno. O problema da área da favela é que ela está ocupada e foi muito mexida. Tem lugares pontuais que foi até aterrado com lixo. Aí quando você faz o conjunto de furos para levantar a condição da área, aquilo passa em branco. Uma encosta tudo bacana, com vegetação, na hora de mexer você percebe que precisa trocar o solo, trocar tudo... aí você tem que tirar, aterrar o lugar, dispor em um aterro. Assim, todas as normas funcionam bem para as áreas 'virgens', já em uma área ocupada há décadas, com inúmeras intervenções que você não tem registro, fica muito mais difícil.

Juliana: E nesse caso foi na "Ferradura", né? Que teria uma megaestrutura viária, ia começar a fazer a obra, viu que era aterro e teve que mudar todo projeto.

Pedro: Isso mesmo.

Paulo: Isso. Mudou projeto e aumentou as remoções.

Rosana: E o problema do aterro é que mudaria o tipo de fundação?

Pedro: Isso. Teve locais que se verificou que o solo tinha uma alta resistência inicial, então por exemplo, se fosse cravar a estaca não conseguiria atingir a profundidade, por conta da alta resistência inicial. Percebemos que tinha que mudar para a estaca de tipo raiz, que você tem que perfurar a resistência inicial e atingir a profundidade que necessita.

Rosana: E isso acarretou no que? Mudança no viário? Mudança no atendimento de famílias e custos?

Pedro: Atendimento nem tanto... é mais o custo. Outra coisa que aconteceu no percurso... inicialmente no Setor 2, do lado do CMIC, no projeto inicial a gente tinha previsto fazer ali uma quadra coberta. Porque realmente o terreno não era de melhores qualidades e prevemos fazer uma quadra. Mas teve uma demanda que surgiu da educação e tivemos que abrir mão daquele espaço e ceder para que fosse feita uma creche. Outra coisa, a gente tinha previsto fazer um centro esportivo em uma área e depois verificou-se que o custo, por causa do terreno, da remoção de terra e das fundações, inviabilizaria de fazermos aquele centro esportivo. Tivemos que abandonar a ideia porque ficaria muito caro.

Rosana: Tem uma coisa que lembrei agora... que é bastante importante. Na revisão do projeto PAC, continuou se adotando lote mínimo? Tinha padrões mínimos? Largura mínima de vias? Ou em algumas áreas se consolidou o 'as built'? Porque tinham coisas urbanizadas em períodos anteriores, mas também tinham coisas que vocês iniciaram. Alguns trechos houve substituição de tecido, então se é verticalização, é verticalização. Tem trechos que permaneceu o parcelamento original? E nesse caso, houve adequação de densidade? Tinha fração mínima de terra?

Pedro: Houve. O critério da consolidação. O Parque São Bernardo teve muita consolidação. Como ele vinha de outros programas anteriores, então impactou da gente ter uma grande quantidade de consolidação.

Rosana: O que eu quero dizer é o seguinte. Se tem uma quadra que remove todo mundo e reassenta todo mundo em prédio, está resolvido, agora vamos supor que só faz alguma obra viária, alargar uma rua... pode ser que tenham famílias morando em 10 metros quadrados.

Paulo: O critério era 20 metros quadrados por família. Essas quadras já tinham sido urbanizadas, então houve adensamento...

Rosana: E da onde saiu 20 metros quadrados?

Pedro: Foi a gente analisando a maioria das tipologias e a gente verificou que nesse tamanho o cara por exemplo conseguia, a maioria com 2 pavimentos, dava para ter iluminação e ventilação. No Novo Parque tinham essas situações.

Paulo: Era zenital ou pela frente?

Pedro: Nessas situações eles compartilham iluminação e ventilação. Geralmente há o caso de o cara ter o cômodo da casa dele voltado para o terreno do vizinho. Na cidade legal isso é permitido, mas nessas ocupações eles compartilham iluminação e ventilação.

Rosana: Em áreas de declividade?

Juliana: Não, plana a casa.

Pedro: Eles costumam compartilhar... eu recebi algumas situações do cara justamente querendo fechar a janela do outro cara. E a gente tinha que interceder nisso.

Matheus: E vocês conseguiram?

Pedro: Dialogávamos... tinham os que dava certo sem problemas, outros ficavam muito bravos...

Rosana: Agora, esses 20 metros quadrados, como foi? O que se fez com o que estava com menos de 20 metro quadrados?

Pedro: Aí era remoção.

Rosana: E o lugar dele era incorporado?

Paulo: Sim, saía para deixar outros em uma situação melhor.

Pedro: Houve situação que removeu um e dividiu para dois.

Sara: Ou não, teve situação que tiramos dois e ficou um lote vago e utilizamos como lote urbanizado.

Pedro: Sim. Isso era no finalzinho para atender a demanda do pessoal antigo. Utilizamos esse lote urbanizado. Verificamos que dava para transformar em lote e atendia as necessidades.

Sara: E o Parque é uma área extensa... então ficava pipocando aqueles lotezinhos em vários setores do Parque São Bernardo, por conta dessas remoções.

Paulo: Toda vez que tem uma interrupção de uma etapa e outra, que tem uma interrupção de um projeto, a gente identificou adensamento... tanto que do HBB para o próximo houve um aumento enorme. E no momento deve estar acontecendo coisa semelhante.

Pedro: Sim. Principalmente nas áreas que os estudos geotécnicos condenaram, que as famílias foram removidas e não deu tempo de dar destinação para a área.

Paulo: Você sabe que nós provavelmente estamos na 3ª geração de pessoas no Parque São Bernardo.

Rosana: E aí terminou a obra com o recurso do PAC?

Pedro: Não. Ainda está lá... a última reprogramação que até a gente estava lá, dos 91 com o trabalho social, foi para 102, 104 de custo básico.

Matheus: Mas a obra continua?

Juliana: Continua. Quer dizer... ninguém sabe o que está acontecendo.

Pedro: Inicialmente estava previsto prédios em alguns setores. A proposta inicial era produzir 194 embriões só que depois do estudo do solo, das próprias características, o fato da própria construtora resistir, porque para poder fazer um determinado embrião tinha que remover e construir uma casa. Aí a construtora falava: “mas aí vou ter que mexer nisso... quem garante que aquela casa vai ficar de pé?”

Sara: Principalmente depois que aquela casa caiu...

Pedro: Exatamente. Aí começou a resistência enorme. Aí nós mudamos e não dava mais para fazer 194 apartamentos. Porque os espaços que tinham, nós conseguimos fazer 178, reformulamos o projeto e ainda ficou um déficit dessa diferença. Mas com os lotes urbanizados tiveram pessoas que o preferiam, porque ele fazia a casa como queria. Chegou a recusar apartamento, embrião, e preferiu o lote urbanizado.

Sara: Mas foram construídos embriões, não?

Pedro: Sim, só 10.

Rosana: Que casa é essa que caiu?

Pedro: Na hora da abertura da 26 de março, começaram a mexer e tinha uma casa. O engenheiro da construtora autorizou tirar uma terra com o sobrado bem próximo. Ele descalçou o sobrado. E a gente estava indo porque ia ter entrega e no dia seguinte o prefeito estaria lá. De repente ouvimos um estrondo. Estávamos lá fazendo vistoria... e eu vejo uma fumaça branca levantando. A poeira que eu vi era de construção. Quando chegamos tem um monte de poste tombado, chama bombeiro... era um sobrado de quatro pavimentos e tinha uma pessoa dormindo dentro, mas ninguém morreu.

Paulo: Só machucou o dedo da mão, mas agora eu queria debater uma coisa... o projeto integrado. Montamos uma equação financeira legal com uma cesta de coisas, uma empresa para não ter problemas, porém na gestão fica o aprendizado. A produção habitacional é mais rápida, então o início da parte de urbanização ficou muito aquém da velocidade da produção habitacional. A empresa tem muito mais preferência, faturava mais rápido na produção habitacional. Então na gestão da frente de obras de outras urbanizações, é importante levar de forma equilibrada. Porque depois nós ficamos com a corda no pescoço. Em certa medida, a empresa caminhava para o distrato.

Rosana: Ela prefere fazer a produção habitacional?

Paulo: Sim. Andar mais rápido. O risco é alto, porque de repente ela faz só a parte “boa” e o resto fica sem ser feito e ela vai embora pelo distrato.

Rosana: Também a planilha SINAPI não regula muito bem... trata a rua do bairro da mesma forma que a rua da favela. Reconhece-se que eles querem uma margem de lucro grande, mas o jeito que é feito isso, você paga o esgoto dessa rua do mesmo jeito que do bairro formal. Assim, as empreiteiras fogem. Se a gente não discutir isso com os órgãos de controle...

Paulo: Tem uma série de serviços que, por exemplo, levantamento topográfico... a tabela é diferente se a situação é mais complexa ou mais simples. O preço por metro quadrado é diferente. O levantamento topográfico em favela tem um determinado preço. Vários serviços deveriam ter essa característica.

Juliana: Mas eu digo que assim, é uma questão que não é só da planilha SINAPI. Uma coisa que, se o técnico que vai fazer o orçamento faz a composição de custo, a CAIXA aprova.

Paulo: Mas a composição do metro quadrado de esgoto, etc, é aquilo ali. Pode variar pelo nível de profundidade, ou não...

Juliana: Mas quando você abre o item, a composição muda e justifica... tal item estamos alterando a composição por isso, isso e isso. Mas eu também acho que é um trabalho do orçamentista, um trabalho insano.

Rosana: Você tem um custo maior para fazer urbanização em favelas que talvez se ajuste no que a Ju está falando, mas é uma ginástica... e os órgãos de controle não reconhecem.

Paulo: De qualquer maneira, a licitação foi montada como um “boi inteiro”, tinha as melhores e piores partes. A empreiteira tinha que reconhecer que estava ganhando em alguns pontos e ganhando menos em outros. Na média, um preço bom. Essa parte de gestão é complicada... não sei como refletia no trabalho social, porque o pessoal se queixava de que não estava andando as obras...

Sara: Sim... a abertura da 26 de março foi um parto. Lá não tinha muita remoção, era basicamente pavimentação e eles não faziam.

Pedro: Eles não faziam... por pura resistência. A 26 foi ser feita agora nessa gestão, mas a gente ficou com essa “vergonha”. Tinha um morador que toda vez que eu ia ele falava: “Estou aguardando...”. E era uma coisa simples, a construtora já tinha feito uma parte com guias, soltado a sarjeta, era mais um pouco. Mas eles endureceram de tal maneira porque eles sabiam que aquilo “pegava” a gente.

Juliana: Tem esse comportamento da construtora de fazer a produção porque é o que elas sabem fazer e depois elas fazem o distrato para não ter que fazer as partes mais difíceis para eles.

Rosana: Agora essa questão de distrato e licitação vazia, está presente na pesquisa que estamos produzindo sobre o PAC no nível nacional. Quase todas as regiões têm esses problemas, ou seja, quando acontece em mais de um lugar é necessário parar e entender.

Juliana: Tem a margem de lucro, mas a expertise fala muito também. Certo? Que empresa hoje está preparada para fazer uma remoção de casas, entrar em uma viela para executar uma obra?

Rosana: Exato, poucas...

Pedro: Hoje a tecnologia está permitindo muita coisa... aqueles tratores pequenos.

Juliana: Uma coisa é a tecnologia, outra é o engenheiro, o corpo técnico que não saber tratar com gente.

Sara: A gente teve muito problema na obra por conta de falas do pessoal da empreiteira. Falar que vai sair antes da prefeitura ir conversar com a família, esse tipo de coisa...

Paulo: Mas isso também tem a pactuação com os moradores de ouvir os comunicados oficiais da prefeitura, não do pessoal contratado pela empreiteira.

Pedro: Só para retomar uma questão, Rosana, você perguntou sobre largura de vias, etc. Tinha um estudo, inclusive pensando até no transporte coletivo, a 26 de março foi dimensionada para que o transporte coletivo cortasse o Parque São Bernardo no meio, só que aí entram as questões de morfologia e topografia... na hora que começamos a demolição parcial de algumas residências, a gente verificou que o negócio era muito mais grave e então nós tivemos que manter o traçado. Alguns trechos nós alargamos, outros tivemos que manter como estava. Por exemplo, para o coletivo passar na 26 de março,

não pode ser o coletivo convencional ou aquele ônibus grande, porque tem alguns trechos que tem 3,40 de largura.

Rosana: Adianta ter projeto executivo?

Pedro: Olha... sim. Eu acho que sim. O projeto executivo vai pelo menos pesquisar mais, aprofundar mais.

Juliana: A sondagem parece é essencial. Não é?

Pedro: Exatamente.

Juliana: Que é o que você estava falando... o que aconteceu ali é porque não se sabia que o solo era um aterro e não aguentaria o peso.

Pedro: E a própria ocupação como se deu foi impressionante. Eles rasgaram o talude, ele foi seccionado, alguém veio, cavou, e o talude continuou. Na hora que você vai mexer, se você tirar as próprias construções que funcionam como se fosse o arrimo, segurando o talude. Se você começa a demolir essas construções para alargar, você poderia desestabilizar todo o talude e tudo descer. Esse é o problema.

Rosana: Então, eu queria fazer uma última rodada e aproveitar que é a última fala, e pedir para vocês falarem o nome, a formação, o período que trabalhou no Parque São Bernardo ou no município e vínculo, se era consultor, diretor, etc. Eu gostaria que vocês falassem mais ou menos assim, se você participou só de um período histórico, quais os desafios, aprendizados, como olha esse processo. E quem passou por mais de um período, como é que vê a transformação, tanto da ação governamental como do território nesse período maior.

Sara: Meu nome é Sara, sou assistente social e eu entrei na prefeitura de SBC como estagiária na habitação em 2006 e fiquei lá até 2016. Trabalhei na administração do Dib, ainda como assistente social, em 2008, que fomos contratadas por uma empresa. Nessa época eu trabalhava com alojamentos e nas áreas do Silvina e Esmeralda, onde eu atuava principalmente. Em 2009 quando houve a mudança de governo nós fomos contratadas para fazer o trabalho técnico-social e nesse período, já em 2009, eu e mais duas assistentes sociais ficamos com o Parque São Bernardo, com cargo de comissão, para trabalhar com o cadastramento. Na verdade, foi uma empresa contratada que fez o cadastramento do PAC e nós fizemos o acompanhamento e depois a Tássia colocou todo mundo para fazer o “cara-crachá”, de literalmente 3.000 famílias, para ver se o cadastro feito realmente falava o número de famílias na área. Mas foi bom, porque a partir dali nós conseguimos conhecer o território por completo, todas as vielas, casas, onde eram os pontos mais conflitantes...foi muito bom para a aproximação.

Sara: Eu fiquei no Parque São Bernardo e foi bem na época dos estudos de caso. O frustrante de tudo isso, eu acho que é não ver o Parque São Bernardo sendo realmente urbanizado. Essa urbanização não acaba! Tem um monte de sapo enterrado ali dentro, as construtoras não conseguem terminar a obra, é uma coisa que não acontece, não anda e isso é frustrante porque quando a gente começa um projeto, a gente quer ver o fim dele. Nem que você não esteja lá, você quer ver aquelas famílias sendo atendidas... até hoje não sei se o pessoal do HBB já foi atendido no Parque São Bernardo. Isso é meio

frustrante, não ver o fim da urbanização. Mas num todo, o aprendizado que eu tiro desse projeto é a participação como um todo, desde o conhecimento que nós do social tínhamos do projeto, até o conhecimento que os moradores tinham por conta da transparência e da relação de confiança. E isso a gente deve muito pelo modelo de trabalho que a Tássia construiu, que facilitou muito a dinâmica entre o social e o físico, e os moradores.

Ariana: Eu sou Ariana, antropóloga e exatamente quando eu entrei na prefeitura estávamos numa fase de montar um instrumental de avaliação pós-ocupação, então eu montei e elaborei o questionário, a gente sugeriu uma pesquisa qualitativa, fez grupos de discussão com moradores, etc. Então a gente tem hoje o total de 10 avaliações pós-ocupação totais ou parciais. No caso do Parque, parcial, porque ainda tem outra parte da obra né e você não pode deixar avaliação para o final de tudo porque tem o tempo da “fotografia” da avaliação. Aí vem o que a gente tira... em termos de infraestrutura e apartamento é muito bem avaliado. 82% das pessoas avaliaram como “muito bem” o conjunto, 75% de pessoas que acham o apartamento que elas vivem adequado. Voltando ao Parque São Bernardo, o que me preocupa muito hoje é o estado dos espaços coletivos, que é menos valorizado no momento que está construindo. Não só a inclusão desses espaços nos projetos, mas também na sua manutenção. Se você vê hoje fotos desses espaços coletivos no Parque São Bernardo, você vê espaços degradados, ocupados por um certo segmento, parquinhos públicos depredados. Esses espaços coletivos são fundamentais para a sociabilidade e deveriam ser mais cuidadas depois do projeto. Outra questão que me preocupa é a gestão condominial, que vai implicar na permanência das pessoas no lugar e na resolução dos problemas administrativos futuros. Uma gestão condominial baseada em um modelo de classe média, onde diz como é que você tem que gerir esses recursos, em uma linguagem pouco adequada, isso vai gerar o que? Não entendimento dos fundos de reserva, dependência das figuras dos síndicos, necessidade de um maior entendimento da importância da gestão condominial que impacta a saída das pessoas dos conjuntos. Um dado que eu não tenho, mas que seria importante, é saber quantas pessoas continuam e quantas pessoas já saíram de lá.

Sara: Uma coisa que eu percebi também, que me incomoda em certa medida é em relação às contratações de trabalho técnico social. O que a gente vê é que em conjuntos que o trabalho técnico social foi acompanhado mais próximo dos técnicos da prefeitura, o trabalho foi melhor gerido. Quando ele é contratado a impressão que a gente tem, por mais que a assistente social que acompanha a empresa esteja presente, é que o retorno da execução do trabalho não é o mesmo. Então eu não sei como que a gente conseguiria... as prefeituras poderiam avaliar melhor isso. De repente é melhor contratar técnicos direto para que fosse executado esse trabalho de uma forma mais próxima onde você conseguisse ter um resultado melhor... porque o trabalho técnico-social é quem vai dar o resultado final. Eu acho que é a grande cereja do bolo porque não adianta nada contratar o empreendimento lindo e daqui 4, 5 anos ele estará detonado. Isso é uma avaliação de que o trabalho técnico feito não foi bem executado... é o que eu examino disso e na maioria das vezes ele não é bem executado por que a empresa que foi contratada ela não está fazendo trabalho da maneira como deveria ter sido feita ou o técnico que ele contrata não estava não tem expertise para fazer aquilo.

Paulo: Sou o Paulo, engenheiro civil de formação. De 1997 a 2007, depois de 2009 a 2016. Acho que a grande coisa aí é que a gente sempre olhou, na verdade, os territórios... quando eu assumi as áreas ocupadas não faziam parte do mapa oficial da cidade, eram vazios, não eram reconhecidos nem no mapa e já eram uma quantidade enorme. Então o

trabalho da cidade de reconhecer e perceber que essas pessoas precisam estar incluídas e pensar no direito à cidade. No trabalho de urbanização sempre foi amadurecendo essa ideia, que as pessoas têm direito a cidade, ter seus direitos respeitados.

Em termos técnicos tem crescido muito o esforço científico, das universidades de estarem fazendo esforços como o desse evento, que serve como aprendizado para as novas gerações, buscando maneiras de melhorar cada vez mais nossas práticas. Acho que todo esse período, do ABC, que é importante destacar que não foi algo isolado, a gente trocou muito com Santo André, Diadema, principalmente no âmbito do Consórcio... era muito bom para nós enquanto gestores. Havia um compromisso forte.

Hoje pode estar paralisado, interrompido, como for, quando você constrói uma rede de confiança entre a equipe técnica e os moradores, você consegue retomar da onde parou. É um aprendizado por parte da população também... eles não aceitam qualquer coisa também, melhoraram suas reivindicações. É isso que nós queremos, cada vez maior consciência dos moradores em exigir seus direitos porque é isso que vai impedir que, mesmo que desacelere, não pare. Esse aprendizado serve para nós e para eles. O Parque um dia vai terminar, vai concluir... é um projeto grande, complexo, difícil pra caramba porque tem uma parte que precisa ser reconhecida, regularizada, a gente conseguiu em vários lugares, Três Marias, Lavínia... então isso é bom porque se lá conseguimos, aqui também vamos conseguir.

E eu quero ilustrar também o seguinte... a importância do gestor. Porque no caso do PAC o gestor público blindou o setor da habitação, e eu quero registrar que é o Luis Marinho. Nós sabíamos que tínhamos respaldo. Essa é uma coisa importante também, de vez em quando precisamos colocar bons gestores para ajudar as coisas a se resolverem. Não adianta só uma boa equipe técnica. É importante a perspectiva de integrar os territórios. E nisso eu tive a oportunidade nesses 12 anos de tentar mostrar que é possível fazer projetos integrados e resgatar esses territórios apartados para dentro da cidade. É necessário um corpo técnico forte nas prefeituras, infelizmente tem a influência do discurso de quanto menor o Estado, melhor, o que enfraquece as estruturas da prefeitura. Daria mais estabilidade para o processo. Esse é meu depoimento, e com muito otimismo.

Pedro: Pedro Israel. Trabalhei na prefeitura em vários períodos. Comecei em 1987 como estagiário, já tinha trabalhado quase um ano em Diadema, então minha escola começou em Diadema. Entrei em São Bernardo do Campo como estagiário, passei por outras que não fosse o Parque São Bernardo, outras áreas que colaboramos. Minha participação no Parque São Bernardo enquanto estagiário foi muito pequena, depois eu fui contratado como arquiteto, terminei a universidade e fui contratado como chefe de divisão na época, justamente nessa parte de urbanização de favelas e houve a mudança de governo, retirando a gente do time. Até o Maurício voltar a se eleger e nós chamar novamente. Fiquei por uns dois anos, e o secretário na ocasião que era o Fernando, não ficou na administração e com isso a gente também foi cortado. Até que surgisse a nova oportunidade quando o Marinho ganhou a eleição. Aí sim foi uma ótima oportunidade, uma grande equipe muito competente, e tivemos a felicidade de ficar responsável pelo Parque São Bernardo. Eu acho que foi assim, um grande legado e aprendizado, e o melhor de tudo foi ter trabalhado no Parque São Bernardo.

Alí eu aprendi muita coisa, com a própria Tássia, uma assistente social que assumiu uma postura que nem arquitetos nem engenheiros tinham assumido como ela. E acabou gerando as oportunidades para a gente. As meninas do social mudaram nossa visão em um monte de coisas. Foi muito bom.

Agora... o triste realmente é não ver o Parque São Bernardo concluído ainda. E saber que o município tem muitas outras áreas equivalentes ao Parque São Bernardo e ainda não

teve essa atenção e esse atendimento. E mais agora diante do que o próprio país está passando, isso também me deixa com grande pesar, que a gente não está vendo uma luz no fim do túnel... estamos vendo um período muito nebuloso, onde as coisas estão se invertendo. Quando a gente resolve o problema do Parque São Bernardo, quando resolvemos o problema lá na base, realmente estamos estruturando o país para o melhor. Mas quando você faz essa inversão, que realmente tira tudo das pessoas que são a base da nação fica triste até para nós que somos profissionais. Porque o arquiteto, quer queira, quer não, ele trabalha mais por prazer do que por recompensa. Ele vê as coisas acontecendo, a cidade se transformando, aumentando o acesso da população, isso é gratificante para o arquiteto. Agora, diante do que estamos vivendo o arquiteto fica triste, não está acontecendo nada, o país está travado.

Lógico, esperança é a última que morre. Temos uma esperança que esse quadro político mude e que possamos voltar a despendar nossos esforços para poder modificar. Eu disse lá atrás, quando eu estava na SEHAB que se eu morresse naquele dia eu morreria feliz, porque foi uma oportunidade única. Para quem é urbanista, aquilo era o ideal, agora...

Juliana: Sou arquiteta, trabalhei em São Bernardo pouquinho tempo, no ano de 2016. Para mim foi uma super escola, é até difícil falar alguma coisa porque foi muito rápido a minha passagem por lá. E pelo Parque São Bernardo foi especificamente com o trabalho de pós-ocupação, eu, Ariana, Sara, as vezes o Pedro. Eu não cheguei a participar do processo de urbanização, em si, só de ficar ali de olho nas obras e muito das comparações dos projetos de pesquisa com as minhas experiências lá em Mauá, e Taboão, que aí era obra mesmo. Acho que ter trabalhado em São Bernardo do Campo e outras prefeituras dá para ver a diferença brutal, porque eu não sei se comparando com outra prefeitura com o mesmo compromisso, como Diadema, por exemplo, vocês sentem, mas para mim ter trabalhado em São Bernardo do Campo deu para ver o que que é técnico compromissado, projeto rolando, o que é conhecimento acumulado. Eu saí de lá querendo continuar fazendo isso na minha vida. Mal posso esperar a oportunidade de a gente voltar a ter financiamento/recursos, voltar a ter técnicos para podermos voltar a trabalhar com isso. E o Parque São Bernardo dava essa sensação... lá na pós-ocupação, sentir que os prédios estavam integrados a cidades, não era igual outros projetos que dava para sentir que o conjunto tinha uma coisa do microcosmos segregado. Lá no Parque São Bernardo dava para sentir uma integração com a cidade. Tinham alguns mais problemáticos, outros eram exemplares... e dava para ver a importância do trabalho social. Nós passávamos em tudo que era conjunto da cidade, e dava para fazer esse comparativo que a gente fazia, no caso eu com as assistentes sociais, com a ajuda do Edison quando precisava, mas era ajudar os moradores a fazer a manutenção e também cobrar a construtora pelo que estava no escopo da manutenção que ela tinha que fazer. E nisso, o Parque São Bernardo mostrava uma maior integração com a cidade. Se bem que temos os Três Marias, que funciona bem pra caramba porque o trabalho social lá foi muito forte também.

Paulo: Agora, claro, o reassentamento olhando é bacana, mas a consolidação quando for possível é uma coisa que você mantém também os laços culturais. Quando você faz um reassentamento radical, você tem que trabalhar também na construção das novas relações. Eu acho que também aquele espaço dos comércios é um esforço de retomar essas redes.

Sara: No reassentamento o desafio é outro. É o empoderamento da pessoa. E nunca teve sorteio também... foram estabelecidos critérios, por trecho de remoção, a gente removía um trecho, as famílias mais antigas tinham prioridade na escolha dos apartamentos. Era um trabalho de pós-ocupação que eles já tinham decidido quem ficaria em qual andar,

tudo organizado. Havia um sorteio do bloco, se não tinha consenso em relação a essa escolha.

Paulo: Isso é muito bom. Bastante participativo.

Juliana: Só para fechar, acho que vale o registro. O interessante de ter trabalhado em outras prefeituras é que assim, minha experiência é relativamente pequena, não tenho uma experiência profissional muito longa, me formei em 2010 e fui trabalhar em Taboão da Serra, enfim. Mas deu para ver várias coisas legais, por exemplo, a disponibilidade de recursos é fundamental. Por exemplo, dava para ver que Mauá e Taboão tinham uma situação crítica, de não conseguir aportar contrapartida, mas não é a única coisa... tem o respaldo do gestor, então é importante o corpo técnico ter o respaldo dos gestores e isso eu tive nos três casos. Mas em específico em São Bernardo do Campo acho que é muito interessante a organização institucional da Secretaria. Acho fantástico como funcionava os papéis bem definidos, quem fazia o quê com qual procedimento e como isso faz diferença na hora de você poder executar o seu trabalho ou não. Já sabe quem vai fazer o quê, como, e acho que isso em São Bernardo é muito diferente.

Sara: Tinha uma questão também de comunicação entre departamentos. Não tinha dificuldade de contato entre os departamentos e setores, era um trabalho de equipe mesmo.

Juliana: A história do papel do Edison transpassa a secretaria inteira.

Paulo: Outra coisa que a Tássia instituiu também é o diagnóstico compartilhado. Haviam reivindicações boas. O diálogo com as outras áreas da prefeitura, da saúde, da educação. Permitia que as outras áreas estivessem sintonizadas.

Sara: Sim, por exemplo no Três Marias teve uma explosão de demanda naquela região, tanto de saúde, transporte e educação. Antes do CEU ficar pronta, tivemos que atender uma demanda grande de transporte das crianças para as creches, escolas.

Paulo: Sim. Isso construía um ambiente de maior sintonia entre as secretarias também. Existia um real compromisso, não eram mandados representantes, mas sim pessoas que estavam interessadas em fazer as discussões. E outra coisa, mesmo a questão de ter recurso ou não... claro, o Parque São Bernardo teve bastante recurso, fizemos um belo projeto mas veja só, ele nasceu em épocas bastante miseráveis, de gente que se juntou com a população e foi atrás ver onde conseguia o mínimo, foi no DAE, foi no obras, todas as secretarias... o que eu quero dizer é que, uma estratégia bem direcionada mesmo que não se realizasse naquele momento, ela abre caminho de ser aprofundada mais à frente, que foi o caso do Parque São Bernardo.

Rosana: Finalizando essa atividade, eu gostaria de agradecer muito a possibilidade de juntar todos vocês. Nós vamos dar continuidade nesse projeto de Recuperação de Memória, acho que a próxima vai ser Diadema, claro que a gente não dá conta de tudo... a gente pega uma favela e pega um pouco a política, mas essa atividade de hoje, vamos transcrever e enviar a vocês.